

NO RASTRO DAS CAMINHADAS
Etnografia de uma política de turismo rural no Vale
do Ivaí, Paraná

Rodrigo Toniol
Orientador: Carlos Alberto Steil
Porto Alegre
2012

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**

**NO RASTRO DAS CAMINHADAS
Etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná**

Rodrigo Toniol

Orientador: Carlos Alberto Steil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de mestre .

Porto Alegre

2012

Banca Examinadora

Dr. Carlos Alberto Steil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Orientador)

Dr. Rosa Moura
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Dr. José Rogério Lopes
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Dr. Emerson Alessandro Giumbelli
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

A realização deste trabalho não teria sido possível se não tivesse tido o apoio dos extensionistas rurais da região do Vale do Ivaí, sobretudo, de Ivaldete e Marina que sempre estiveram dispostas a colaborar e a me ajudar na organização de minhas idas até o Paraná. O convívio com ambas não apenas foi fundamental para esta pesquisa, como também resultou em amizades que muito estimo.

Agradeço à Clarice, Adriana, Ednei e Ademar, do escritório estadual da Emater e da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná por terem me ajudado em diferentes momentos desta investigação.

Aos produtores rurais com quem convivi por algumas semanas devo parte das reflexões apresentadas nesta dissertação. Àqueles com quem pude estar por mais tempo agradeço pelo entusiasmo e paciência com que sempre me receberam.

Aos caminhantes que, mesmo parecendo familiares, sempre surpreendem com a disposição para colaborar. Espero poder reencontrá-los em alguma outra caminhada.

Durante os dois últimos anos estive comprometido com a realização da pesquisa cuja materialidade é este texto. Neste período, compartilhei com muitos colegas as dúvidas, os percalços e os breves *insights* relacionados com esta investigação. Embora tenha estabelecido esses diálogos em contextos muito diversos, não posso deixar de reconhecer a importância que as reuniões do Núcleo de Estudos da Religião e do grupo SobreNaturezas tiveram no amadurecimento de algumas idéias aqui apresentadas. Os encontros do Grupo de Estudos da Natureza também foram fundamentais para que pudesse me aprofundar em algumas temáticas. As aulas do tópico sobre antropologia e meio ambiente ministradas por Cornélia Eckert foram bastante importantes para que tivesse contato com uma bibliografia que desconhecia. Agradeço ainda a Ari Pedro Oro, Arlei Sander Damo, Ana Luiza Carvalho da Rocha, Bernardo Lewgoy, Ruben George Oliven e Sérgio Baptista da Silva, com quem fiz cursos durante o mestrado pelo apoio e sugestões para meu trabalho.

Ao Carlos Steil não somente pela orientação, como também pela amizade que tanto prezo. A Isabel Carvalho sempre tão prestativa com seus conselhos e pelo tão agradável

convívio.

Ao Emerson Giumbelli e Fabíola Rohden pela parceria e conversas que ajudam a tornar o cotidiano da vida acadêmica mais leve. Ao José Rogério por sempre ter me apoiado no prosseguimento de uma pesquisa sobre o tema das caminhadas, meu agradecimento e admiração.

A Rosa Moura pela participação na banca de defesa desta dissertação e pelas contribuições na elaboração dos mapas nela apresentados.

A meus colegas estudantes que foram tão fundamentais para que o aprendizado da antropologia fosse cada vez mais desafiador. Nominalmente, devo agradecer àqueles que leram partes desse texto e que deram a ele contribuições inestimáveis, Stella Pieve, Marcelo Gules Borges, Moisés Kopper, Alex Martins Moraes e Fernanda Heberle, muitíssimo obrigado.

A Fernanda que contribuiu bastante na revisão deste texto e ajudou a torná-lo um pouco mais fluido. Mais importante que isso, obrigado pela parceria sempre, por tornar as pequenas coisas da vida seus grandes momentos.

Aos meus pais pelo apoio incondicional que sempre me deram. Obrigado por tudo.

A Karen, Elen, Daniel, Fausto e Fábio por darem um sentido tão concreto a palavra amizade.

Agradeço a CAPES pela bolsa que garantiu minha dedicação exclusiva ao curso de mestrado.

Resumo: Esta pesquisa tem como foco de interesse empírico a promoção e realização de caminhadas na natureza como política pública no Estado do Paraná, Brasil. A partir deste contexto, investigou-se o modo pelo qual esta ação está relacionada com uma série de transformações mais amplas que têm contribuído para tornar a questão ambiental uma espécie de idioma não restrito ao âmbito ecológico, mas capaz de operar como paradigma moral, ético e estético. Neste sentido, interessam tanto os processos de institucionalização da questão ambiental, como sua acomodação em contextos de relações específicos. Para tanto, privilegio os caminhantes e o modo pelo qual experimentam a caminhada, forjando sentidos do que seja ecologia, natureza e paisagens rurais, assim como as ações estatais e sua capacidade de articular projetos de desenvolvimento econômico, ecologia, agricultura familiar e turismo na promoção das caminhadas.

Palavras-chave: Caminhadas na Natureza, Ambientalização, Paisagem, Corpo.

Abstract: This research focuses empirically on the promotion and organization of hiking events as Paraná state's public policy. In this context, we have investigated the way in which the state's action is related to a range of broader changes that have contributed to turn the environmental issue into a sort of language that is not restricted to the ecological realm, but is instead capable of functioning as a moral, ethic and aesthetic paradigm. In this sense, we are interested in both the institutionalization of environmental issues and in their accommodation with specific contexts of social relations. In order to understand that, we have centered our analysis on the hikers themselves and on the way they experience hiking, giving meaning to notions such as ecology, nature and rural landscapes. We have also examined state actions and their ability to coordinate economic development, ecology, family farming and tourism while promoting hiking events.

Keywords: hiking; environmentalization; landscape; body.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo I – “Se parar de caminhar é porque morreu.”: Caminhada e Conhecimento no Turismo Rural do Vale do Ivaí.....	16
1.Caminhada como objeto de reflexão antropológico.....	19
2.A caminho da caminhada.....	24
3.A produção dos corpos dos caminhantes	29
4.Por que caminhar?.....	35
5.A internacionalidade das caminhadas.....	36
6.Na caminhada.....	39
7.A caminhada em imagens.....	46
Capítulo II – Repetir Sem Coincidir: A produção das caminhadas e os agentes envolvidos.....	68
1.“E não é que o povo vem!” A descoberta do turismo no Vale do Ivaí.....	70
2.Nem sempre as coisas foram assim: Emater e as políticas de extensão rural.....	80
3.A caminhada ecológica para o município e para a Emater local.....	88
4.Produtores Rurais.....	99
Capítulo III – Os rastros dos percursos: mudanças históricas no controle e a promoção de caminhadas na natureza.....	114
1.Sobre a relação entre Sujeito e Paisagem.....	116
2.A produção de um idioma ambiental nos rastros das caminhadas.....	122
3. A Caminhadas na natureza do Vale do Ivaí e o idioma ambiental.....	139
Conclusão	142
Referências.....	145
Índice de Imagens.....	150

Introdução

O ato de caminhar parece conter um sentido primordial do deslocamento sob dois aspectos. Por um lado, está relacionado àquilo que é descrito como característico da natureza humana, caminhar ereto sobre os dois pés. Por outro, é associado com processos de contato cultural, formação de alianças e de grupos. A caminhada, nesse sentido, opera tanto como elemento capaz de explicar a humanidade como espécie, quanto para compreendê-la enquanto cultura. Na divisão do trabalho científico, coube aos antropólogos tratar dessa segunda dimensão ontológica da existência humana. O funcionamento dessa partilha entre o domínio da natureza e o da cultura forjou especialistas para cada um deles e, por conseguinte, tornou mais difícil de reconhecer fenômenos, práticas e explicações capazes de deslizar de um desses pólos a outro. Assim, embora o ato de caminhar possa ser tematizado como objeto de interesse tanto das ciências humanas quanto das ciências da natureza, cada um desses campos apreendeu esse tipo de deslocamento a seu próprio modo. Enquanto a maior parte das referências sobre caminhadas elaboradas desde as ciências sociais concebem-na como uma via de acesso a representações sócio-culturais, as problematizações das ciências biológicas estão associadas à evolução da espécie e às habilidades motrizes.

Nas últimas décadas, no entanto, tem surgido uma série de questionamentos sobre esse princípio de distinção absoluta entre natureza e cultura, bem como de suas conseqüências para a produção de conhecimento (Descola, 2005; Ingold, 2000,2011; Latour, 1994, 2002; Viveiros de Castro, 2002). Em diálogo com essas perspectivas, detenho-me, nesta dissertação, em reflexões sobre a organização e feitura de caminhadas, realizadas no marco de uma política pública do Estado do Paraná, Brasil. Trata-se de caminhadas desenvolvidas no âmbito de um projeto que tem como objetivo o fortalecimento do turismo rural e da agricultura familiar em municípios de vocação agrícola nesse Estado. Tais atividades articulam esferas federais, estaduais e municipais do poder público brasileiro a partir da mobilização de órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater), diversas secretarias municipais, além da Organização Não-Governamental Anda Brasil. Precisamente, tomo como *locus* de interesse empírico as atividades relacionadas com o

projeto Caminhadas na Natureza¹, realizadas em algumas cidades da região do Vale do Ivaí², localizada na porção centro-norte do Paraná.

A partir desse universo de investigação, meu esforço neste trabalho está voltado a dois eixos de reflexões que, embora apresentados inicialmente como distintos, ao longo do texto serão relacionados. Em primeiro lugar, trato de assumir o próprio ato da caminhada como um fenômeno possível de ser analisado antropologicamente. Em segundo, reflito sobre de que maneira o deslocamento de caminhantes em percursos de paisagens rurais tem contribuído não apenas para despertar o turismo rural em determinadas regiões, mas também para promover certo ideário ecológico entre caminhantes e agricultores envolvidos com o evento. A relação desses dois esforços analíticos reside na possibilidade de conceber o próprio deslocamento da caminhada como um aspecto central para a incorporação desse ideário por parte dos sujeitos pesquisados.

A temática mais ampla da pesquisa que deu origem a este texto está associada à análise dos múltiplos processos de ambientalização social³. Tais fenômenos podem ser identificados tanto na emergência de práticas de sujeitos e grupos que fazem da promoção do ideário ecológico um posicionamento político e ético a ser assumido diante de um contexto de degradação ambiental, como também na incorporação de questões ambientais em ações de grupos e instituições que tradicionalmente não estiveram empenhadas na defesa de causas ecológicas. Essa problematização está relacionada com as discussões do grupo de pesquisa interdisciplinar SobreNaturezas⁴ cujas investigações têm se voltado para o fenômeno da rotinização de questões ambientais em determinadas instituições. Trata-se de refletir sobre o funcionamento de uma espécie de *idioma* não restrito ao âmbito do ecológico, mas capaz de também operar como paradigma moral, ético e estético em

¹ De agora em diante, quando utilizar o termo Caminhadas na Natureza, em maiúsculo, estarei me referindo à política pública instituída no Paraná em 2007.

² Esta pesquisa está relacionada ao projeto coordenado por Carlos Alberto Steil intitulado “Ambientalização Social e Religião”.

³ O termo “ambientalização social” encontra certa ressonância com “ambientalização dos conflitos sociais” de José Sérgio Leite Lopes (2004). Contudo, o termo aqui empregado procura marcar que o interesse deste trabalho não são apenas os conflitos sociais que adquirem contornos ecológicos, como também a expansão de determinado ideário ecológico para diversas esferas.

⁴ O grupo interdisciplinar SobreNaturezas é resultado da união de pesquisadores de diferentes níveis relacionados com os projetos de pesquisas de Carlos Alberto Steil, “Ambientalização Social e Religião”, e de Isabel Cristina de Moura Carvalho, “Ambientalização Social como educação moral do século XXI”. Para acompanhar as atividades do grupo ver: www.sobrenaturezas.blog.br

contextos e práticas aparentemente distantes das problemáticas ambientais⁵.

Eleger uma política que promove caminhadas em paisagens rurais como foco de interesse para investigar a promoção desse *idioma* é, propositadamente, uma escolha que evita centrar atenção em ações voltadas diretamente às temáticas ecológicas, mas que, assim mesmo, podem ser relacionadas a um processo mais amplo de institucionalização dessas temáticas nas políticas estatais. Nesse sentido, a incorporação do ideário ecológico na rotina burocrática do Estado é, além de efeito de um processo de expansão do *idioma ambiental*, um agente ativo na produção e promoção de sentidos específicos para os termos desse *idioma*.

Ao tratar dessa expansão a partir da idéia de *idioma*, procuro assinalar a capacidade que as questões ambientais têm de parecer ideologicamente neutras e, por conseguinte, passíveis de abrigar distintos posicionamentos. A ecologia, nesse sentido, é como um significante vazio cuja expansão para múltiplos campos está condicionada à possibilidade de mediar debates sem limitar demasiadamente a posição dos atores neles envolvidos. A noção de idioma, portanto, torna evidente essa relação entre a expansão das questões ambientais e a necessária não fixidez dos sentidos do que seja o ecológico, a natureza e o ambiente. Trata-se de uma espécie de idioma cuja existência se dá mais no domínio da sintaxe que no da semântica.

Contudo, reconheço, desde já, que se a metáfora do *idioma ambiental* é potencialmente boa para pensar a expansão de certa ética ecológica, ela também sustenta, como qualquer metáfora, um duplo sentido que, nesse caso, é um risco para a análise que empreenderei. Isto porque ela pode contribuir para o que podemos reconhecer como uma reflexão reificante, que explica, por exemplo, a constituição de sujeitos ecológicos como resultado de uma espécie de tomada de consciência em que a própria “ecologia” explica a expansão desse ideário. A circularidade de explicações como essas terminam invisibilizando a maneira pela qual os processos de ambientalização potencializam-se na medida em que incorporaram inúmeras contradições, não sendo limitados, nessas associações, por virtuais incompatibilidades, mas, pelo contrário, encompassando-as. No caso das caminhadas em paisagens rurais, trata-se de explicitar e refletir sobre essa relação,

⁵ A categoria *idioma ambiental* foi elaborada, originalmente, no projeto “Ambientalização Social e religião” e apresentada no texto Carvalho e Toniol (2010).

aparentemente paradoxal, em que a necessidade de desenvolvimento econômico de determinadas regiões engendram atenções e engajamentos ecológicos.

A proposta deste tipo de problematização está em continuidade com pesquisas que venho realizando nos últimos seis anos. Durante minha graduação em Ciências Sociais tomei como universo de investigação dois grupos de caminhadas, o *Ecocaminhantes* e a *Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Compostela do Rio Grande do Sul* (ACASARGS). O primeiro, uma empresa de turismo ecológico que promove trilhas em meio à natureza. O segundo, uma organização sem fins lucrativos que promove caminhadas em estradas rurais tendo como foco sujeitos que estão se preparando para a peregrinação em Santiago⁶. A partir desse universo de pesquisa, procurei identificar os pontos de convergência entre práticas ecológicas e de espiritualidade na experiência das caminhadas para os caminhantes. Sugeri haver, naqueles contextos, tanto a produção de uma espécie de ascese ecológica, indicativa da incorporação de sistemas de crenças religiosas por parte de sujeitos e grupos ecologicamente orientados, como a “ecologização” de certas peregrinações religiosas. Minhas reflexões, portanto, estiveram relacionadas com aquilo que reconheci como sendo parte de dois processos distintos, mas relacionados, de sacralização da natureza e de naturalização do sagrado⁷.

Durante os quatro anos de realização de trabalho de campo para a pesquisa citada, percebi o surgimento e crescimento significativo no número de ações municipais, estaduais e federais que incorporavam a prática de caminhadas na natureza como parte de alguma política pública ou evento promovido por esferas governamentais. Após uma incursão exploratória nessas “caminhadas governamentais”, pude perceber a presença de caminhantes com um perfil muito próximo àquele que encontrara em minha pesquisa com os *Ecocaminhantes* e a *ACASARGS*. Algumas de suas narrativas sobre o início da prática da caminhada, a experiência revitalizante de engajar-se em paisagens da natureza e o bem estar produzido pelo ato de caminhar foram algumas das sobreposições que me chamaram atenção. Contudo, também se tornou inegável que a presença de outros atores na promoção

⁶ O Caminho de Santiago é uma rota de peregrinação que surgiu na Idade Média e que conduz às relíquias de São Tiago.

⁷ Além do trabalho de conclusão de curso, publiquei outros textos relacionados a essa investigação (Toniol, 2011a; Toniol e Steil, 2010; Steil e Toniol, 2011).

e realização dessas caminhadas imprimia contornos bastante distintos dos que observei no grupo de ecoturismo, por exemplo. Assim, terminei tomando como ponto de partida para a reflexão de meu novo universo de pesquisa, as conseqüências da institucionalização, em ações estatais, de caminhadas em paisagens da natureza.

Como estratégia para delimitar onde concentraria meu *lócus* de interesse desta pesquisa, enviei, nos primeiros três meses de 2010, mais de seiscentos e-mails para prefeituras, secretarias de turismo, de meio ambiente e de esporte e lazer de municípios em que identifiquei a promoção de alguma caminhada como ação pública. Obtive pouco mais de cem respostas, visitei alguns municípios do Rio Grande do Sul, troquei mensagens com secretários de turismo e com funcionários do Ministério do Turismo e do Meio Ambiente. Por fim, descobri que, no Paraná, havia uma política pública chamada “Caminhadas na Natureza” que articulava diferentes esferas do poder público e da sociedade civil. Após o contato com os gestores dessa política e por razões que delinearei ao longo desta dissertação, optei por concentrar meus trabalhos de campo na região centro norte do Estado, no Vale do Ivaí.

Ao longo de um ano e meio acompanhei seis caminhadas em diferentes municípios do Vale do Ivaí e fui duas vezes até Curitiba para interagir com os coordenadores estaduais das atividades. Nesse período, acompanhei o funcionamento das Caminhadas na Natureza em diferentes âmbitos, vivenciei o cotidiano dos escritórios locais que as organizam, estive junto aos produtores rurais envolvidos com o evento, bem como compartilhei a preparação de alguns caminhantes. Entrei em contato com diferentes grupos de caminhadas, passei a integrar listas de troca de e-mails sobre o assunto e, sobretudo, tornei a prática de caminhar em paisagens rurais uma rotina de pesquisa. Além da participação em caminhadas, também vivenciei a organização dessas junto aos extensionistas e agricultores. Somei minhas expectativas às suas sobre o número de caminhantes que viria ao evento, a quantidade de produtos que seriam por eles consumidos, ou mesmo, a possibilidade de uma chuva colocar tudo a perder.

Na organização dos capítulos desta dissertação optei por recusar uma possível linearidade descritiva e, por isso, o texto não está montado para que tudo culmine com a realização da caminhada, mas, pelo contrário, a realização do evento é o tema do primeiro capítulo. Nesse capítulo apresento narrativas acerca das motivações, interesses e expectativas que levam os sujeitos a caminhar, assim como de suas concepções sobre corpo

e bem estar. Desde uma perspectiva fenomenológica, procuro descrever a caminhada a partir das experiências dos caminhantes. Trato de refletir sobre o próprio deslocamento como ação de conhecimento acerca das paisagens em que se caminha e de produção de atenção.

No segundo capítulo, descrevo a organização das caminhadas por parte de distintos agentes envolvidos com o evento. A partir da perspectiva dos técnicos da Emater, dos agentes públicos, dos produtores rurais e dos formuladores das Caminhadas na Natureza, discorro sobre os interesses e justificativas para a realização desses eventos. Neste capítulo, ainda apresento o modo pelo qual o *idioma ambiental* legitima e engloba essas perspectivas distintas.

Por fim, no terceiro capítulo, elaboro uma descrição histórica sobre a regulação do ato de caminhar por parte do Estado, da Igreja e de instituições médicas. Com isso, procuro apresentar as Caminhadas na Natureza como relacionadas a um trajeto de longa duração, associado com a emergência do Estado Moderno e do controle de deslocamentos.

Capítulo I – “Se parar de caminhar é porque morreu.”: Caminhada e Conhecimento no Turismo Rural do Vale do Ivaí



I Caminhada Internacional na Natureza de Ivaiporã-PR

Da varanda de sua casa, na parte mais alta da fazenda, Seu Ivo e Dona Maria observavam admirados a fila indiana de 800 pessoas que cortava seus campos de trigo. A desconfiança de que ninguém sairia de casa em um domingo de manhã para caminhar no mato transformou-se em dúvida inquietante sintetizada por Dona Maria que, sem dirigir a pergunta a ninguém, dizia: “Eu olho, olho e não vejo nada. O que esse povo todo acha de tão bonito na lavoura?” Ao seu lado, uma das técnicas da Emater reage, “Ué, é o que eu sempre falo, o agricultor tem que valorizar o que tem. A gente não sabe o potencial que a gente tem nas mãos”.

Após um ou dois quilômetros de caminhada por um campo de aveia entramos em uma estrada rural. Algumas famílias de agricultores daquela comunidade aproveitaram o evento e prepararam produtos como pães, doces, milho cozido e artesanatos para vender nesse trecho do percurso. Vendo uma aglomeração se formar perto de uma barraca, me aproximei e pude reconhecer Nelson e seus filhos dizendo aos que chegavam: “Desculpe, mas já acabou. A menina vai trazer mais”. Em frente a eles havia uma mesa com alguns copos, jarras vazias e uma placa em madeira com um anúncio escrito em tinta verde “Suco de laranja ecológico”. Cheguei mais próximo de Nelson e, para puxar assunto, perguntei: “Quer dizer então que estão vendendo suco de laranja ecológico?” Com uma mão em meu ombro o agricultor respondeu: “A gente ia vender só o suco de laranja normal, mas aí a Teresa [técnica da Emater] disse ontem que era suco ecológico.”

No trecho da caminhada em que atravessávamos uma estrada rural cercada por grandes árvores, uma caminhante me relata sobre como aquelas atividades transformaram sua vida: “Agora a caminhada virou um vício, todo domingo eu estou por aí caminhando. Sabe aquela mulher com quem você estava conversando? Ela tinha depressão, mas depois que começou a caminhar, precisa ver, é a mais animada do nosso ônibus. Eu li numa revista uma frase que é verdade ‘Caminhar é levar a mente para passear’. É isso mesmo.”

O objeto de interesse desta dissertação é tudo aquilo que está relacionado com caminhadas na natureza promovidas como política pública no Paraná. Para pesquisar caminhadas, eu mesmo fui convocado a caminhar. Nesse sentido, há uma espécie de sobreposição entre o fenômeno de interesse empírico desta pesquisa, as caminhadas, e um de seus procedimentos metodológicos fundamentais, caminhar. Neste capítulo, procurarei estender ainda mais a centralidade da caminhada para esta investigação, tornando-a o próprio ponto de partida para minhas reflexões. Trata-se de um esforço por tomar a caminhada *em si* como lócus de problematização e não apenas como expressão de algo a ser problematizado. Vale ressaltar aqui, que, conforme já assinali, minha apropriação da caminhada como fenômeno possível de ser refletido pela antropologia não nega seu

potencial analítico para discussões caras às ciências da natureza. Não interessa, portanto, a caminhada como argumento capaz de operar na explicação da natureza humana ou na compreensão da condição humana, mas enquanto fenômeno que coloca à vista os limites das próprias fronteiras disciplinares. Para levar à cabo esse tipo de reflexão, assumo como questão norteadora do texto a seguir a relação entre caminhada e conhecimento. Em um primeiro momento apresentarei, brevemente, algumas problematizações que cientistas sociais fizeram com relação ao ato de caminhar e, também, comporei o quadro de referências que orientam minhas reflexões. Noutro momento, elaborarei uma narrativa etnográfica sobre a preparação e feitura das caminhadas que acompanhei no Vale do Ivaí. Por fim, apresento uma narrativa das caminhadas a partir de fotografias.

1. Caminhada como objeto de reflexão antropológico

Ainda que o ato de caminhar seja um tipo de mobilidade primordial e esteja, de alguma maneira, relacionado com deslocamentos que têm longa tradição como tema de pesquisa nas ciências sociais, como peregrinações e migrações, ele pouco foi tematizado como objeto de investigação. Talvez a referência mais significativa às caminhadas elaborada nas últimas décadas tenha sido o capítulo intitulado “A fala dos passos perdidos” no livro “A invenção do Cotidiano” de Michel De Certeau (1994). Duas passagens iniciais desse texto dão a dimensão de como De Certeau concebe as caminhadas cotidianas:

O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos. (De Certeau, 1994: 177)

As caminhadas dos pedestres apresentam uma série de percursos variáveis assimiláveis a “torneios” ou “figuras de estilo”. Existe uma retórica da caminhada. A arte de “moldar” frases tem como equivalente uma arte de moldar percursos. Tal como a linguagem ordinária, esta arte implica e combina estilos e usos. (De Certeau, 1994: 179)

A relação que Michel De Certeau estabelece entre caminhada e linguagem é a de uma via de mão dupla em que, tanto as estruturas narrativas têm valores de sintaxes espaciais, como os deslocamentos no espaço adquirem valores narrativos. Ao se deslocarem, os caminhantes moldam espaços, seguem por trajetos já traçados, mas também podem subvertê-los e reorganizá-los. Para De Certeau, o ato de caminhar é um espaço de enunciação com uma tríplice função, em que cada um dos termos encontra paralelo com a língua: a) é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre – assim como o locutor se apropria e assume a língua; b) é uma realização espacial do lugar – assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua; c) implica o estabelecimento de relações entre posições diferenciadas – assim como a língua coloca seus falantes em relação (De Certeau, 1994:177). As caminhadas dos pedestres tornam-se, conforme essa perspectiva, *retóricas ambulatórias* que moldam percursos como os falantes moldam frases.

Tais *retóricas* são formuladas, para De Certeau, a partir da articulação entre lugar e espaço. Lugar é aquilo que está estabelecido, já espaço é o lugar praticado, uma espécie de

efeito da criatividade que desloca e transgride o lugar prescrito. Nesse sentido, o espaço está para o lugar assim como a língua falada está para a gramática.

O efeito de estabelecer essa relação homóloga entre aqueles que falam e aqueles que caminham foi duplo para a produção de outras reflexões sobre caminhadas cotidianas. Por um lado, por meio desse paralelo, De Certeau garantiu que o ato ordinário de caminhar adquirisse “dignidade de atenção” para pesquisadores de diferentes áreas. Por outro, essa hipotética paridade entre a ação daqueles que falam e daqueles que caminham limitou as múltiplas possibilidades de compreensão desse tipo de deslocamento como detentor de características específicas, que estão além daquelas análogas a expedientes linguísticos.

Anterior à problematização sobre o ato de caminhar elaborada por De Certeau (1994), é a menção feita por Marcel Mauss, em seu texto “As Técnicas Corporais” de 1934, à possibilidade de se incluir as caminhadas na agenda de certa etnologia comparativa. A alusão às caminhadas, no texto de Mauss, não tem como objetivo colocar esse tipo de deslocamento no centro de suas reflexões, mas elaborar uma classificação das diversas posturas e gestos que as pessoas de diferentes sociedades executam em suas atividades cotidianas, como agachar, sentar, dormir, pular, nadar, correr e caminhar. Sobre o ato da caminhada e a possibilidade de descrevê-lo como uma técnica corporal, Mauss escreveu:

O habitus do corpo em pé ao andar, respiração, ritmo da marcha, balanceio dos punhos, dos cotovelos, progressão do tronco adiante do corpo ou por avanço alternado dos dois lados do corpo. Pés para fora, pés para dentro. Extensão da perna. Zombam do “passo de ganso”. É o meio de o exército alemão obter o máximo de extensão da perna, dado que a maioria dos homens do norte, de pernas compridas, gostam de dar o passo mais longo possível. Na falta desses exercícios, um grande número de nós, na França, ficamos cambaios, em maior ou menor grau, do joelho (Mauss, 2003: 416).

A conclusão de Mauss, e que serve como razão para o autor afirmar a necessidade de inclusão das técnicas corporais nos programas de pesquisa antropológicos, foi que caminhar – assim como nadar, agachar, pular, etc. – embora dependa fundamentalmente de um aparelho biológico, não tem nada de natural (Mauss, 2003: 420-421).

Interessa aqui, além de recuperar as referências às caminhadas elaboradas pelos cientistas sociais, o modo como Mauss sugere que cada uma dessas técnicas é aprendida e

ensinada, isso é, como caminhar se relaciona com o conhecimento. Em diálogo com a ideia da preeminência das representações coletivas para a determinação dos comportamentos individuais elaboradas por Durkheim, Mauss reconhece as técnicas corporais como uma importante via de acesso para compreender as representações capazes de amalgamar as sociedades, torná-las coesas e equilibradas. Assim, as técnicas são, invariavelmente, para Mauss, o resultado de uma necessidade anterior a elas. A própria diferença entre as sociedades poderia ser avaliada conforme a adaptação dessas técnicas a tais necessidades. Nas palavras de Mauss:

Creio que a educação fundamental das técnicas que vimos consiste em fazer adaptar o corpo a seu uso (...). Creio que essa noção de educação das raças que selecionam em vista de um rendimento determinado é um dos momentos fundamentais da própria história (...). Ela separa entre si, ela classifica mesmo as sociedades ditas primitivas: conforme as reações são mais ou menos brutais, irrefletidas, inconscientes, ou, ao contrário, isoladas, precisas, comandadas por uma consciência clara. (Mauss, 2003: 421)

Os corpos, nessa perspectiva, são instrumentos centrais, mas apenas *executores* de idéias, noções e representações elaboradas *fora deles*, isto é, as técnicas corporais *passam* pelos corpos, mas não são forjadas *neles*. Em certo sentido, é a partir da ideia de *habitus* que Mauss sintetiza a maneira como essas técnicas se estabelecem e são ensinadas.

(...) [habitus não variam] simplesmente com os indivíduos e suas imitações, mas sobretudo com as sociedades, as educações, as conveniências e as modas, os prestígios. É preciso ver técnicas e a obra da razão prática e coletiva individual, lá onde geralmente se vê apenas a alma e suas faculdades de repetição (Mauss, 2003: 404).

Caminhadas seriam, assim, para Mauss, um tipo de *habitus*. Mais tarde, Pierre Bourdieu ampliou a extensão desse conceito e levou até as últimas conseqüências a ideia do *habitus* como um sistema de disposições duradouras, princípios inconsciente e coletivamente inculcados para a geração e a estruturação de práticas e representações.

O *habitus* é a mediação universalizante que torna a prática de um agente individual, sem razão explícita ou propósito, significativamente “sensata” e “razoável” apesar de tudo. Essa parte das práticas que permanece obscura aos olhos de seus próprios produtores é o aspecto pelo qual elas

são objetivamente ajustadas a outras práticas e às estruturas cujo princípio de produção é ele mesmo um produto (Bourdieu, 2008: 72).

Assim, Bourdieu relaciona o *habitus* tanto com a dimensão corpórea dos sujeitos, como com as estruturas sociais estruturadas. Ao mesmo tempo em que o autor reconhece os limites da dicotomia entre representações sociais e práticas corporais – uma vez que relaciona dimensão corpórea e estrutura social –, mantém a partilha entre os processos de *inculcação* e de *incorporação* do *habitus*. Noutras palavras, é como se Bourdieu apresentasse e explorasse as relações entre *disposições corporais* e *representações coletivas* afirmando-as como características de domínios existenciais distintos, um relativo à mente e outro ao corpo. Ao considerar a partilha entre corpo e mente na descrição e análise do *habitus*, Bourdieu alia-se com certa perspectiva cognitivista segundo a qual a transmissão de conhecimento se dá de geração à geração por meio da aquisição – observável nos corpos e nas idéias dos sujeitos – de representações.

O que sugiro é considerar a proposta de Tim Ingold (Ingold, 2008; Ingold e Vergunst, 2011) e reconhecer o conhecimento menos como uma ação cognitiva individual e mais como uma ação resultante de determinado modo de habitar o mundo. Trata-se de situar-me como partícipe de um esforço mais amplo, elaborado por uma série de autores (Descola, 2005; Ingold, 2000, 2011; Latour, 1994, 2002; Viveiros de Castro, 2002), que têm colocado em xeque o primado da razão humana na produção de conhecimento sobre o mundo⁸.

Em diálogo com a psicologia e ecologia, Ingold afasta-se de uma tradição cognitivista e se aproxima de uma filosofia fenomenológica. Como consequência epistemológica desse posicionamento teórico, o autor afirma que conhecer não é resultado da aquisição de representações, mas da disposição fenomênica dos sujeitos-no-mundo de modo a forjar determinadas habilidades a partir dessa relação. Portanto, produzir e transmitir conhecimentos é, antes de tudo, educar a atenção dos sujeitos a partir de suas relações com o mundo.

⁸ Vale destacar que, ao elaborar essa perspectiva, Ingold também visa problematizar a não consideração dos não-humanos na produção de conhecimento. Contudo, o que me interessa nessa perspectiva, nesse momento, não é tanto a possibilidade de considerar os não-humanos como produtores de conhecimento, mas sim o fato de que aquilo que, habitualmente, considerou-se como oposto à razão no ocidente moderno – isto é, o corpo – também seja considerado como possível produtor de conhecimento sobre o mundo.

No que se refere às questões até aqui formuladas sobre o ato de caminhar, esse tipo de perspectiva fenomenológica apresenta duas conseqüências imediatas. Em primeiro lugar, contrapõe-se à derivação do fato de que toda a humanidade caminha, o postulado evolucionista que afirma que caminhar é uma habilidade motriz inata. O que está em jogo nessa formulação é a ideia de que as representações e regras que geram um modo de caminhar específico podem ser transmitidas de uma mente à outra, somente porque há um dispositivo inato capaz de processar as informações culturais adquiridas ao longo da vida. Embora a “cultura” seja determinante para constituir o modo como os sujeitos caminham, por exemplo, ela é, segundo essa perspectiva, necessariamente posterior a aparatos “naturais” de processamento de informação. Esses dispositivos, que funcionam como *inputs*, são incontornáveis, transcendentais, insensíveis aos modos como os sujeitos estão implicados no mundo.

Ao questionar esses pressupostos cognitivistas não estou negando a imprescindibilidade do organismo biológico para a realização da caminhada, mas, sim, problematizando a ideia de que a cultura é um “ingrediente extra” que se soma ao “humano natural”. Em poucas palavras, o objetivo é evitar a todo custo a assertiva segundo a qual os humanos nascem biológica ou psicologicamente idênticos para depois diferenciarem-se culturalmente. Nesse sentido, as habilidades adquiridas são resultados da situação do *ser-no-mundo*, implicando um processo de desenvolvimento *não* referenciado pelas segmentações características da modernidade, tais como a de um organismo exclusivamente biológico, um mundo externo aos sujeitos e uma cultura indiferente ao mundo e ao organismo.

Em segundo lugar, também problematiza alguns modelos analíticos que tratam a produção de um modo de experimentar o mundo como relativo a processos distintos daqueles que conformaram as representações sobre esse próprio mundo. Assim, questiona-se o fundamento do conceito de representação que supõe uma correspondência entre aquilo que está na mente dos sujeitos e aquilo que ocorre fora dela, para tomar como ação fundante da humanidade a própria relação dos sujeitos com o mundo.

Diante desse quadro de referências pode-se afirmar que caminhar não é meramente a expressão de pensamentos e sensações que já foram transmitidos a partir de representações relacionadas a certos preceitos culturais, nem, tampouco, a caminhada é apenas uma maneira de pensar e sentir através da qual formas culturais são continuamente

geradas. Opto por seguir a sugestão radical de Sheets-Johnstone (1999) e de Ingold e Vergunst (2008) e fazer essa última proposição ao reverso, argumentando que pensar e agir são modos de caminhar. Para tanto, é necessário ampliar a noção de caminhar e, por conseguinte, reconhecer que pensar e sentir não se reduzem ao estabelecimento da relação entre um estado subjetivo da mente e uma objetividade dada pelas condições materiais do mundo, mas, antes disso, conceber o ato de deslocar-se como fundamental para a experiência, interpretação e conhecimento do mundo. Isso é, movimento, aqui, não é um acessório para o conhecimento já incorporado sobre o mundo, mas é ele mesmo o modo de conhecê-lo.

O corpo, nessa perspectiva, adquire significativa relevância na medida em que é objeto e sujeito do deslocamento. Constituindo-se, portanto, não apenas como um mero receptáculo de estímulos e inscrições culturais já construídas, mas como o próprio solo existencial da cultura (Csordas, 2008). E, neste sentido, se o corpo é fundamento da cultura, caminhar – ou pensar em movimento – é fundamento para ser um corpo.

O movimento não é uma ação utilitária cuja maior importância está em sair de um ponto e chegar a outro, mas é no próprio deslocamento que o conhecimento é cultivado, forjado junto com a própria paisagem em que se move. Nessa perspectiva, em que a situação do *sujeito-no-mundo* é central para compreender aquilo que ele conhece, a distinção entre um especialista e um neófito se dá menos pelo conteúdo das informações que cada um deles tem em suas mentes e mais pela maior sensibilidade fenomênica a elementos de seu entorno. No caso das caminhadas do Vale do Ivaí, conforme procurarei mostrar a seguir, o *idioma* ambiental é colocado para funcionar, justamente, a partir da sensibilização dos caminhantes a determinados aspectos dos percursos por onde caminham.

2. A caminho da caminhada

Há uma espécie de circuito de reciprocidade envolvendo os municípios que promovem as caminhadas concretizado na oferta de ônibus para transportar os caminhantes até o local dos eventos. A existência desse transporte é, para os técnicos da Emater, um fator importante para que em todas as atividades haja um número mínimo de participantes. A expectativa sobre quantos caminhantes irão a cada caminhada, que ganha contornos

dramáticos para as famílias que assumem o risco da preparação do café da manhã e almoço, é atenuada com a divulgação do número de inscritos nos ônibus de cada prefeitura. Com a popularização das caminhadas no Vale do Ivaí, contudo, esses ônibus deixaram de ser os únicos a levar caminhantes para o evento. Lembro da surpresa que os organizadores de uma caminhada tiveram quando quatro vans lotadas com pessoas de idade bastante avançada chegaram de uma das comunidades mais afastadas de Ivaiporã. Nas caminhadas que acompanhei, cada vez que um ônibus “não esperado” chegava e era anunciado pelo locutor do evento, responsável por conduzir a cerimônia de abertura, a notícia repercutia com entusiasmo na cozinha em que as comidas eram preparadas.

Certamente, a possibilidade de ter um transporte cedido pela prefeitura para participar das caminhadas contribui para o sucesso desse evento naquela região. Contudo, e isso é o que interessa nesse momento, a centralidade da oferta de transporte vai além de uma solução economicamente viável para os caminhantes. Isso porque, o modo como se chega até o local da caminhada é, talvez, o elemento mais significativo para se compreender aquilo que, na maior parte das vezes, determina a maior ou menor adesão das pessoas nesse tipo de atividade, a formação de um grupo. Percorrer esse caminho inverso da chegada das pessoas nas caminhadas até suas cidades de origem ajuda a colocar em evidência as redes de interação acionadas para a divulgação desses eventos e que tornam possíveis que, em municípios rurais, com pouco mais de três mil habitantes, haja mil pessoas dispostas a caminhar em meio a lavouras de agricultura familiar.

Ainda que muitos caminhantes possam chegar até as caminhadas por redes pessoais, a própria estrutura de organização do evento termina criando dispositivos que os incluem em certas coletividades. Assim que os ônibus das cidades chegam, por exemplo, os caminhantes são anunciados e identificados por suas cidades de origem. É a partir desses dispositivos de identificação, estendido a todos seus participantes, que a própria caminhada é organizada em suas etapas que incluem a recepção das pessoas, a previsão da quantidade de alimento, o porte das trilhas, etc. Assim, dificilmente há, pela classificação da Emater e pela dos próprios caminhantes, sujeitos não identificados com algum grupo. “Aqueles que não se identificam com ninguém”, afirmava uma caminhante para mim, “provavelmente não voltará a caminhar”.

De modo geral, a participação massiva das pessoas nas caminhadas na natureza é assegurada por três tipos de agrupamentos. Um primeiro tipo é formado por caminhantes

que se inscrevem para ir com os ônibus cedidos pelos municípios. Embora haja certa rotatividade entre os inscritos nesse transporte, a assiduidade de algumas pessoas termina contribuindo para a constituição de um grupo que, inclusive, passa a se reunir fora dos períodos das caminhadas. Há um corte de gênero bastante significativo nesses grupos. Além da presença de mulheres ser muito maior que a de homens, na maior parte das vezes, a postura masculina com relação à caminhada é jocosa e sintetizada numa expressão que muito se repete nas conversas entre os homens: “eu tive que vir para acompanhar a mulher, porque isso aqui é um programa de índio”. Esse tipo de verbalização é apenas uma das expressões dessa postura *blasé* encarnada pelos homens com relação às caminhadas. Enquanto as mulheres investem na sua preparação, equipando-se com roupas e calçados mais adequados para essas atividades, a maior parte dos homens, mesmo participando de muitas caminhadas ao ano, vão trajando camisa, calça social e sapato. Ou ainda, essa posição se expressa quando as mulheres ocupam seus lugares assim que o ônibus da prefeitura chega ao local combinado e os homens relutam até o último momento para entrar no veículo reiterando o tempo todo que não gostariam de estar ali. Na maior parte das vezes são as mulheres quem fazem os convites para que integrantes de suas redes de parentesco e amizade participem dos eventos. Um dos espaços fundamentais onde ocorre a promoção das caminhadas por meio dessas redes particulares são as igrejas. Em inúmeros grupos de oração, por exemplo, circulam notícias, listas de inscrição e fotografias associadas às caminhadas. Maysa, uma moradora de Manoel Ribas que já participou de mais de quinze caminhadas, conheceu o projeto na Igreja e lá formou um pequeno grupo que todo o domingo se reúne para participar dos circuitos da região:

A primeira caminhada eu fiquei sabendo na Igreja, por uma amiga. Na hora que eu ouvi falar da caminhada eu disse: ‘eu vou’. Quando eu ouvi falar a primeira vez, achei que vinham poucas pessoas, mas aí, quando fui, fiquei muito surpresa. Quando você vem na primeira e vê aquele monte de gente caminhando, você fica com vontade de andar mesmo. Sabe, aquelas pessoas te inspiram a caminhar na natureza, a conhecer mais coisas. A segunda que fiz foi em Lunardelli e fiquei sabendo porque trabalhava na Emater e o pessoal me contava o que ia acontecer. Aí fui para igreja e avisei todo mundo. [Maysa, Manoel Ribas, março de 2011].

Nesses mesmos ônibus, pequenos grupos de caminhada recentemente criados também se reúnem. São, sobretudo, grupos que se constituem a partir de redes de trabalho e que, normalmente, depois da participação em alguns eventos, já passam a organizar suas

saídas com transportes próprios. Esse segundo tipo de grupo muito contribui para o elevado número de participantes nessas atividades e são valorizados pelos organizadores, crescendo muito rapidamente. Os trabalhadores dos Correios de Ivaiporã, por exemplo, começaram com um grupo de quatro pessoas e, nas últimas caminhadas do ano de 2011, já reuniam mais de dez. Outro exemplo de coletivo foi o que se organizou na cidade de Jardim Alegre, a partir de um grupo de amigas:

Eu conheci as caminhadas através de uma amiga da cidade vizinha, de Ivaiporã, onde tenho meu comércio. Ela já tinha participado e gostado, aí convidou todo um grupo que é da Associação Comercial da cidade. Nessa primeira que eu fui já convidei gente da minha cidade para caminhar. A gente estava meio perdida, tínhamos medo de convidar mais pessoas e decepcionar, acontecer algum problema, até na parte física, de saúde. Mas aí a gente viu que não é bem assim, que a caminhada é muito bem organizada e tem apoio da saúde, bombeiro e tal. Aí a gente viu que é bom, que dá para aguentar e fomos convidando mais e mais. Na segunda caminhada já decidimos: vamos formar um grupo. Aí formamos nosso grupinho convidando mais amigas e chegamos em seis amigas, somente seis, mas essas seis são fiéis e estamos bem organizadas. Mas agora cresceu, dessas seis estamos em dezesseis e na próxima, se Deus quiser, estaremos entre cinquenta ou sessenta. Essa é nossa programação. Já temos camisas, bonés e site. Virou um vício. [Rosângela, Manoel Ribas, março de 2011].

Anita, uma senhora de 70 anos, formou um grupo de caminhantes da terceira idade que, de tão numeroso, passou a ter que fretar seu próprio ônibus para participar das caminhadas:

Eu faço tapete para a Casa do Artesão. Aí, um dia fui entregar uns tapetes e estava lá nosso prefeito Cyro com alguns vereadores fazendo uma reunião sobre a caminhada. Eu fiquei ouvindo e me interessei. Aí fui falar com o Cyro se o pessoal do Sítio Jacutinga podia participar também. Ele disse que sim e o ônibus foi buscar as vinte pessoas que eu arrumei de um dia para o outro. A coisa começou a se espalhar e o Cyro não conseguiu mais mandar o ônibus da prefeitura porque nosso grupo ficou muito grande. Agora a gente mesmo aluga um ônibus e vem todo mundo cantando para as caminhadas. É uma animação só. Eu acho legal, viu. Eu não caminhava, comecei depois dessas [caminhadas] na natureza. Eu sempre trabalhei muito na roça, na verdade fazia muito mais caminhadas do que estou fazendo agora, né. Mas é diferente, agora me sinto melhor. Tenho disposição, alegria, aquela vontade de viver, de lutar. Antes terminava um serviço e já ia para outro, nem dava tempo de perceber nada. [Anita, Ivaiporã, setembro de 2010].

O último tipo de grupo, ao contrário dos anteriormente descritos, refere-se àqueles que não se constituíram a partir da política das Caminhadas na Natureza, mas que já existiam antes dela e terminaram incluindo esses eventos em seus calendários de atividades. Tratam-se de grupos que, independentemente de iniciativas governamentais, encontram-se regularmente para caminhar. Seus roteiros de caminhada são diversos, mas, normalmente, são realizados durante um fim de semana em estradas rurais. Como já apontaram algumas pesquisas (Carneiro, 2007; Steil e Carneiro, 2008; Steil e Carneiro, 2011; Steil e Toniol, 2010; Toniol, 2011), tanto a expansão do número de grupos como também dos roteiros disponíveis no Brasil para esse tipo de atividade, estão relacionados com a popularização do Caminho de Santiago de Compostela. A expansão dessa peregrinação, fomentada, em grande medida, pelas inúmeras Associações dos Amigos do Caminho de Santiago, contribuiu não apenas para tornar a prática de caminhadas popular entre certos setores da sociedade, como também para difundir um tipo de engajamento místico-ecológico nos percursos desses roteiros. Ao contrário dos outros dois grupos descritos, esses caminhantes normalmente têm uma trajetória pessoal mais relacionada com espaços urbanos sendo, a maior parte deles, de classe média e com altos níveis de escolaridade. Entre os inúmeros grupos desse tipo que participam das Caminhadas na Natureza, destaco o relato de integrantes de dois deles, o Londrina a pé e o Curitigrinos.

A gente faz estradas rurais todo domingo. Sempre no entorno de Londrina. Faz uma rota, tem um ponto de encontro, faz uma chamada no blog, tem uma lista de e-mail, e aí o pessoal se reúne. Uma vez por mês aproveitamos as Caminhadas na Natureza e viemos caminhar. Tem muita gente no nosso grupo que já fez Santiago ou que está treinando para ir, então o pessoal entra na coisa de cabeça. [João, integrante do grupo Londrina a Pé, Lunardelli, Julho de 2011].

Eu conheci o grupo porque meu irmão, que trabalha em Porto Alegre, me mandou entrar num site de caminhadas. Ele estava fazendo terapia e a terapeuta mandou ele ir atrás disso. Ai eu me convenci de ir. Cheguei lá de *All Star*, que não é tênis de caminhada, peguei uma mochila da minha filha e fui. Isso foi em maio de 2008, foi a primeira caminhada que fui. A segunda foi em junho, já conheci um pessoal muito legal e fiz amizade. Agora eu não consigo mais viver sem caminhar, fico estressada, começo a me sentir mal. Caminhar é a melhor terapia para mim. [Suely, integrante do Curitigrinos, Curitiba, abril de 2011].

A presença massiva de caminhantes relacionados com esse último tipo de grupo

descrito contribuiu para que nas caminhadas do Vale do Ivaí também se encontrasse determinadas concepções de corpo, espiritualidade e saúde, que, na literatura antropológica (Amaral, 2000; Carozzi, 1999; Magnani, 1999), têm sido descritas como características das classes médias urbanas. Assim, nas caminhadas que acompanhei no interior do Paraná não me deparei com a multidão de corpos penitentes em busca da redenção, exaustivamente descrita pelos estudos de comunidade feitos pelos antropólogos (Azevedo, 1955; Queiroz, 1965), mas encontrei corpos que, ao se deslocar na natureza, seguiam em direção ao aperfeiçoamento pessoal e do *cultivo de si*⁹. Se, nas peregrinações tradicionais, a busca da saúde física é uma dádiva divina, que pode ser concedida dentro de um regime de reciprocidade entre seres humanos e divinos, nas caminhadas na natureza, alcançar o bem estar físico e a saúde é uma responsabilidade dos sujeitos humanos que buscam se integrar num todo harmonioso relacionado a espaços da natureza¹⁰.

3. A produção dos corpos dos caminhantes

Enquanto caminha na natureza, o caminhante não cultiva apenas seu bem estar físico, mas seu corpo se constitui como um lugar em que se estabelece um fluxo constante entre as coisas relativas à alma, à mente e ao próprio corpo. Parece haver, no ideal de saúde desses sujeitos, uma espécie de interdependência entre as dimensões físicas e psíquicas, e o

⁹ Uso o termo “cultivo de si” tem como referência a elaboração feita por Carvalho e Steil: “A idéia de cultivo será tomada aqui em duas acepções que procuraremos considerar de forma articulada: uma que remete ao sujeito (self) e a outra ao ambiente. Quando referida ao sujeito (self), o cultivo de si incorpora um conjunto de práticas auto-educativas que vamos identificar como uma forma de ascese no mundo, que visa o aperfeiçoamento pessoal por meio do cuidado do corpo e da alma. (...) O cultivo do ambiente, por sua vez, refere-se fundamentalmente à preocupação ecológica com a sustentabilidade da natureza, a educação ambiental e a sobrevivência do planeta. Podem ser elencadas, neste campo de práticas, o consumo ecológico, a reciclagem, a arquitetura agro-ecológica, dentre outras. Embora o cultivo de si e do ambiente nem sempre apareçam interligados, a probabilidade desse nexos é bastante recorrente, apontando processos complementares tanto de sacralização da natureza quanto de “naturalização” do sagrado” (Carvalho e Steil, 2008: 290).

¹⁰ O Caminho de Santiago também ocupa uma posição singular no espectro das peregrinações cristãs. Segundo Steil, sua versão contemporânea aponta para um modelo de peregrinações que têm “um novo impulso que vem tanto da revalorização de tradições pré-cristãs quando da emergência das religiões do *self*, que vão enfatizar a dimensão da experiência pessoal e a imanência do sagrado na paisagem e na natureza” (Steil, 2008, p.784).

contato com a natureza torna-se, nesse contexto, um evento privilegiado na busca por esse ideal. Ao compreender as caminhadas como uma espécie de terapia capaz de dar conta dessa concepção holística de corpo, o caminhante traz à tona o ambiente em que caminha – a natureza – como elemento chave que compõe essa noção de bem estar (Steil e Toniol, 2011).

Essa busca pelo aperfeiçoamento de si, a partir de certo tipo de engajamento na natureza, coloca em evidência uma noção ampla de saúde que extrapola os próprios limites corpóreos dos sujeitos e incorpora o cuidado com esses espaços em que se caminha como condição para a experiência de bem estar. Ou seja, não há possibilidade dos indivíduos alcançarem o ideal de saúde física ou mental em descontinuidade com a saúde e o cuidado do ambiente. Como sugeriu Bateson (2000), em sua reflexão sobre os limites do corpo de um cego guiado por seu bastão, o corpo não está circunscrito à pele.

Nesse contexto de transformação dos ideais de bem estar, a prática das caminhadas na natureza torna-se um evento privilegiado para se observar como essa corporeidade, que extrapola os limites do corpo, tem atribuído a certa natureza um lugar central. Dessa maneira, embora tenha se tornado uma espécie de lugar comum das prescrições médicas para uma vida saudável sugerir a prática de caminhadas, as elaborações sobre corpo e saúde feitas pelos caminhantes parecem operar em um registro distinto daquele que vigora nas práticas medicinais institucionalizadas no ocidente moderno.

A minha cachaca é a caminhada! Esses dias eu fui à médica fazer check-up e a médica perguntou se eu estava fazendo atividade física e eu comentei das caminhadas. Aí ela disse: ‘ah! Mas porque você não divide esses quinze quilômetros que você faz no final de semana, em dois [quilômetros] por dia [ao longo da semana]’. Ai eu falei, ‘mas onde eu vou caminhar num lugar bonito meus dois quilômetros por dia?’ Aí ela falou: ‘você vai no parque Barigui’. Aí eu falei: ‘Ah! Mas aí eu vou ver todos os dias a mesma paisagem?’ Aí ela falou: ‘não importa a paisagem que você vai ver, o que importa é seu corpo. Importa você fazer o exercício diário!’ Aí eu falei, ‘não, exercício por obrigação eu já faço. Ginástica na academia, essa é minha obrigação e eu não tenho nenhum prazer nisso. Mas o meu prazer é caminhar no fim de semana, então eu vou fazer dez, quinze, vinte quilômetros’. Quer dizer, ela acha um absurdo e diz: ‘Fazer 15 [quilômetros] no final de semana não é bom, tem que dividir isso durante a semana’. Só que daí você vai fazer isso por obrigação, não vai fazer bem para o meu espírito! Caminhada não tem nada a ver com cuidado com o corpo físico, para emagrecer. Faz bem pra cabeça. Se faz bem para o corpo não sei, mas pra cabeça e para o espírito faz! [Elaine, Curitiba, abril de 2011].

É significativo que, embora assuntos relacionados ao bem estar sejam bastante comuns entre os caminhantes, o vocabulário acionado para relatar os benefícios da caminhada é menos aquele que remete à saúde física *do corpo que se movimenta*, e mais aquele associado à *psiquê da mente que “desestressa”*.

E a natureza ajuda, o ar puro, equilíbrio e essa coisa de você estar se sentindo fazendo parte. E na vida urbana a gente fica muito desconectado desse equilíbrio todo, que só o contato com a natureza proporciona. Para além da dimensão física, tem a espiritual e emocional, com certeza, e mental que você desestressa. [Maria, Lunardelli, abril de 2011].

De certo modo, problematizar a ideia de corpo como dual e limitado à pele também coloca em xeque perspectivas que o concebem como um substrato biológico, pronto para ser “usado” por um sujeito cultural. O que sugiro, é tomar com corpo como algo em estado de contínuo *vir a ser*, produzido na medida em que é posto em relação e torna-se, assim, sensível a aspectos, fenômenos e elementos antes imperceptíveis. No caso das caminhadas que acompanhei, o que está em jogo é relacionar o próprio deslocamento dos caminhantes a afetação e produção de um corpo sensível a um tipo de natureza, ou melhor, a certo *idioma ambiental*.

É com a produção desse corpo que o ideal de saúde do caminhante se transforma e passa a ser sensível à natureza em que se caminha. Nessa perspectiva, o deslocamento que se realiza com a caminhada não é simplesmente um modo de passar de um lugar a outro, mas um tipo de *inter-ação* do corpo com o mundo e do mundo com o corpo. Rosângela, por exemplo, ao tentar descrever a situação de seu corpo na experiência da caminhada afirma:

Quando eu volto da caminhada eu sinto muita paz, é maravilhoso. É totalmente diferente de caminhar na esteira. A esteira parece um medicamento que você está tomando. Agora, isso aqui não é medicamento, é saudável, é puro, é natural. Aqui, você se sente você mesma, na esteira não. Eu acho que é como se você estivesse tomando um remédio. Faço academia, mas não vejo a hora de estar aqui fazendo isso. Essa é a academia verdadeira do ser humano. [Rosângela, Manoel Ribas, março de 2011].

A comparação a partir da qual Rosângela descreveu a caminhada aponta para aspectos centrais para se compreender esse corpo do caminhante. Do ponto de vista da motricidade humana, caminhar na esteira e na natureza não faz diferença. Para responder a

minha questão sobre a experiência corpórea ao caminhar, portanto, Rosângela contrastou dois contextos em que o corpo executa, em algum sentido, movimentos aparentemente idênticos. Contudo, como ela mesma afirmou noutra momento, “o corpo”, em cada um desses contextos, “responde diferente”. A “resposta” do corpo a que se refere Rosângela sugere que a radicalidade da diferença entre os mesmos movimentos não está naquele corpo *restrito à pele*, mas no *corpo estendido ao ambiente*. Do mesmo modo que Rosângela reconhece um tipo de *inter-ação* entre o corpo e o ambiente como artificial – e, por isso, medicamentosa –, há, para a caminhante, uma natureza autêntica em que *seu*¹¹ corpo encontra equilíbrio. Nesse sentido, vale salientar que a produção de *respostas corporais* distintas não se restringe a ambientes com diferenças amplamente reconhecidas, como aquele em que está a esteira e aquele das estradas rurais, mas também ocorre em paisagens com topografias, cores e texturas com diferenças mais singelas.

Diante da mesma questão que fiz à Rosângela – como você descreveria as sensações e experiências de seu corpo na caminhada? – João respondeu:

Tudo é muito mais mental do que físico. A cabeça não consegue pensar em outra coisa, você está no agora, você vive o presente que é o que a gente está vivendo aqui enquanto caminha. E isso é uma coisa que a gente não sabe fazer. A gente vive com o corpo aqui e com a cabeça lá, mas quando você está caminhando isso é impossível. Tem outra coisa que é bacana, que é a velocidade que a gente anda. A gente caminha muito lentamente e aí você tem muito mais percepção das coisas. Enquanto o dia-a-dia na correria, no carro você não percebe o que está ao seu lado, aqui você exercita outro olhar. Você desacelera. E quando chega dá um prazer, um relaxamento. O corpo acorda. É engraçado que, como tira o stress, mesmo as pernas cansadas, a disposição de fazer outras coisas ou de descansar existe porque a cabeça está boa. Na verdade, o objetivo é a contemplação da natureza e isso você só consegue fazer na velocidade da caminhada. [João, Lunardelli, Julho de 2011].

É a velocidade do deslocamento que torna a relação do sujeito com o mundo em que ele caminha diferente daquela que estabelece em seu cotidiano. Não há um mundo pronto para ser observado e um corpo projetado para observar, mas há uma relação entre a velocidade desse corpo que pode observar e o mundo que, naquela velocidade, pode ser

¹¹Ressalto aqui o pronome *seu* porque não me refiro ao corpo de Rosângela enquanto substrato biológico genérico, mas ao corpo que foi produzida a partir das afetações experimentadas individualmente por Rosângela.

observado¹². O bem estar a que o João se refere, escancara esse fluxo ininterrupto entre as segmentações modernas do corpo e da mente, do sujeito e do mundo.

No que se refere à perspectiva teórico-metodológica, esse tipo de problematização implica em aproximar-se da concepção de um corpo fenomênico, não dicotomizado. Essa proposta vai ao encontro de um esforço por produzir uma antropologia da experiência em que o corpo não é concebido como “um objeto que é bom para pensar, mas como um sujeito é necessário para ser” (Csordas, 2008, p.367). Com isso, passa a ser essencial, para descrever a corporeidade dos sujeitos, seus modos somáticos de atenção, ou seja, a maneira como determinada situação no mundo implica um modo específico de estar atento “a” e “com” o corpo. “Estar atento “a” diz respeito à atenção dada ao estado do corpo no mundo, um modo de estar atento ao meio intersubjetivo que ocasiona aquela sensação. Estar atento “com” refere-se ao modo de engajar os sentidos numa determinada atenção” (Csordas, 2008, p.372).

A produção de um corpo caminhante não ocorre somente nas caminhadas. Esses corpos são forjados gradualmente, conforme os sujeitos engajam-se na prática de caminhar e incorporam determinados sentidos éticos e estéticos. O engajamento informa o caminhante sobre quais as habilidades técnicas, os gestos e o saber-fazer são valorizados nesses eventos. É necessário compreender, portanto, que o universo das caminhadas remodela os corpos, convertendo-se em um marcador temporal na vida desses sujeitos, transformando sua rotina e, possivelmente, alterando suas categorias de apreciação.

Tornar-se caminhante é apropriar-se de uma determinada corporeidade, de modos específicos de estar atento “a” e “com” o corpo sem que, no entanto, haja distinção entre aquilo que é domínio do físico e do mental, da cultura e da natureza. No corpo tudo isso está conjugado e a corporeidade refere-se, justamente, a tais arranjos.

Nessa corporeidade dos caminhantes, como já afirmei noutros trabalhos (Toniol e

¹² Vale ressaltar a relação entre essa relação do corpo com o mundo com o conceito de carne do mundo como sugeriram Carvalho e Steil: “É importante observar que o conceito de carne em Merleau-Ponty contribui significativamente para a superação da posição antropocêntrica que transforma todo não-humano em mero objeto. Diferentemente da crítica da ecologia profunda que, ao se posicionar a favor do biocentrismo contra o antropocentrismo, apenas muda de pólo, sem alterar a relação de submissão entre humanos e não-humanos, Merleau-Ponty chama a atenção para o entrelaçamento denso e extensivo entre estes pólos como uma mesma carne, ao mesmo tempo em que reconhece que o processo de autoconsciência em cada um deles não é idêntico” (Carvalho e Steil, 2008:293)

Steil, 2010; Toniol, 2011) a dor física é uma experiência somática central. No horizonte de uma visão cartesiana, em que prevalece uma preeminência da mente sobre um corpo, a exaustão e a dor seriam descritores de uma ordem cultural que se inscreve no corpo. Ao passo que, quando analisados sob o paradigma da corporeidade, tanto a dor quanto a exaustão tornam-se centrais. Essa experiência, na medida em que é compartilhada por uma coletividade, conforma uma situação de intercorporeidade em que os caminhantes se vêm engajados existencialmente.

A descrição da experiência da caminhada para muitos dos caminhantes tem como fio condutor os percalços, as dificuldades enfrentadas nas distâncias percorridas, os terrenos íngremes, as intempéries. A exaustão física é posta em relevo e essa valorização das dificuldades contribui para tornar mais “autêntica” a experiência entre os sujeitos. Corporalmente, essa sensação é narrada por meio de modalidades sensoriais indeterminadas que oscilam entre a expressão da sensação de um “corpo esgotado” e de uma “mente revitalizada”. A elaboração de descrições ambivalentes que ora tendem para expressões relativas ao corpo e ora para expressões relativas à mente/alma remete a um fluxo contínuo entre modalidades sensoriais capazes de estar presentes nessas duas alçadas. Isso é, ao proporcionar descrições somáticas que se configuram a partir de um arranjo híbrido que conecta sensações físicas e experiências da ordem da mente/alma, as caminhadas tornam-se um contexto privilegiado para a análise que tem como uma de suas premissas básicas o colapso entre essas esferas.

A exaustão corporal parece ser somatizada pelos caminhantes como índice de produção de bem estar, como afirmou o Maria, “Depois das caminhadas a gente fica com muitas dores no corpo, mas elas passam. Na verdade, a dor da caminhada entra no registro do prazer porque com ela a gente sabe que o corpo está desestressando”.

Como assinaléi anteriormente, há uma gama bastante diversa de caminhantes que participam das atividades que acompanhei no Vale do Ivaí. Parte deles, especialmente aqueles que estão engajados nos grupos de caminhada anteriores à existência das Caminhadas na Natureza, estão mais relacionados com alguns desses ideais de corpo e saúde. No entanto, pode-se afirmar que a experiência somática da dor como indicador de saúde é um dos elementos capazes de atravessar significativamente os distintos perfis dos caminhantes e se constituir como um elemento central da produção de uma corporeidade específica dos sujeitos que caminham.

4. Por que caminhar?

Já aponte outros trabalhos sobre grupos de caminhada (Toniol e Steil, 2010; Steil e Toniol, 2011) que, sem desconsiderar a diversidade de motivações que levam as pessoas a começarem a caminhar, há uma significativa recorrência de essa prática constituir-se como uma espécie de marcador de alguma ruptura na trajetória particular dos sujeitos. Essa ruptura pode estar associada a uma separação, morte de pessoa próxima ou mesmo mudança de emprego. Embora as caminhadas no Vale do Ivaí tenham importantes diferenças se comparadas com as que acompanhei noutras pesquisas¹³, essa característica acerca do início da prática mostrou-se uma constante.

A narrativa sobre como os caminhantes entraram nos grupos de caminhada se assemelha àquelas que descrevem uma trajetória de conversão religiosa, quando o início de determinada atividade marca também o fim de um período anterior a ela no qual se rompe com certas rotinas. Ao descrever como começou a caminhar, Suely, advogada de 41 anos, afirmou:

Para mim começou assim, eu fui casada durante 21 anos e só me dei conta de que não tinha amigos quando eu fui fazer um cadastro para trabalho. Lá eles me pediram três pessoas que não fossem parentes, aí eu descobri que não tinha quem indicar. Tive que ligar para uns cunhados, quer dizer, maridos das ex-cunhadas e combinar com os caras, que não tinham o mesmo nome, o que dizer. Eu falei, nossa como pode? E não sei quanto tempo fiquei nessa, aí meu irmão mandou o endereço do site de caminhada e eu disse: ‘agora vou fazer amizade!’ Porque é um absurdo você não conhecer três pessoas que não sejam parentes, mas agora eu tenho as caminhadas e eu não abro mão. O próximo marido, se tiver, vai ter que caminhar. E não começa a dizer que está com preguiça de caminhar. [Suely, Curitiba, abril de 2011].

Certa vez, em uma caminhada no Vale do Ivaí, comentei com um caminhante sobre essa recorrência, tanto nos casos que pesquisei no Rio Grande do Sul como nos que estava observando no Paraná, do início da prática da caminhada marcar uma ruptura na vida dos sujeitos. Surpreso com minha pergunta, o caminhante contou que havia se separado há três anos e estava em busca de um novo círculo de amizades fora de seu trabalho e dos

¹³ Refiro-me à pesquisa citada na introdução deste texto que desenvolvi no marco de minha graduação em Ciências Sociais.

ambientes de sociabilidade em que circulava com a esposa quando decidiu entrar em um grupo de caminhadas. Como sua separação havia sido conturbada, rompeu os contatos com sua antiga companheira e, embora imaginasse que ela também estivesse buscando novas amizades, não sabia como estava fazendo. Pouco mais de oito meses depois de sua separação e do início da prática das caminhadas, a reencontrou em um dos passeios promovidos pelo mesmo grupo de que participava. Ambos incorporaram a prática das caminhadas em seus hábitos cotidianos e passaram a participar das atividades semanais do mesmo grupo e, com essa reaproximação, se reconciliaram e reataram o relacionamento. No entanto, segundo ele e a própria esposa, ambos decidiram continuar caminhando mesmo depois da reconciliação, uma vez que essas atividades seriam uma das coisas capazes de “lembrar o novo período do relacionamento”.

As caminhadas não apenas operam como marcador de uma ruptura na vida dos sujeitos, como também como uma espécie de prática que, quando realizada, contribui para a manutenção da nova condição assumida. Esse é o caso, por exemplo, de sujeitos que começam a caminhar por conta de algum problema de saúde e seguem caminhando mesmo após o término do tratamento. Nessas situações, continuar caminhando é uma afirmação da nova condição assumida após a doença. Maysa, uma caminhante de uma das menores cidades do Vale Ivaí, começou a caminhar quando descobriu que estava com leucemia: “Quando fiquei sabendo que estava com leucemia fui caminhar, passei toda a quimioterapia e radioterapia fazendo as caminhadas e agora, que já estou bem melhor, não posso mais parar. Vou superar caminhando e nunca mais vou parar.”

5. A internacionalidade das caminhadas

Para aqueles que o início da prática dessas atividades marca alguma mudança em suas vidas, o número de percursos já realizados, suas dificuldades e distâncias são continuamente reafirmados. Para isso, lançam mão, entre outros elementos, das carteirinhas das caminhadas. Esta credencial é fornecida pela ONG Anda Brasil aos municípios com circuitos registrados no calendário internacional de caminhadas. O caminho burocrático para tal registro, no Paraná, inicia-se com o aceite da comunidade por onde a caminhada passará e posterior envio dos dados do circuito para o Departamento de Turismo Rural da

Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado. A descrição desse circuito é, então, encaminhada para a Anda Brasil que, por sua vez, cadastra o circuito na Federação Internacional de Esportes Populares (IVV) com o financiamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo brasileiro. Anualmente essa federação lança um catálogo com todas as caminhadas registradas do mundo.

Distribuída gratuitamente para os caminhantes, a cada caminhada a carteirinha é carimbada com o nome do circuito percorrido e número de registro na IVV. Ao completar dez caminhadas o caminhante envia a carteirinha para a sede da Anda Brasil, no Rio de Janeiro, que responde o envio com uma nova carteirinha, com vinte novos espaços para serem carimbados, além de alguns brindes. Após a carteirinha com vinte espaços ser preenchida, o procedimento é realizado novamente e uma nova com trinta lacunas é enviada, e assim consecutivamente.

Do mesmo modo que os organizadores das caminhadas valorizam sua “internacionalidade”, conforme mostrarei no segundo capítulo, para os caminhantes essa conexão global de sua prática também é continuamente referida. Especialmente para os caminhantes engajados nos grupos de caminhadas que realizam atividades além daquelas promovidas pela política pública, os carimbos nessa carteirinha ao final de cada caminhada são comparados à compostelana¹⁴ do Caminho de Santiago. Esse paralelo, contudo, é bastante restrito a certo tipo de caminhante e é apenas um dos aspectos da referida “internacionalidade”, cuja carteirinha é uma importante insígnia.

Em uma das quatro faces do cartão, justamente aquela em que está descrito do que se trata, o texto está em francês. No verso estão as lacunas para os carimbos e, na outra metade da carteirinha, uma breve apresentação da ONG Anda Brasil com o endereço de sua sede. O texto em francês e a localização da sede da ONG muitas vezes são destacados quando os caminhantes comentam sobre a situação de seus cartões para quem os pergunta. José Rodrigo, um caminhante de Manoel Ribas e Maysa, uma caminhante de Lunardelli, ao afirmarem a importância das carteirinhas destacaram os aspectos que são capazes de

¹⁴ A compostelana é um documento fornecido pela Igreja Católica que certifica a realização da peregrinação. Para recebê-la o peregrino precisa: apresentar um documento chamado credencial do peregrino que comprova os locais em que se passou durante a peregrinação, dizer que uma das razões para a realização da peregrinação foi religiosa e provar que caminhou os últimos 100 Km, para os que estão a pé, e 200 Km, para os que estão de bicicleta ou a cavalo, sem auxílio de transportes motorizados.

explicitar as conexões translocais desses eventos:

Depois que eu comecei a caminhar e ganhei a carteirinha não parei mais. Logo eu já completei a carteirinha de dez caminhadas. Aí eu mandei ela para o Rio de Janeiro, ganhei um certificado ori-gi-nal, um boné, um botom e uma camiseta. Agora já estou com dezenove carimbos, falta só mais um para eu mandar de novo a carteirinha para o Rio. [José Rodrigo,Grandes Rios, agosto de 2011].

Eu quero continuar caminhando, sim. Com essa e mais uma eu completo minha carteirinha e já posso mandar para o Rio de Janeiro. Você viu que ela está escrita em francês? Depois que eu mandar para o Rio de Janeiro vou ganhar uns kits e uma outra carteirinha para completar. É muito importante a carteirinha, tem que sempre trazer para ganhar o carimbo. [Maysa, Manoel Ribas, março de 2011].

Para que possam comprovar que realizaram todo o percurso e receber os carimbos ao final da atividade, os caminhantes precisam passar por alguns postos de controle distribuídos ao longo do trajeto. Esse controle é uma das principais condições da IVV e da Anda Brasil para o credenciamento de um circuito. Assim, se, por um lado, essas carteirinhas são bastante valorizadas pelos caminhantes, uma vez que explicitam a característica internacional do evento, por outro, sua existência é um dos poucos indícios que se pode ter, nas caminhadas promovidas no Vale do Ivaí, daquilo que, para a IVV e Anda Brasil, é o próprio fundamento desses eventos, a saber: o de que eles são um tipo de esporte popular¹⁵ com regras, federações e características próprias. Enquanto para a Emater as caminhadas se constituem como uma metodologia da extensão rural, que objetivam o aumento da auto-estima e a diversificação da renda dos produtores, para as agências legitimadoras dessas atividades essa característica funcional do evento é apenas secundária. Noutras palavras, para uma das instâncias de organização, as caminhadas são o meio para alcançar um fim associado à população rural – tendo inclusive se convertido, por isso, numa política pública –, já, para outra instância, a população rural é o meio para viabilizar um fim que é o da caminhada como esporte popular. Essa incongruência não imobiliza a realização desses eventos, contudo, torna-se bastante latente durante a definição do trajeto a ser percorrido.

Segundo os critérios da Federação Internacional de Esportes Populares, os circuitos das caminhadas devem ser circulares. No entanto, para definir esse trajeto os técnicos da

¹⁵ Segundo o presidente da Ong Anda Brasil, esporte popular designa, sobretudo, eventos esportivos não competitivos.

Emater dizem ser necessário contemplar dois grupos, o dos produtores rurais que desejam ou não que a atividade passe em suas propriedades, e o dos caminhantes que, segundo Ivaldete, uma funcionária da Emater, “sempre esperam que o percurso tenha natureza”. Nos impasses que surgem entre ter que seguir as determinações da IVV e elaborar um trajeto que assuma as características esperadas pelos caminhantes e produtores rurais, os técnicos da Emater terminam abdicando do formato internacional uma vez que, como me disse um deles, “essas regras não levam em conta nem as necessidades dos produtores e nem o desejo dos caminhantes em andar numa natureza que acalme”. A seguir detenho-me nessa relação que os caminhantes estabelecem com a natureza em que caminham.

6. Na caminhada

No dia da caminhada, desde às seis horas da manhã, ônibus de todas as cidades do Vale do Ivaí começam o transporte dos caminhantes até o município em que ocorrerá o evento. À cidade que sedia a caminhada cabe a organização de saídas de vans e ônibus da praça central até o ponto de partida da atividade. Enquanto isso, nas propriedades cortadas pelos circuitos, as famílias se dividem entre aqueles que cuidarão das atividades cotidianas da lida no campo – que não podem ser determinadas por outro tempo que não seja o da própria terra e, assim, é preciso plantar, colher, roçar e ordenhar as vacas – e aqueles que se encarregarão dos últimos preparativos para a caminhada, suspendendo a energia nas cercas, colocando placas ou arrumando mesas para vender produtos caseiros. Na comunidade que receberá os caminhantes para o café da manhã ou almoço, a cozinha começa a funcionar desde às 5 horas da manhã. Nesses locais, as notícias das confirmações dos ônibus que saem dos municípios vizinhos ajudam a calcular quantos litros de leite preparar, quantas jarras de suco, quantos pratos recolher de todas as casas em volta. No escritório da Emater, os técnicos conferem o número de carteirinhas que serão distribuídas, as funções que cada um desempenhará ao longo do evento e controlam a saída dos ônibus.

Pouco depois das 7 horas da manhã todos começam a convergir para uma igreja, casa grande de alguma fazenda ou escola rural de onde a caminhada terá seu início. Assim que os ônibus vão chegando o locutor vai narrando, do alto de um palanque improvisado em cima de uma carroça ou de uma pequena elevação no relevo do lugar, o município de origem daqueles caminhantes. As mulheres da comunidade começam a vender, nas

barracas montadas pela Emater, seus artesanatos, doces caseiros e geléias. Uma fila se forma e as fichas para o almoço ao final da caminhada e para o café da manhã – que já está servido em algum galpão próximo – são vendidas a dez e quatro reais, respectivamente. Em uma tenda maior, os voluntários fazem as inscrições dos caminhantes que vão chegando e preenchendo um cadastro com seus nomes, idades, e-mails e cidades de origem. Assim como os ônibus com os caminhantes chegam, os veículos oficiais como ambulâncias, carro de bombeiros e de polícia também se aproximam com seus respectivos funcionários que, mesmo no domingo, trabalham em regime de banco de horas. Também chegam as autoridades locais e outras pessoas públicas, prefeitos, vereadores, assessores, padres.

Além dos ônibus esperados pela organização local, outros caminhantes chegam com seus carros, ou ainda com seus grupos divididos em vans. Algumas escolas também se organizam e levam seus funcionários e estudantes para o evento. A diversidade de expectativas, interesses e motivações para estar ali é visível na disposição dos sujeitos, nas suas roupas, em seus deslocamentos nessa pequena feira que se forma com as barracas de produtos rurais, na tenda de inscrições e na mesa do café da manhã. Alguns caminhantes chegam com bastões de carbono, botas de *trekking*, mochilas de hidratação, outros vestem camisas de seus grupos de caminhada, de suas escolas, de seus grupos de oração. Há aqueles que vão “com roupa de missa”, como me comentou certa vez um pároco local. Entre os mais jovens também se encontram alguns com roupas e calçados nada apropriados para caminhar, ou mesmo com pequenos rádios ligados no último volume, tocando com algum hip-hop ou funk.

Os ônibus demoram até parar de chegar e alguns ficam apenas o tempo de todos os passageiros descerem e já voltam para o centro da cidade para buscar mais caminhantes. Assim que tomam o café da manhã, os caminhantes aguardam o início da atividade fazendo registros fotográficos em grupo, nas tendas ou da enorme fila de ônibus que vai se acumulando. No palanque, o locutor que anima o evento com músicas e dizeres de boas vindas, começa a convocar a todos para receberem as primeiras instruções. Com o roteiro do cerimonial em mãos, chama as autoridades a subirem no palanque improvisado. Após uma fala de boas vindas feita pelo político ocupante do cargo hierarquicamente mais elevado presente, seguida de outras de políticos de menor visibilidade, algum dos técnicos da Emater orienta os caminhantes com relação às placas espalhadas pelo circuito, os postos de carimbo e os pontos de apoio onde ficam as ambulâncias e enfermeiros do município.

Em seguida, um profissional de educação física orienta um aquecimento coletivo. A imprensa local aproveita o momento para tirar uma fotografia que já se tornou rotina nas notícias sobre as caminhadas em que a multidão com setecentas ou oitocentas pessoas estica braços e pernas seguindo as instruções do professor à frente de todos. O aquecimento é seguido de sorrisos, exclamação de dor e comentários sobre a “situação enferrujada” do próprio corpo dos sujeitos que estão prestes a iniciar uma caminhada que tem entre 12 e 15 quilômetros. Ainda antes do início do percurso, já sob os protestos, sobretudo, dos caminhantes engajados em algum grupo, um padre inicia uma oração, pede atenção às placas que todos encontrarão no caminho e termina com uma benção “aos caminhantes e à natureza”.

O ritmo das primeiras passadas é lento, é possível ver a multidão de pessoas ocupando todo o espaço da estrada por onde passa o circuito. Os estudantes que levam os pequenos rádios seguem com eles ligados, outros ainda fazem coro cantando músicas de bandas como Legião Urbana que são tocadas por adolescentes com violões e pandeiros nas mãos. Os grupos de caminhada, inicialmente, andam em bloco e podem ser identificados pela concentração de camisetas com cores iguais entre tantos estilos de roupas variados. Eu, nesses primeiros metros de caminhada, sempre termino admirado com o número de pessoas dispostas a caminhar e com a primeira placa colocada logo nos 500 metros iniciais do percurso: “Os 10 Mandamentos da Natureza”¹⁶.

Embora os caminhantes pareçam um único bloco que caminhará o tempo todo naquela formação, sem deixar espaço sequer para ultrapassagens, conforme os primeiros quilômetros vão ficando para trás as pessoas vão se dispersando. Cada um com sua passada, com seu ritmo, com seu corpo, encontra e desencontra os conhecidos, se aproxima e se afasta de pequenos grupos. Em certos momentos é possível caminhar sem avistar ninguém na frente ou atrás, tendo a impressão de estar em uma caminhada solitária. Eu também estou submetido ao meu próprio corpo e, enquanto caminho, posso conversar e fazer

¹⁶ Os dez mandamentos da natureza como parte das placas das caminhadas foi uma sugestão de um pároco de uma das cidades do vale do Ivaí para uma das caminhadas. Desde essa ocasião em todas as atividades na região os dez mandamentos são espalhados ao longo do percurso. Os dez mandamentos são: 1º) Amar a natureza como a si mesmo; 2º) Não destruir nada, por prazer; 3º) Não pescar predatoriamente; 4º) Honrar e respeitar a natureza; 5º) Economizar os recursos naturais; 6º) Conscientizar-se das conseqüências da destruição dos recursos naturais; 7º) Ajudar e incentivar as campanhas de reciclagem do lixo; 8º) Diminuir o uso de materiais tóxicos, quer na limpeza do lar quer na agricultura; 9º) Conservar a fertilidade do solo; 10º) Assumir compromissos na sociedade em favor do meio ambiente. (Fonte: Salette – Revista dos Missionários Saletinos, Ano 86, Número 735 – Set/Out 2002; Passo Fundo - RS).

pequenas entrevistas com meus interlocutores somente enquanto compartilho com eles um mesmo ritmo de caminhada. As conversas entre os caminhantes não se finalizam quando acaba o assunto, mas quando os corpos deixam de compartilhar a mesma passada. Nesses momentos em que os desencontros corporais acontecem e, diante do descompasso, as pessoas se despedem, muitos terminam com máximas que sintetizam uma espécie de “ensinamento das caminhadas”, como “o caminho é feito ao caminhar”, “a vida deve ser como uma caminhada, sempre para frente”, “a caminhada é como a vida, a gente se encontra e desencontra com pessoas queridas”, “bom caminho para você”.

Os trajetos por onde se caminha não chegam a ser monótonos, mas a diversidade das paisagens de um circuito tampouco surpreende. A transição de um tipo de ambiência à outra é sutil, a passagem da lavoura para a estrada rural, ou da estrada descampada para outra cercada por grandes árvores é anunciada na própria paisagem. A *natureza* da caminhada na *natureza* nem sempre é a que os caminhantes esperavam antes do início do trajeto. Mas nem por isso as pessoas deixam de caminhar ou ainda, de buscar e encontrar a *natureza* na caminhada mesmo que ela seja diferente da que imaginavam antes de caminhar. Em certo sentido, é a própria *natureza* da caminhada, que põe o corpo para se deslocar de uma maneira específica, que permite aos caminhantes reconhecerem aquela atividade como uma caminhada *na natureza*.

Deslocar-se caminhando é tornada uma ação de produção de conhecimento na medida em que é no deslocamento que esses sujeitos estabelecem relação com o mundo por onde caminham. Ao caminhar, os caminhantes encontram a natureza das lavouras de milho, trigo e aveia. É nessa paisagem agrícola que o idioma ambiental é colocado para funcionar. Mas, ao mesmo tempo, as paisagens e elementos mais legitimados por grupos de defesa das questões ambientais estão, em sua maior parte, ausentes nas paisagens agrícolas do Vale do Ivaí. Por isso, o que estou sugerindo a partir da experiência das caminhadas, é que a expansão do idioma ambiental não opera a partir de elaborações cognitivas fundadas em ideais de *natureza*, mas em modos de engajamento em paisagens que, algumas vezes, não são, *a priori*, *naturais*. Tomar o próprio deslocamento como um ato de conhecimento permite que se escape da associação entre a expansão desse idioma ambiental e tomadas de consciência ecológica puramente cognitivas. Assim, pode-se pensar que a dessubstancialização de certo ideal de natureza, que não consideraria as paisagens do Vale do Ivaí como *naturais*, não é incompatível com o processo de ambientalização social. O

que essa perspectiva implica é a necessidade de deixarmos de nos referir à expansão do idioma ambiental como uma ação do *cogito*, para nos referirmos a ela como a produção de corporeidades ecológicas, fundadas em experiências distintas de natureza.

Após a dispersão da multidão, seis ou sete quilômetros depois do início da caminhada, começam a aparecer as barracas dos agricultores que comercializam algum produto caseiro. As pequenas aglomerações que se formam em volta dessas mesas e nos postos de controle espalhados ao longo do trajeto lembram a todos de que não se está caminhando sozinho. No caminho, muitas placas de sinalização e informativas chamam atenção dos caminhantes. Em algumas dessas placas estão gravadas frases de incentivo, noutras o número de quilômetros já percorridos. Há ainda aquelas com os dez mandamentos da natureza ou com informações sobre determinada árvore ou com o nome de um equipamento comum no meio rural exposto para os caminhantes verem.

Esses “lembretes” dispostos nos circuitos são um aspecto importante para que os organizadores das caminhadas produzam, a cada quilômetro, uma espécie de identidade local. Na caminhada de Jardim Alegre, por exemplo, a produção de café da região foi apresentada por meio de máquinas para moer e torrar os grãos espalhadas pelo caminho. É também a partir dessas placas, que demandam a atenção dos caminhantes, que é possível transformar um tronco de árvore paralelo à estrada em um objeto de apreciação. Na caminhada de Manoel Ribas, um dos pontos altos do circuito era a propriedade de Roberto, onde os caminhantes deveriam atravessar um rio por uma ponte, a pé ou em cima de uma carroça acoplada em um trator. Essa última opção havia sido ideia do próprio Roberto e fazia bastante sucesso entre os caminhantes. Diferentemente dos anos anteriores, após muita insistência das técnicas da Emater, naquela ocasião, a travessia com trator seria cobrada pelo produtor, um real por pessoa.

Eu fiquei um pouco desconfiado se o povo ia querer pagar, mas depois que a Mariana [técnica da Emater] falou fiquei mais confiante, até porque a gente acaba gastando o diesel do trator mesmo. Mas aí tinha um tronco perto do rio que a prefeitura tinha tirado para construir a ponte. A gente sabia que ia acumular muita gente para atravessar o rio, então começamos a colocar nome nas coisas que estavam por ali. Eu arrastei uns arados, uns tratores e também colocamos uma placa no tronco. Foi o maior sucesso, o povo fazia fila para bater foto.

Na placa colocada no tronco da árvore estava: “Madeira Cabriúna. Há 20 anos

mergulhada no rio Jacutinga”. Os caminhantes não só tiravam fotos, como faziam questão de tocar na madeira. Questionada sobre o toque, uma caminhante afirmou: “Pensa só, aquela madeira estava afundada há 20 anos. Todo esse tempo mergulhada na água. Imagina a energia que aquilo tem, fico até arrepiada de pensar nisso.”

As placas são apenas um dos artifícios nas caminhadas que contribuem para que os corpos dos caminhantes tornem-se sensíveis a certas paisagens e aspectos do mundo em que caminham. Nesse sentido, se há algum tipo de educação ambiental nas Caminhadas na Natureza, essa é menos de um tipo que transmite uma representação sobre o mundo e mais uma educação para a afetação. Isto é, com as caminhadas, os sujeitos tornam-se atentos e sensíveis a elementos que, anteriormente, não eram capazes de mobilizá-los. A elaboração de descrições que situem o ato de aprender na dimensão da experiência, tenta tornar a aprendizagem dos corpos mais dinâmica que aquela formulada por perspectivas que afirmam a existência de um sujeito, de um mundo de objetos e de uma intermediação entre esses dois domínios feita pela linguagem. As inúmeras mediações durante uma caminhada – muitas delas elaboradas propositadamente pelos organizadores do evento – treinam os sujeitos para a apreensão de diferenças entre as paisagens, suas texturas, suas *naturezas*. É assim que as diferenças entre paisagens, que muitas vezes é concebida como fundada em um conjunto arbitrário de contrastes, se produz na experiência de cada uma dessas caminhadas, desses deslocamentos que, como já afirmei, são formas de conhecer.

É significativo que os caminhantes, quando perguntados se algo mudou na sua relação com a natureza após as caminhadas, elaborem suas respostas, normalmente, em termos somáticos.

Uma coisa mudou, eu comecei a analisar melhor a natureza. Quer dizer, eu sempre gostei de preservar, mas depois que você vai dentro dela, sente o cheiro dela, você começa a ter mais cuidado ainda. O que mudou para mim depois da caminhada foi o cheiro da natureza. [José Rodrigo, Grandes Rios, agosto de 2011].

Antes, mesmo nas primeiras caminhadas, eu não prestava atenção, mas agora tudo que eu vejo presto atenção e dou valor. Olha aí [nesse momento passamos por uma placa que indicava o nome de uma árvore na beira do trajeto] essa árvore é casca danta. Agora sei como ela é, a cor, altura, tudo, nossa eu aprendo muito. [Anita, Ivaiporã, setembro de 2010].

A gente acaba conhecendo muitas coisas, sabe. Aqueles dez mandamentos da natureza,

you learn there. With certainty after the hike I changed, I learned more about ecology, environment. So much that I went back to study two years ago and now I am in the second degree. But my objective is not to stop here, no. I want to continue and do, more in front, the technician in environmental management to know more about nature. And the hike helped totally to wake up this. I stayed more in nature, in natural things. And the people of my group also helped. There are people that after hiking did environmental management. People get more connected with nature, feel it more close and learn. In the city you don't hear the noise of this waterfall, you don't have that pure air, and how do you think about nature, then? It is only hiking. [Maysa, Manoel Ribas, March 2011].

It changed a lot, like people live the whole life in the city, they get away from nature, they don't have the respect that one should have with it. But when you have contact it changes everything. A lot, a lot. The spiritual side changes, people get more sensitive to things, do you know? [Rosângela, Manoel Ribas, March 2011].

I already did hiking in the city, but it is not equal. Here the climate is different and this stays in people. It seems that the eyes of people are different. [Fátima, Grandes Rios, August 2011].

The narratives elaborated by the hikers to describe their experiences of displacement refer to another central aspect of hiking, the most important is to hike and not to arrive. Part of this type of problematization was elaborated, initially, by researchers of Christian pilgrimages contemporary in which, differently from what is narrated in medieval texts, the arrival at the sanctuary in which the journey ends is not the peak of displacement, but a kind of anti-climax (Frey, 1998). Thus, the emphasis of hikers in their displacements, when they experiment revitalizing sensations and enter into contact with nature, also turns the arrival at the final point of the journey not into a moment of ecstasy, but of closure. As said by a hiker, "Arriving little matters. At least because arriving where? Hiking does not have an end, people can close a hike, but do not stop hiking. If you stop hiking it is because you died".

7. A caminhada em imagens



**4ª Caminhada
Internacional na Natureza**
Circuito Santa Rita de Cássia

*"Reína sua família e amigos
e venha caminhar conosco!"*



17. Julho. 2011
Horário: 8 horas - Local: Cantinho Agrícola
LUNARDELLI - PARANÁ



Instruções:

- Use roupas leves, sapatos confortáveis e bonés;
- Não esqueça de usar protetor solar;
- Alimente-se bem antes de praticar as caminhadas;
- Não esqueça sua carteirinha;

Informações:


EMATER
(43) 3478-1267
SECRETARIA DE TURISMO
(43) 3478-1145

lunardelli@emater.pr.gov.br
turismo@lunardelli.pr.gov.br

Realização: EMATER - A.P.M.I. - ADEL - PREFEITURA MUNICIPAL - FAZ. URUTÁGUA












B
R
A
S
I
L

www.andabrasil.com.br

GRATUIT



F

10 | 30 | 50

C II N°

Insigne
International
du
Sport Populaire

Brevet de Participation
Carnet de Validation

Ce carnet est valable pour vos 10 premières participations:

Nom: _____


Prénom: _____

N° _____ Rue: _____

Code postal: _____ Ville: _____

Date de naissance: _____

Fédération Internationale des Sports Populaires

N°	Cachet FISP - IVV
1	
2	
3	
4	
5	UNIQUEMENT VALABLE pour la 1 ^{re} tranche de 10 participations
6	
7	
8	
9	
10	

Caminhadas na Natureza Esporte Popular

As Caminhadas na Natureza, credenciadas pelo IVV, Federação Internacional dos Esportes Populares, são praticadas em mais de 6000 circuitos por 16 milhões de caminhantes em 39 países do mundo.

A ANDABRASIL, Confederação Brasileira de Esportes Populares, Caminhadas na Natureza e Inclusão Social é responsável pelo credenciamento, organização e promoção dos circuitos de Caminhadas na Natureza nas cinco regiões do BRASIL.

Consulte nosso site e venha caminhar com a gente.

A Caderneta Internacional garante sua participação em 10 circuitos de caminhadas diferentes. Ao completar deve ser enviada para:

ANDABRASIL
Caixa Postal 113.013
Silva Jardim - Rio de Janeiro - Brasil
CEP 28.820-000

Após algumas semanas você receberá gratuitamente:

- 1 diploma oficial personalizado da ANDABRASIL - IVV
- 1 Pin ANDABRASIL - FFSP - IVV
- 1 Bordado ANDABRASIL - FFSP - IVV
- 1 Caderneta nova com direito a 20 participações

Regra dos carimbos:
Cada caderneta só poderá ter um carimbo de cada circuito por ano.

Essa caderneta é pessoal, intransferível e não pode ser vendida

Du seul fait de son inscription à une manifestation de sport populaire organisée par un membre de la Fédération Internationale des Sports Populaires, le participant se soumet aux règlements relatifs à l'organisation des activités sportives populaires et s'engage à en respecter les principes sportifs.





































Capítulo II – Repetir Sem Coincidir: A produção das caminhadas e os agentes envolvidos



Richard Long, 2003, *A walking and running circle warli tribal land maharashtra*, Índia
(Foto de Denise Hooke)

Em uma aldeia *warli*, na porção centro-oriental da Índia, Richard Long produziu uma série de esculturas, entre elas *A walking and running circle warli tribal land maharashtra*. Os materiais usados na obra, seu conteúdo, assim como o gesto operatório que a produziu são marcados por uma espécie de primordialidade radical. O solo que se apresenta aos pés descalços é uma mistura de terra, pedras e palha seca. O fogo, embora ausente, é presentificado pelas cinzas que produz cortes na monótona paisagem. O rastro percorrido pelas crianças é a impressão de suas pegadas. A repetição é a ação produtora da forma que vemos surgir no centro da imagem, um círculo.

Quando a *land art* surgiu, uma das propostas daqueles que participavam do movimento era deslocar a centralidade absoluta do conteúdo das obras para os materiais e gestos que as realizavam. A terra, o fogo, a água, as nuvens, as pedras, foram, assim,

tomados como os principais elementos para composição das esculturas. A repetição de gestos, o contato direto do corpo com a terra e as pegadas tornaram-se o modo de trabalho dos artistas. Nos primeiros anos da década de 1960, a maior parte dessas esculturas eram marcas, pegadas e trilhas em linha reta. A repetição do gesto do escultor que caminhava para frente e para trás para deixar marcado o rastro retilíneo no solo era ocultada pela figura que dava origem, uma reta cujas extremidades não podem se tocar. Aos poucos, outra forma geométrica passou a ser privilegiada nessas obras, o círculo. Sem extremidades, sem um ponto de saída ou de chegada, o círculo é um convite a uma constante repetição. Contudo, cada uma das crianças que produz, com seus próprios passos, o percurso que forma a escultura de Long, tem uma velocidade, um peso, um ritmo. Assim, ainda que haja repetição, nenhuma delas percorre o círculo do mesmo modo que percorreu anteriormente ou em comparação ao círculo feito pelos passos de outra. Repetir-sem-coincidir, como poderíamos considerar o ato de caminhar em círculos, é também um artifício comum na poesia e na música clássica. Músicos e poetas repetem estrofes, estribilhos, tons e intervalos sem que cada uma dessas execuções produza o mesmo efeito que a anterior, a isso chamam de ritornelo.

Neste capítulo, componho uma narrativa etnográfica sobre a produção discursiva, material e ontológica das Caminhadas na Natureza realizadas no interior do Paraná. Assim como os rastros-não-coincidentes deixados pelas crianças foram capazes de produzir um traçado em forma de círculo, apresentarei, aqui, como o Estado, a Emater, os agentes municipais e os produtores rurais contribuem para a produção da caminhada a partir de seus próprios trajetos. Para tanto, elaboro uma etnografia acerca do funcionamento dessa política em quatro dimensões: na Emater, na implementação da política pública governamental, no âmbito municipal e nas ações dos produtores rurais. Diante de uma trama de expectativas, engajamentos e modos de se relacionar não-coincidentes, mas sobrepostos na existência das caminhadas, argumentarei que é a partir de certo ideário ecológico que esses funcionamentos distintos se sobrepõem.

1. “E não é que o povo vem!” A descoberta do turismo no Vale do Ivaí

Embora o Paraná seja um dos Estados mais prósperos do Brasil¹⁷, há uma espécie de corredor de municípios empobrecidos que corta sua região central desde a cidade de União da Vitória, que faz divisa com Santa Catarina, até o norte do Estado¹⁸. No centro desse corredor está situado o Vale do Ivaí, uma microrregião composta por 28 municípios¹⁹, que, desde a última década, têm sido alvo de diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional de áreas vulneráveis²⁰. A efetivação dessas políticas em áreas que extrapolam os limites geográficos de um município é resultado de uma mudança no tipo de recorte espacial das áreas beneficiadas por programas de crédito e de aceleração do crescimento mantidos pelo governo federal. A partir de incentivos do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como de algumas políticas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cidades com características sócio-demográficas similares se articularam para constituir uma instância administrativa chamada de território. Alguns programas federais e estaduais, inclusive, são voltados exclusivamente para o desenvolvimento territorial, de modo que os municípios que não estiverem relacionados em algum coletivo mais amplo ficam impossibilitados de demandá-los.

Nesse contexto, em meados da década de 2000, algumas cidades situadas na região do Vale do Ivaí se mobilizaram politicamente para fortalecer a Amuvi (Associação de

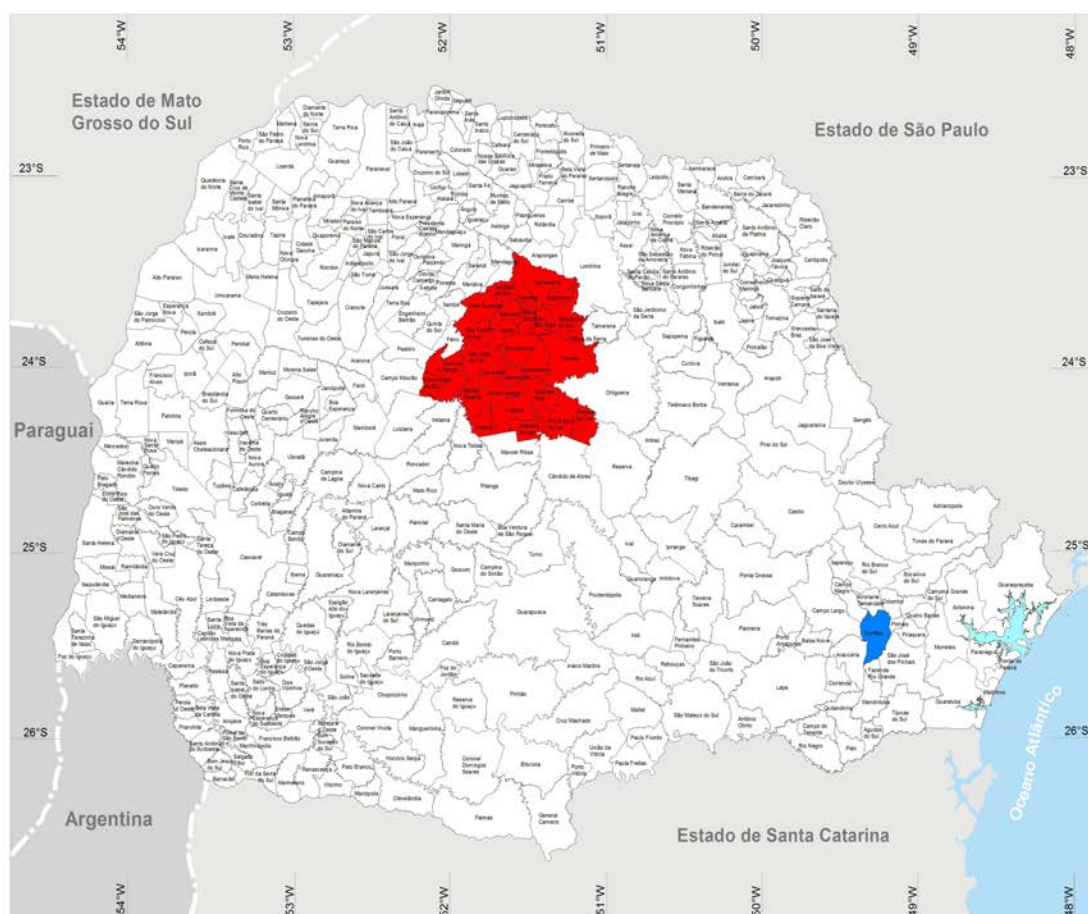
¹⁷ Segundo os dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2006, o Índice de Desenvolvimento Humano do Paraná era de 0.820, tornando-o o sexto Estado melhor avaliado do país.

¹⁸ Mesmo que os indicadores sociais dessa região do Estado apontem, de modo geral, para uma situação de vulnerabilidade econômica, cidades como Apucarana e Guarapuava têm bons índices de desenvolvimento constituindo-se como exceções à caracterização sugerida.

¹⁹ Os municípios do Vale do Ivaí são: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Borrazópolis, Bom Sucesso, Califórnia, Camibira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Grandes Rios, Godoy Moreira, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

²⁰ Em 2006, conforme os dados do PNUD, apenas dois municípios do Vale do Ivaí tinham um IDH superior a 0.600. Nesse mesmo ano, o IDH do Brasil era 0.790 e do Paraná 0.820.

Municípios do Vale do Ivaí). A partir do revigoramento dessa instância, e das diversas câmaras temáticas que foram reinstituídas para determinar as diretrizes gerais do território, questões antes não debatidas na região começaram a surgir. Esse é o caso da exploração turística local que, sem qualquer tradição naquelas cidades, passou a ser o tema das reuniões quinzenais da Amuvitur (Associação dos Municípios Turísticos do Vale do Ivaí).



ESTADO DO PARANÁ

MAPA 1 TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ

- Municípios integrantes do território do Vale do Ivaí
- Curitiba - Capital Administrativa do Estado do Paraná

0 km 50 km 100 km

FONTE: AMUVI
 Extraída de http://www.amuvi.com.br/seminario/seminario_amuvi/abrangencia.html
 (Acesso 23/02/2012)
 Elaboração: IPARDES

BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

Quando iniciei o levantamento sobre quais regiões, Estados ou municípios promoviam a prática de Caminhadas na Natureza como uma ação institucionalizada, não estava à procura de onde havia maior concentração de caminhantes, grupos ecológicos ou ecoturistas, mas buscava, sobretudo, núcleos de produção de relatórios, normatizações, leis e controvérsias em torno das Caminhadas na Natureza. Assim, não foi a partir dos caminhantes, dos produtores rurais ou dos extensionistas envolvidos com as caminhadas na região do Vale do Ivaí que passei a concebê-las como possível foco de interesse empírico desta pesquisa, mas sim, em função da significativa produção regional de burocracia, de diagnósticos técnicos e de expertises relacionadas com esse tipo de evento.

Antes de conhecer os sujeitos concretos que tornavam as caminhadas possíveis, tive contato com a existência política do “território do Ivaí” a partir de notícias e relatos que narravam aquela região como uma grande arrecadadora de recursos dos editais direcionados para o desenvolvimento territorial e uma produtora de exemplos bem sucedidos nas políticas voltadas para contextos rurais. Foi inicialmente a partir dos relatórios disponíveis no site da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB) que descobri que, apenas no Vale do Ivaí, em 2010, mais de 500 pessoas haviam se envolvido com a organização das caminhadas, mais de 5.000 pessoas haviam caminhado e mais de 40.000 reais haviam circulado por conta desses eventos. Assim, a região que elegi para fazer meus trabalhos de campo foi, ao menos em um primeiro momento, um espelho fiel ao agrupamento de municípios que constituía o *Território do Vale do Ivaí*.

Como mostrarei a seguir, mesmo que conte com o apoio do Território, enquanto instância administrativa, as Caminhadas na Natureza são organizadas, fundamentalmente, via Emater²¹. A capilaridade dessa instituição em todo país e sua estrutura de escritórios estaduais, regionais e locais, permite que determinados projetos sejam rapidamente implantados em diferentes contextos.

Durante os anos de 2006 e 2007, Ednei Bueno, então coordenador do Turismo Rural no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e funcionário de longa data da Emater-PR, tornou o projeto das Caminhadas na Natureza²² uma das ações centrais para

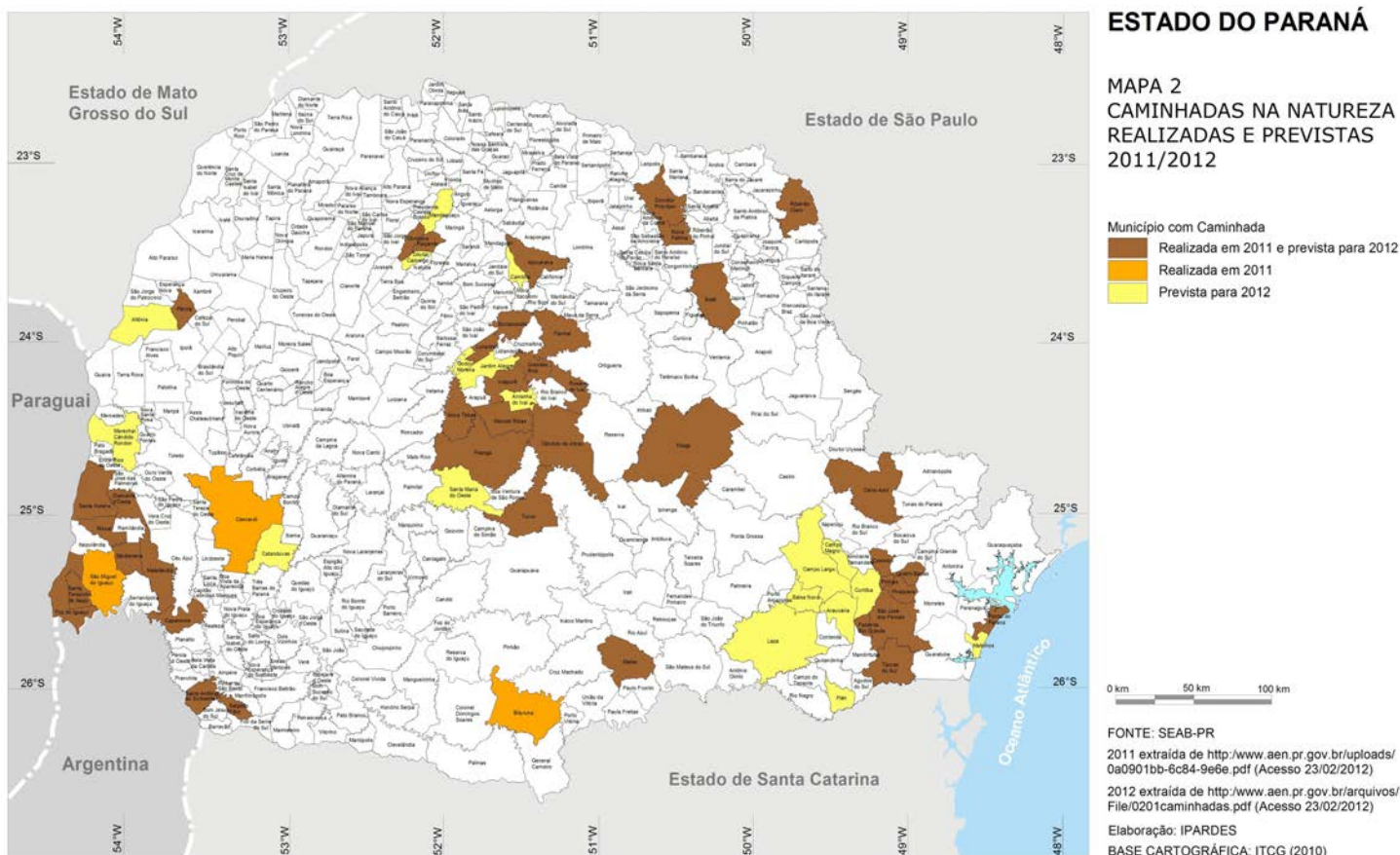
²¹ A Emater - Paraná é uma autarquia do governo do Estado de Assistência Técnica e Extensão Rural direcionada à agricultura familiar (Fonte: <http://www.emater.pr.gov.br>).

²² Embora o projeto das caminhadas tenha circulado, segundo os gestores da política, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná e na própria EMATER eu nunca tive acesso a esse texto.

a promoção do turismo rural no Brasil e estabeleceu como principal parceiro executor nos âmbitos estaduais, a Emater. Em algumas unidades da federação, o projeto desenvolveu-se vigorosamente, já em outras, nenhuma caminhada foi realizada. No Paraná, aquilo que era uma diretriz para o desenvolvimento do turismo rural no país foi tornada uma política pública. Isso garantiu que o projeto nacional fosse incorporado no Estado e chegasse, por meio dos escritórios locais da Emater, nas suas cidades mais empobrecidas.

Como mostra o mapa 2 (abaixo), há um crescimento significativo no número de circuitos promovidos no Paraná. Em 2007, ano em que a política foi implantada, foram feitas 23 caminhadas, quatro anos depois, em 2012²³, a previsão é ocorram 69 caminhadas, o que representa um aumento de 200%. Os municípios do Vale do Ivaí concentram, pelo menos, 16% de todas as atividades promovidas no Estado constituindo-se, deste modo, como o *território* com a maior participação na política. Outro dado importante explicitado no *mapa 2* refere-se a quantidade de municípios que realizou caminhadas em um ano e repetiu a atividade no ano seguinte. De um universo de 47 cidades que promoveram caminhadas em 2011 apenas três municípios não farão a atividade novamente em 2012 e outros dois, além de repetirem o evento, realizarão duas ou três caminhadas (Apucarana 2; Cerro Azul, 3). A realização de mais do que uma caminhada tem se tornado frequente, de modo que além das cidades já citadas, em 2012 outros sete município farão dois circuitos (Bossazópolis, 2; Cambira, 2; Curitiba, 2; Mandaguaçu, 2; Pontal do Paraná, 2; São José dos Pinhais, 2; Tijucas do Sul, 2).

²³ Os dados de 2012 foram obtidos por meio do calendário oficial de Caminhadas na Natureza disponibilizado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Fonte: <http://www.seab.pr.gov.br/>)



A materialização dessa parceria entre MDA, governo do Estado e Emater dá-se, sobretudo, a partir de oficinas de divulgação da atividade, que tem como público alvo políticos, empresários e extensionistas rurais interessados em realizar uma caminhada em suas localidades. Nesses eventos, além de apresentar a articulação burocrática entre as instâncias administrativas que torna possível as Caminhadas na Natureza, os responsáveis expõem o roteiro para a execução prática dessas atividades. Em algumas oficinas, fazem-se presentes não somente técnicos da Emater e do Setor de Turismo Rural do Estado, que detêm um *saber-fazer* da organização das caminhadas, mas também alguns representantes da ONG Anda Brasil. Tal ONG é a entidade brasileira associada à Federação Internacional de Esportes Populares e tem um papel central na institucionalização de Caminhadas na Natureza. O apoio não-governamental ocorre, sobretudo, em três dimensões: na capacitação de técnicos da Emater tanto para organizar circuitos como para treinar outros técnicos para essa tarefa; no cadastro dos circuitos municipais de caminhada em um calendário internacional de eventos da

mesma natureza apoiadas pelas federações nacionais de esportes populares²⁴; e no fornecimento gratuito de carteirinhas para cada um dos caminhantes marcarem os circuitos que já realizaram.

Antes de ir até o Vale do Ivaí acompanhei uma dessas oficinas em Blumenau, Santa Catarina. Na ocasião havia alguns representantes de cidades catarinenses, interessados em conhecer o projeto das caminhadas, Ednei Bueno, com a tarefa de apresentar o projeto e a experiência do Paraná, e Airton Violento, presidente da Anda Brasil. O público, que lotava uma das salas da secretaria de turismo da cidade, foi informado sobre os principais erros, as dificuldades e os acertos na organização das caminhadas. Nessa oficina, novamente deparei-me com narrativas sobre o *território do Vale do Ivaí* como um bom exemplo de promoção dessas atividades.

Após tantos *encontros discursivos* com as práticas de turismo do Vale do Ivaí comecei, assim que retornei a Porto Alegre, a organizar minha ida efetiva até a região, mais especificamente, até a segunda maior cidade desse Território, Ivaiporã. Essa cidade está situada na porção centro-norte do Paraná, distando 500 quilômetros da capital, Curitiba. Na primeira metade do século XX, o município, junto com as cidades de seu entorno, foi um dos principais centros de produção de café do país. Atualmente, embora a principal atividade econômica siga sendo a agricultura, a monocultura do café deu lugar às culturas da soja, trigo, milho, aveia, feijão e criação de bicho-da-seda.

A partir da indicação de Ednei e Violento, cheguei em Ivaldete, a técnica da Emater responsável pelo turismo rural no Vale do Ivaí e uma entusiasta do projeto das caminhadas.

O deslocamento rodoviário de Curitiba até Ivaiporã dura mais de sete horas. Essa viagem da capital paranaense até as cidades que margeiam o Rio Ivaí é realizada por apenas uma linha de ônibus que opera em dois horários. Ivaiporã, com terra vermelha impregnada por todos os cantos, tem pouco mais de 20.000 habitantes e dispõe de uma infra-estrutura significativa se comparada a outros municípios da região. Organizei minha primeira ida até lá, por sugestão de Ivaldete, de modo que pudesse participar do principal evento turístico da cidade, a I Caminhada Internacional na Natureza.

Ao desembarcar na rodoviária do município por volta das quatro horas da manhã e deslocar-me a pé pelo centro da cidade até o hotel em que me hospedaria, podia perceber a chegada dos primeiros agricultores que vinham até o comércio local para

²⁴ Retornarei ao tema da internacionalidade da caminhada nas sessões seguintes.

abastecer suas propriedades. Nesse curto trajeto, deparei-me com faixas espalhadas pelas ruas anunciando a caminhada. Na porta e na recepção do hotel havia cartazes e folder de divulgação. A partir das oito horas, uma moto equipada com alto-falante começou a dar voltas no centro da cidade convocando a todos para a atividade. Nas conversas com os vendedores do comércio local e com alguns moradores do centro era sensível a expectativa relacionada ao evento que estava por acontecer.



Ainda que as Caminhadas na Natureza possam ser situadas em um quadro mais amplo de ações governamentais voltadas para a diversificação econômica em municípios de vocação rural, como Ivaiporã, algumas das características dessa política marcam uma mudança no tipo de atividade promovida por órgãos de extensão rural, como a Emater.

Ao narrar sua trajetória profissional, por exemplo, Ivaldete identifica as Caminhadas na Natureza como demarcadoras de uma espécie de transformação no foco das políticas que, enquanto extensionista, ajudou a executar.

Nós da Emater sempre trabalhamos com assistência técnica do agricultor, mas era muito direcionada só para agricultura. Daí realmente de 1980 para cá houve uma mudança preocupada não só com a renda agrícola, mas preocupada também com a renda não-agrícola. Como nós falamos, preocupada em transformar o produto e comercializar o produto. E o turismo é isso. É você trabalhar a questão do artesanato. Hoje nós trabalhamos muito o artesanato em fibra de bananeira, em bambu, taboa. A gente trabalha muito o artesanato hoje nessa linha de fazer com que as pessoas não trabalhem só a produção, mas também o outro lado, que ela veja a propriedade com outros olhos usando também essa outra alternativa (...). Caminhada não é para quem está no meio rural, é para quem está na cidade. Quem está no meio [rural] também vai, mas principalmente quem está no meio urbano e isso não tinha na Emater. Antes era só trabalho em cima do produtor, agora a gente chega até o produtor, mexe com a auto-estima dele levando a cidade para o campo. [Ivaldete, técnica da Emater, responsável pelo turismo rural no Vale do Ivaí].

A narrativa de Ivaldete acerca da constituição de circuitos de caminhadas em uma região com alta concentração rural no Paraná auxilia-nos a compreender características dessas atividades e como tais eventos marcam uma distinção, em relação a décadas anteriores, no tipo de assistência prestado por órgãos como a Emater. Contudo, não foi apenas no âmbito de instituições voltadas para assistência rural que as Caminhadas na Natureza tornaram-se marcos significativos de um deslocamento no caráter das ações por elas promovidas, mas essa alteração também pode ser percebida se colocarmos em perspectiva outras políticas de gestão de espaços da natureza no Brasil. A seguir, apresento algumas dessas políticas e como cada uma delas sustenta um determinado conceito de natureza.

Natureza em foco: de parques ao turismo rural

Políticas ambientais estão na pauta governamental brasileira ao menos desde a década de 1970. Essa agenda, entretanto, esteve balizada, em um primeiro momento, por agências de governança global como a ONU. Posteriormente, legislações ambientais foram criadas para contemplar exigências de credores internacionais como BID e FMI²⁵. Assim, o desenvolvimento de ações referentes às questões ambientais pautou-se, nesse período, em diretrizes internacionais. De modo geral, essas ações diziam respeito, sobretudo, ao manejo de dois tipos de espaços: aqueles eleitos como lugares de conservação da fauna e flora; e os de produção agrícola²⁶. Compreender a gestão da natureza nesses dois âmbitos nos fornece pistas para relacionarmos atividades como a das Caminhadas na Natureza com a promoção de modos de habitar determinadas paisagens.

Os projetos de criação de Unidades de Conservação ambiental, parques, santuários ecológicos, etc., não estiveram, inicialmente, relacionados com uma intenção de exploração turística desses locais, mas associados com a idéia de proteção e de preservação dessas áreas da ação antrópica. Tal modelo de parques, importado dos Estados Unidos, não privilegiava a interação entre um espaço protegido e as pessoas,

²⁵ Esta relação também pode ser observada em outros países em desenvolvimento, tal como mostra Fátima Chaves no caso do Paraguai (2004).

²⁶ Não estou interessado aqui em apresentar uma história das políticas ambientais brasileiras, mas relacionar algumas ações governamentais com perspectivas epistemológicas sobre a natureza.

mas isolava, criava ilhas em que uma natureza supostamente autêntica poderia seguir seu curso longe daqueles que, hipoteticamente, a descaracterizariam por sua presença²⁷. A partir dessa perspectiva, certos espaços foram tornados Unidades de Conservação ambiental sob o argumento de que continham uma paisagem que deveria ser resguardada. Entretanto, a natureza dos espaços em questão não é anterior a criação das unidades, mas está relacionada com a emergência de um modelo explicativo capaz de descrevê-la enquanto unidade de conservação autêntica que merece ser preservada. Como sugere Godoy:

Trata-se de definir a natureza criando a explicação científica que a certifica e que, tornada autônoma, converte-se em medida da natureza o “objeto” cuja circulação representa o coletivo de cientistas que o havia inventado. Tais naturezas não antecedem os procedimentos que as tornam visíveis. Não estando lá desde sempre, descobri-las é tanto criá-las quanto torná-las efetivas, isto é, sua potência enquanto invenção científica traduz-se precisamente no interesse que são capazes de despertar em outros grupos, e sua duração está associada à possibilidade de ser compartilhada por diferentes indivíduos e coletivos, construindo outros domínios, produzindo outras tecnologias. (Godoy, 2000:132)

No caso da criação de Unidades de Conservação ambiental, por exemplo, cabe ao Estado e à Ciência determinar qual natureza precisa ou não ser preservada. Os critérios para tal determinação, no entanto, são referenciados como *factos reais* e *autônomos* dos processos sociais de produção da própria *naturalidade* da natureza. A “naturalização” da natureza também pode ser refletida a partir de um conjunto de proposições lançadas por Bruno Latour (1994, 2004) que, ao tomar como foco de análise os fundamentos da modernidade, coloca em xeque a projeção de uma espécie de bicameralismo, em que há um espaço da natureza e outro da cultura, para a explicação do mundo.

Segundo esse autor (1994), a modernidade é assimétrica, mantém separado em um regime diádico o social/político do natural e faz com que tal separação pareça ontológica. Para Latour, no entanto, a constituição moderna²⁸ nunca foi seguida até o fim e um de seus aspectos mais centrais – a separação entre humanos (cultura) e não-humanos (natureza) – jamais foi completado, ainda que seja apresentado como se o

²⁷ Para uma discussão sobre a criação de Unidades de Conservação ambiental e parques, ver Godoy (1999), Barreto Filho (2001), Pádua (1987).

²⁸ A constituição moderna é uma metáfora utilizada por Bruno Latour (1994) para designar os princípios ontológicos e epistemológicos que orientam o projeto de modernidade no Ocidente.

tivesse sido. Conforme essa constituição, enquanto a natureza tem suas leis próprias, a política é governada pelos humanos e Deus está colocado fora das influências. Ao mesmo tempo, no entanto, a natureza deve permanecer modificável pela ação humana, a política é muito mais forte que a vontade dos homens e Deus, parafraseando Latour, está no coração de todos.

Natureza transcendente – contanto que permaneça mobilizável – sociedade livre – contanto que permaneça transcendente – ausência de qualquer divindade – contanto que Deus fale ao coração (Latour, 1994: 45)

Nessa perspectiva, a temporalidade moderna apresenta o curso histórico, seja da natureza, seja do social, como um vetor unidirecional, que abole o passado conforme avança. Na temporalidade moderna, as coisas não têm origem, elas rompem do nada.

A assimetria entre natureza e cultura tornou-se então uma assimetria entre passado e futuro. O passado era a confusão entre as coisas e os homens; o futuro, aquilo que não os confundirá mais. (Latour, 1994: 70)

A modernidade difere o que é passado e o que é futuro distinguindo o que é da natureza e o que é dos humanos. Para Latour, isso ocorre porque se disciplina a inclusão de novos elementos de um modo que não se possa identificar as passagens, mas apenas as rupturas. O importante é que todos os eventos apareçam como pertencentes a um tempo único e, nesse sentido, a natureza é tida como materialidade atemporal, invariável, pronta para ser “descoberta”. No caso da criação de Unidades de Conservação, a constituição moderna opera a partir do respaldo científico e, também, natural. Isto é, por um lado, a demarcação de um território como Unidade de Conservação é justificada a partir de critérios científicos de classificação e hierarquização, e, por outro, a partir de características, supostamente, intrínsecas àquela natureza²⁹.

Além da criação de Unidades de Conservação, as ações governamentais voltadas para a gestão da natureza concentraram-se no manejo de terras agriculturáveis e na assistência técnica aos produtores rurais. Se a natureza das Unidades de Conservação era aquela em que a presença humana provocaria sua degradação, no caso das terras de agricultura, a natureza deveria ser manipulada para que sua fertilidade fosse

²⁹ Não é sem razão que podemos elaborar uma genealogia dos movimentos ecológicos a partir, justamente, de suas relações com os saberes, procedimentos e análises das *hard sciences*.

maximizada. Organismos especializados, como a Emater, foram criados e deram apoio ao trabalho técnico das secretarias de agricultura estaduais. Nesse sentido, assim como a nomeação de determinados espaços como Unidades de Conservação terminou constituindo a natureza daquele contexto como uma *paisagem para ser preservada*, as paisagens agrícolas constituíram-se como espaços pouco associados à *natureza*.

No caso da política de caminhadas aqui discutidas, dois aspectos marcam importantes discontinuidades com relação à lógica acima descrita: a *natureza* dessas atividades não é a dos parques ou Unidades de Conservação, mas a das plantações de pequenas propriedades rurais; e a Emater é a principal articuladora de uma ação que toma as paisagens do campo não como espaços de trabalho, mas enquanto *natureza que deve ser apreciada*. O que está em jogo, portanto, não é uma atividade em uma suposta natureza autêntica, tampouco uma política de assistência técnica para os trabalhadores do campo, mas a promoção de uma atividade ambigualmente voltada aos cidadãos e aos agricultores, uma *ode* a um tipo de natureza não detentora, *a priori*, do direito de ser preservada. Como mostrarei a seguir, a legitimidade dessa natureza do campo é produzida, pelos agentes envolvidos com o evento, a partir de um apelo ecológico. Noutras palavras, a eficácia da realização de uma passagem da natureza do campo tida como bruta, não intacta, antropomorfizada para uma natureza possível de ser apreendida como bela, autêntica e *natural* depende do estabelecimento de relações, nesse contexto, com termos característicos do *idioma ambiental*.

Vale ainda destacar que a possibilidade de haver investimento no desenvolvimento rural não voltado à produção agrícola não se deu sem conflitos. O foco no turismo rural, por exemplo, poderia colocar em xeque, para alguns movimentos sociais, a necessidade de reforma agrária no país. De todo modo, a diversificação das atividades econômicas no campo constitui, para as agências governamentais, uma das principais razões para promover práticas como caminhadas na natureza. No que segue, apresento como esse tipo de política foi incorporada na rotina de uma instituição voltada para as dinâmicas de espaços rurais, a Emater.

2. Nem sempre as coisas foram assim: Emater e as políticas de extensão rural

O início da extensão rural no Brasil se deu na década de 1950. Naquele período, a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), que, posteriormente, daria origem à Emater, prestava auxílio aos agricultores em todas as etapas da cadeia produtiva, desde a obtenção de financiamento, passando pela produção até a comercialização dos produtos³⁰. Em entrevista realizada com funcionários da Emater para tratar das mudanças no perfil das políticas promovidas pela instituição, José Maurício, um dos responsáveis pela execução do projeto das Caminhadas na Natureza e agrônomo da empresa desde o período de sua estruturação³¹, afirmou que o desenvolvimento da extensão rural no Paraná foi significativamente afetado pelas idéias de Paulo Freire sobre educação não-formal. A relação entre extensionista e produtor rural foi pensada a partir da chave educador/educando e as estratégias de aproximação dos sujeitos desses dois universos distintos foram denominadas de *metodologias para a construção de saberes*.

Ainda que as *metodologias* tenham se transformado ao longo da história da instituição, elas não deixaram de ser centrais para instrução dos extensionistas sobre os modos mais eficazes de se relacionar com os produtores e de intervir em suas realidades. Diante dessa estrutura de organização da Emater, para que as Caminhadas na Natureza pudessem ser difundidas entre os extensionistas, não bastava que fossem promovidas como uma nova diretriz para a diversificação da renda de produtores, mas deveria também se tornar uma *metodologia*.

Um cara que escreveu livros bons foi Paulo Freire. Ele escreveu “Extensão ou comunicação?” e também, outro livro muito importante, a “Pedagogia do oprimido”. Esses livros dão base filosófica ao trabalho do extensionista. Como é que o extensionista, um agrônomo, um veterinário, uma técnica social, uma técnica em economia doméstica, vai chegar no agricultor e na sua família? Como trabalhar todas as alterações e mudanças que acontecem no mundo rural e urbano? É dentro desse contexto que surgem as famosas metodologias. Se você olhar na década de 1950, 1960 e 1970, nós tínhamos metodologias bastante imaginárias, tipo aquela do *flanelógrafo* que era um quadro negro, mas de flanela e que você, através de figurinhas, mostrava uma realidade para o agricultor. *Álbum seriado* era outro instrumento metodológico (...). Dentro desse universo nós tínhamos *metodologias*

³⁰ Esses dados foram fornecidos pelos próprios extensionistas rurais em conversas sobre a constituição da EMATER. Tais informações também podem ser encontradas no site: <http://www.emater.pr.gov.br>

³¹ A Emater – PR foi criada em 1977 para desenvolver ações relacionadas com a extensão rural no Estado e, assim, substituir a ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) que, desde 1959 desempenhava essa função.

individuais. O que é metodologia individual? Eu, numa tarde como hoje, vou com o agricultor conversar sobre milho, feijão, erosão, proteção das águas, então essa era uma metodologia. Logo depois nós tínhamos *metodologia grupal*. Nessa, por exemplo, a gente reunia um grupo de agricultores em volta de trator, num pomar, numa fonte e aí a gente desenvolvia uma conversa. Aí nós entramos numa outra metodologia, a *massal*, que era uma metodologia de massa. Na metodologia grupal eu poderia dizer que eu atendi hoje 5 ou 15 ou 150 agricultores num encontro. Na *metodologia massal* eu não sei quantas pessoas eu trabalhei, seria, por exemplo, um programa de rádio, de TV ou um grande evento. Nós conhecemos o projeto das caminhadas em 2003. Conhecemos com o trabalho que o Airton [presidente da ONG Anda Brasil] fazia no Rio de Janeiro junto com a Associação Brasileira de Turismo Rural sessão Rio de Janeiro. Quando eu vi aquilo, todo aquele povo caminhando em áreas rurais, em contato com as plantações e com os produtores, falei: isso é uma metodologia. Eu passei a entender, então, a *caminhada na natureza* como uma metodologia. [Ednei Bueno, coordenador do Departamento de Turismo Rural na Emater - Paraná].

A consolidação das caminhadas como uma estratégia metodológica da extensão rural foi levada por alguns representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário, entre eles Ednei, para as diretorias estaduais da Emater. Enquanto *metodologia*, as Caminhadas na Natureza significaram para os organismos de extensão rural, uma ruptura. Ao contrário de outras metodologias, ainda que as caminhadas tenham como finalidade contribuir com a agricultura familiar, elas não podem prescindir da participação de não-agricultores. Nesse sentido, ouvi diversas vezes os extensionistas se queixarem da dificuldade que é preencher o relatório das caminhadas, a começar pela definição do público alvo que são tanto os caminhantes como os produtores rurais que organizam a caminhada. Para além de um problema classificatório, essa dificuldade expressa o borramento de uma fronteira, já problematizada do ponto de vista analítico, mas pouco desconstituída efetivamente, entre campo e cidade nas políticas voltadas para o desenvolvimento rural. No limite, ao tornar tanto o agricultor como o cidadão o alvo da política, as caminhadas não apenas aproximam sujeitos que habitam universos distintos, como também implicam em outras rupturas de fronteiras muito bem estabelecidas burocraticamente na Emater. Como mostrei na sessão anterior, as políticas de preservação de paisagens naturais e de assistência às atividades agrícolas não foram articuladas, no Brasil, por um mesmo órgão. Assim, coube a um conjunto de agências estatais lidar com as questões envolvendo preservação e a outro conjunto de agências tratar das questões relativas à produção. A realização de Caminhadas na Natureza em áreas agrícolas e a elaboração de uma série de artifícios para associar aquela paisagem a certo ideário ecológico, como irei mostrar adiante, tornam os limites entre *natureza* para

ser preservada e *natureza* para ser trabalhada muito tênues. Caminhantes, extensionistas rurais e os próprios produtores contribuem para tornar aquela paisagem ambigualmente associada ao trabalho e ao lazer, à produção e à preservação, à natureza bruta e à natureza ecológica.

As caminhadas também se distinguem de outras metodologias por conta de sua transversalidade. Essa característica, conforme sugere Ednei, se expressa tanto na sua formulação como política, como em sua efetivação enquanto evento.

A política de caminhadas é muito transversal. Se você olhar aqui dentro da Emater, tudo é dividido em caixinhas. Tem uma caixinha de plantas medicinais, outra de horticultura, outra do desenvolvimento rural. Quando você pega as Caminhadas na Natureza aí é uma bagunça inteira. Porque nessa política você vai trabalhar educação ambiental, valores sociais, meio ambiente, agricultura, cultura, economia, turismo. Então eu acho que a caminhada ela tem esse valor, porque ela é muito transversal. Pensando bem concretamente, pensa nos atrativos de uma caminhada na natureza: lá no meio do caminho você tem um cara que tem uma vaca de leite que normalmente é campeã na festa da cidade, esse lugar já vira um ponto de parada. Aí depois da vaquinha o caminhante pára na igreja. Então é muito variado. (...) A caminhada não leva a nada, ela leva a tudo. A caminhada é um monte de passos, não tem saída e não tem chegada. É um passo que está aí e nesse passo você faz a reflexão que quiser, no ritmo que quiser, do jeito que quiser e com quem você quiser. [Ednei Bueno, coordenador do Departamento de Turismo Rural na Emater - Paraná].

A política das Caminhadas em relação a outras ações para o desenvolvimento do turismo

As Caminhadas na Natureza, portanto, puderam, por um lado, se fortalecer na esfera estadual por conta de sua institucionalização enquanto política pública e, por outro, se consolidar na Emater a partir de seu status de metodologia. Com isso, essas atividades ainda foram capazes de conectar burocracias, funcionários e expedientes da Emater e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado (Seab). Isto é, não apenas órgãos voltados para a agricultura familiar passaram a operar essa política, como também agentes de áreas como turismo e meio ambiente envolveram-se com sua implantação.

Em 2010, a EMATER, em parceria com a Seab, publicou um livro, em dois volumes, sobre metodologias da extensão rural. Em um desses volumes, as Caminhadas na Natureza são o tema de dois capítulos. Apresento a seguir trechos que apontam para

o enquadramento mais amplo dessa metodologia tanto na dinâmica da extensão rural, como entre outras políticas públicas promovidas pelo Estado.

As caminhadas objetivam ampliar o entendimento sobre esses espaços [da agricultura familiar], para a conservação ambiental, sua função social e cultural. A partir dessa visão é possível estabelecer outras atividades econômicas que suportarão o crescimento de um modelo de desenvolvimento rural, o qual não se detém apenas nos processos produtivos e considera outras alternativas de desenvolvimento, como a atividade turística. Nesse contexto de debate sobre a formulação de um novo modelo de desenvolvimento local sustentável, faz-se necessário propor um conjunto de políticas públicas que considere a assistência técnica e extensão rural, as linhas de financiamento para essas novas atividades e intensifique os debates relacionados às novas metodologias para esse modelo de desenvolvimento. (Nascimento e Bastarz, 2010: 166)

Atualmente o Paraná é dividido em 10 regiões turísticas, sendo que possuem Instância de Governança Regional, fruto da política estadual de descentralização e fortalecimento das organizações locais (...) Para trazer as caminhadas para o estado do Paraná, a SEAB e o Instituto Emater, em parceria com a Anda Brasil, em 2007, propuseram as caminhadas como estímulo ao desenvolvimento territorial e sustentável e lançaram o Projeto Caminhadas na Natureza no Paraná como uma ação de incentivo e promoção do Turismo Rural na Agricultura Familiar, desenvolvida de forma articulada e participativa. (Nascimento e Bastarz, 2010: 168)

Embora a possibilidade de as caminhadas serem tanto uma política pública estadual, como uma metodologia da extensão rural tenha sido fundamental para que pudesse se desenvolver plenamente na Emater, não havia, na instituição, estrutura burocrática para abrigar profissionais, rotinas e demandas que não fossem ligados à produção rural. Como afirma Laura, a primeira turismóloga a trabalhar na Emater e, na época da implantação do projeto das caminhadas, estagiária do grupo que estava encarregado da tarefa, “quando eu entrei não existia uma estrutura para tratar do turismo. Existia o Ednei, que era meu chefe, e a Laura. Não tinha sala, computador, mesa, não tinha nada.”

A aparente inexistência de práticas de turismo nos órgãos voltados para a gestão rural, no entanto, é uma espécie de problema nominalista. Isso porque, embora o conceito de turismo rural – e, por conseguinte, todo o aparato concreto que sua existência abstrata torna possível – seja bastante recente na Emater, determinadas atividades sugerem uma tradição mais longa, nesses órgãos, na promoção de eventos turísticos do que a oficialidade informa-nos. Perguntado sobre o histórico do turismo

rural nos órgãos de assistência rural, Ademar Dressler, chefe do Núcleo de Turismo Rural da Seab, afirmou:

O turismo rural começou no Paraná em 1997 com os trabalhos com Pesque e Pague. Mas se você olhar os nossos apontamentos mais antigos vai encontrar lá coisas como: a Festa do moranguinho, a Festa do abacaxi, a Festa do milho. Tudo isso a gente sempre fez, então, a coisa não é tão nova assim. Aquilo [as festas temáticas] faziam parte da metodologia do trabalho da extensão rural que fazia da festa do produto [agrícola] um produto turístico. Isso a gente sempre fez, escolher a miss moranguinho, fazer os bailes, o desfile dos carros alegóricos, eleger a maior melancia ou um concurso de gastronomia na base da melancia. Agora, com o nome de turismo rural não, isso é mais recente. Foi em 1998, por exemplo, que o Pronaf financiou o primeiro projeto de turismo rural³².

Mesmo que o turismo rural fosse praticado localmente, a nomeação desse tipo de prática e o incentivo a outros formatos de exploração turística, para além das festas temáticas, se deram a partir de políticas nacionais que estabeleceram novas diretrizes de desenvolvimento de áreas rurais do país. Nesse sentido, a política de caminhadas está relacionada com dois movimentos mais amplos de incentivo ao turismo rural no Brasil. Por um lado, para viabilizar uma série de outras políticas voltadas à agricultura familiar que têm como objetivo tanto a diversificação das cadeias produtivas nas áreas rurais, como o retardamento da saída dos jovens do campo para cidade. E, por outro lado, as Caminhadas na Natureza são parte de um processo de municipalização do turismo no Brasil. Isto é, a possibilidade de desenvolvimento de atividades turísticas deixaram de estar restritas a áreas de reconhecimento nacional, como as Cataratas do Iguaçu, a Amazônia, o Pantanal, etc., e começaram a ser promovidas a partir de atrativos municipais não explorados. As estratégias dos órgãos federais e estaduais para esse novo formato de incentivo ao turismo deram-se, sobretudo, com a realização de oficinas de capacitação³³. As Caminhadas na Natureza, por exemplo, foram apresentadas, em 2004, a mais de 13 cidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento do turismo no país, por meio de uma oficina nacional.

³² Este primeiro projeto citado foi o Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Ao final desse evento os diversos pesquisadores reunidos apresentaram a Carta de Santa Maria, que se constitui em um importante marco para a promoção do turismo rural no Brasil.

³³ Um caso emblemático desse processo, e que ouvi diversas vezes dos extensionistas rurais, é o da cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul. Hoje com um fluxo contínuo de turistas, Bonito surgiu como um expoente do turismo nacional somente na década de 1990. Sua estruturação se deu a partir da realização de oficinas voltadas para empresários e políticos locais que, a partir dessa formação, começaram o desenvolvimento da cidade como pólo turístico da região.

A partir de 2003, o governo federal, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, intensificou as linhas de crédito voltadas ao turismo rural. No Paraná criou-se a Rede de Turismo na Agricultura Familiar (Rede Traf) que, ao buscar roteiros para o desenvolvimento de seus projetos, privilegiou regiões em que fosse possível promover o contato com a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, remeter a experiências, práticas e sentidos comumente relacionados às paisagens da natureza.

Como se pode perceber, as articulações entre os governos estaduais e federais envolvendo o projeto de Caminhadas na Natureza não passa pelo Ministério do Turismo. Isso porque, o estatuto de programas relacionados com a agricultura familiar para o desenvolvimento de atividades turísticas é funcional, uma espécie de *ferramenta* para uma finalidade mais ampla, como a diversificação das cadeias produtivas disponíveis para os agricultores. Já outros formatos de exploração turística em espaços rurais como, por exemplo, os hotéis fazenda, são iniciativas da alçada do Ministério do Turismo.

Essa configuração burocrática do que é *efetivamente turístico* e do que apenas *utiliza o turismo como ferramenta* tem como implicação imediata tornar pouco provável a passagem de um tipo de formato para outro. Nesse sentido, a gestão e a definição dos objetivos de um projeto como o das Caminhadas na Natureza produz, inevitavelmente, uma controvérsia entre os interesses da Emater e do município em promover o mesmo evento. Enquanto para os extensionistas rurais, promover as Caminhadas na Natureza é uma *ferramenta*, uma *metodologia* para trabalhar questões relacionadas à agricultura familiar, para a administração municipal, o projeto das caminhadas é, na maior parte das vezes, a única ação local *efetivamente turística* e, se há um caráter ferramental nela, é contribuir para o desenvolvimento do próprio turismo na região. O que está em jogo é perceber que, embora imprescindível, o apoio municipal para a realização das Caminhadas na Natureza está fundamentado não apenas em justificativas distintas das que deram suporte ao projeto nos âmbitos federal e estadual, como também as expectativas projetadas nesses eventos – catalisar o turismo na região – são incompatíveis com as pretensões dos órgãos que elaboraram o projeto.

No Vale do Ivaí, foi Ivaldete quem, inicialmente, apresentou o projeto das Caminhadas na Natureza e, posteriormente, conseguiu efetivá-lo. De alguma maneira, nessa região, a expectativa das caminhadas como *ferramenta para o rural* e como *produto turístico* operou ambigualmente desde sua implementação, a partir da figura de Ivaldete que tanto é a responsável da Emater pela organização dessas atividades, como é

conselheira na instância de debate sobre turismo na região, a Amuvitur. Talvez isso ajude a compreender o sucesso da política naquele contexto.

Em 2007, a técnica da Emater participou de um evento sobre turismo rural realizado na serra gaúcha. Nessa ocasião, Violento, presidente da Anda Brasil, apresentou as Caminhadas na Natureza para um público de secretários municipais de turismo, extensionistas rurais e empresários.

Quando eu ouvi aquilo [a palestra sobre caminhadas], percebi que seria uma grande jogada para a gente iniciar o trabalho do turismo rural. Porque era uma forma de levar as pessoas do meio urbano para o ambiente rural e mostrar o que tem lá: produtos, artesanatos, comidas. Falei com o Violento e descobri que ia ter uma oficina nacional de caminhada em Curitiba. Como eu já tinha ido lá para Caxias, mandei as meninas [extensionistas das cidades vizinhas] que trabalhavam em lugares onde eu acho que podemos fazer um trabalho de turismo. Quando elas voltaram de lá, já tinham dois circuitos de caminhadas prontos. [Ivaldete, técnica da Emater, responsável pelo turismo rural no Vale do Ivaí].

Já na elaboração desses primeiro circuitos, a questão ecológica foi privilegiada, seja na definição das paisagens por onde passaria o circuito, seja na programação das atividades a serem realizadas ao longo do caminho como, por exemplo, o lançamento de balões com sementes e mensagens ecológicas, a plantação de mudas em áreas assoreadas e a soltura de peixes nos rios. Laura, turismóloga da Emater estadual, afirmou que, desde as primeiras oficinas, perceberam nas questões ecológicas, traduzidas na escolha do trajeto da caminhada e das atividades ao longo do percurso, um potencializador do projeto.

Percebemos como o pessoal queria caminhar na natureza, mas o que a gente tinha, na verdade, eram trigais, milharais e estradas rurais. Aí a gente pensava muito nisso por que, poxa, isso [as plantações] também é natureza, uma natureza reinventada, mas é. Para falar a verdade a coisa da ecologia chegou para nós e para os produtores por osmose, nunca teve um planejamento ambiental, mas a ecologia veio. Os caminhantes ajudam também e nós e os produtores fomos pegando. Essa coisa da ecologia vem muito dos caminhantes e os agricultores acabam pegando isso e passando para os seus produtos. De repente a partir desse olhar do caminhante que pergunta sobre como aquele produto é produzido acaba ajudando [o produtor] a fazer uma reflexão sobre a forma de produção e acaba tendo que atender e entender essa demanda para um produto de base ecológica. Acho que essa proximidade do produtor e consumidor, isso fortalece o produto de base ecológica. É isso que fortalece o projeto. [Laura, turismóloga da Emater estadual].

Além de uma série de artifícios nas paisagens rurais para aproximá-la de certo ideal de natureza, que descreverei noutra sessão, os extensionistas rurais recorrem à

relação entre agricultura e produção de alimentos para estabelecer essa associação. Ao lançar mão desse tipo de estratégia, tanto os produtores rurais como os caminhantes tornam-se “público alvo” da política. Luisa, turismóloga da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e coordenadora do projeto estadual Caminhadas na Natureza, assinala a eficácia dessa relação entre consumo e produção de alimentos para associar paisagens rurais e da natureza:

A idéia é que a pessoa que caminha e os próprios produtores mudem sua relação com a alimentação. A idéia é despertar a consciência dessas pessoas para produzir e consumir alimentos mais saudáveis, e que isso não são as grandes empresas que produzem, mas a agricultura familiar. Valorizar os alimentos orgânicos é nossa estratégia. A nossa geleia da agricultura familiar é um pouco mais cara que a geleia do mercado, mas toda a saúde que está consumindo ali adquirindo naquele pote, não tem preço. Então, numa caminhada, além de poder comprar direto do produtor, gerando mais renda, ele está comprando saúde. Então a gente quer passar essa imagem, que o produto tem mais saúde, que a pessoa consuma saúde com a agricultura familiar, então a gente quer colocar essa imagem de um produto mais saudável, mais orgânico e que gera relação entre o homem do campo e homem da cidade. [Luisa, turismóloga da Seab].

A produção da ideia de que plantações podem ser não apenas lugares turísticos, como também podem ser lugares ecológicos, não deve, como ouvi de alguns dos organizadores das caminhadas, estar pautada por uma “visão de turismo e de ecologia limitada”. Nesse sentido, afirmou Ednei: “Tem uma cidade aqui perto que chama Pérola e, para falar a verdade, a única coisa bonita lá é o nome. Acontece que os produtores estão percebendo algumas coisas. Estão percebendo que mostrar um passarinho na natureza rende mais que vender ele no espeto, então a gente está fazendo aparecer a natureza que tem lá.” No entanto, como já sugeri, a eficácia da realização dessa passagem de uma natureza bruta, para uma natureza pedagógica nas paisagens rurais do interior do Paraná, não pode prescindir da parceria com a administração política local, isto é, das prefeituras.

3. A caminhada ecológica para o município e para a Emater local

Não apenas os técnicos da Emater e os produtores diretamente envolvidos com a caminhada participam de sua organização, mas as prefeituras desses municípios também se mobilizam para realizar esse tipo de evento. Rapidamente, no Vale do Ivaí, os políticos locais perceberam essas atividades como um importante momento de

visibilização de seus trabalhos e também de articulação regional, uma vez que a mesma política promove caminhadas em outras cidades do território. Como disse Mariana, uma técnica da Emater local:

Os prefeitos precisam trazer todo mundo das secretarias para a organização da caminhada. Às vezes quando o quadro de funcionários de alguma secretaria da prefeitura que sedia o evento não está disponível, aí outra cidade manda suas equipes. As secretarias da Saúde precisam mandar pessoal e ambulâncias para ficar no trajeto, a da Educação faz da preparação do caminho uma atividade de educação ambiental obrigatória nos colégios, a da Indústria e Comércio recolhe doações e brindes de comerciantes locais para serem sorteados, além dos bombeiros e policiais que sempre ajudam. E por aí vai. [Mariana, técnica da Emater local de Manoel Ribas].

Na medida em que conseguia acompanhar a efetivação das caminhadas no Vale do Ivaí, passei a interessar-me mais ainda pelo modo como se davam as articulações tanto entre os grupos envolvidos, como internamente a cada um desses grupos. Nas caminhadas, podia perceber uma série de disputas latentes entre algumas instâncias organizadoras, mas, muitas vezes, não podia reconhecer o que estava em jogo. Para acompanhar os desdobramentos iniciais desses conflitos na elaboração das caminhadas, contudo, deveria conseguir estar presente desde os primeiros movimentos de sua organização. Além da distância, a dinâmica inicial para a organização desses eventos também não favorecia uma possível observação. Isso porque, seu planejamento se dá por encontros não-sistemáticos, casuais, em que um técnico da Emater conversa com algum secretário, com o prefeito ou com o professor de um colégio sobre a ideia de realizar uma caminhada.

Pouco depois de voltar de uma estada de uma semana em Grandes Rios para poder acompanhar a preparação de uma caminhada, Ivaldete sugeriu-me que voltasse naquele mesmo mês porque havia conseguido marcar uma entrevista com o prefeito de Ivaiporã e também porque haveria muitos “encontros casuais” naquele período para organizar a caminhada em um município próximo. Embora inicialmente não tivesse acreditado que aquela ida repentina se concretizasse, uma semana depois da troca de mensagens estava embarcando novamente para a região central do Paraná na expectativa da entrevista com o prefeito e dos “planejados encontros casuais”.

Assim que encontrei Ivaldete no escritório da Emater e fiz algumas perguntas com relação ao prefeito que entrevistaria, dei-me conta de que, naquele momento, ao mesmo tempo em que teria acesso aos agentes importantes na articulação do evento, como o prefeito da cidade, estaria entrando no próprio jogo das disputas locais que

queria observar. Ivaldete é filiada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e amiga pessoal do ex-técnico da Emater e então governador do Estado, Orlando Pessutti. Durante as eleições em Ivaiporã, ela apoiou a candidatura da chapa contrária à do prefeito que estava para entrevistar, Cyro Fernandes Correa Júnior do Partido dos Trabalhadores (PT).

Para realizar a entrevista, Ivaldete sugeriu que fosse acompanhado por uma de suas “parceiras” da Secretaria de Indústria e Comércio da cidade. Essa secretaria é dirigida por Daniela, que já havia conhecido noutra ocasião, e que, ao contrário dos outros secretários dessa administração, está alinhada com a posição política de Ivaldete. A equipe dessa secretaria não se constituiu por indicação do prefeito, mas por meio de uma espécie de plenária feita com os comerciantes locais. Natália, secretária de Daniela, ficou incumbida de me acompanhar na entrevista e, como em todas as outras vezes que fui até Ivaiporã, sem mesmo que me apresentasse, Natália já sabia meu nome e o que fazia ali, além de fazer um bom resumo de minha pesquisa para uma de suas colegas da secretaria.

O prédio da prefeitura, situado no centro da cidade, é pequeno, com poucos andares. Ao nos dirigirmos até o gabinete do prefeito, o assessor de imprensa da prefeitura começou a bater fotos e parou apenas quando obteve uma imagem dos cumprimentos. Cyro, um político bastante jovem e o primeiro prefeito do PT na cidade, tratou de se apresentar como formado em Ciências Sociais e de mostrar seu entusiasmo com a realização de uma pesquisa sobre as caminhadas. Além de prefeito de Ivaiporã, Cyro foi eleito presidente da Amuvi, o que contribuiu para que o projeto das caminhadas adquirisse uma significativa centralidade em sua gestão.

Nós tivemos uma experiência muito interessante que foi contribuir para a criação do Território do Vale do Ivaí e, a partir desse território, criamos várias câmaras temáticas e você sabe que a que mais tem se destacado é a Câmara do Turismo. E o principal feito da Câmara do Turismo foram, justamente, as Caminhadas na Natureza. Antes da caminhada eu creio que não tinha nada de discussão sobre turismo rural por aqui. [Cyro Correa Junior, prefeito de Ivaiporã].

A inexistência de práticas de turismo na região antes das caminhadas foi justificada por Cyro, e por outros políticos locais com quem conversei, pelo descrédito de que houvesse algum potencial para esse tipo de atividade em Ivaiporã e nas cidades de seu entorno. A “descoberta” desse potencial esteve relacionada com o fato de extensionistas rurais terem encontrado certas partes “naturais” de algumas propriedades que poderiam ser visitadas e atrair a atenção dos visitantes. O apelo ecológico dessas

áreas permitiria, segundo as estratégias de desenvolvimento regional programadas pela Amuvi, não apenas que o turismo se desenvolvesse, mas também que agricultores e outros comerciantes da região se despertassem para a comercialização de produtos ecológicos.

Na caminhada de Ivaiporã você podia ver lá o agricultor vendendo cajado de bambu, um suco orgânico, um doce caseiro, um artesanato de material reciclado ou fibra de bananeira e tudo isso quase não tem custo para eles. E foi muito legal porque a caminhada terminou com um almoço na tradicional comunidade da Pindalvinha. Para você ter uma ideia do impacto da caminhada, na época que ela aconteceu, a associação dos agricultores deles estava recebendo equipamento [colheitadeiras e tratores] do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Com o dinheiro que eles levantaram só com o almoço, pouco mais de 7 mil reais, eles conseguiram construir um galpão para abrigar esses equipamentos. Mas o grande feito da caminhada é que o trajeto passa na bacia do Pindaúva, que é o rio mais importante para a cidade e é o manancial que abastece toda a rede de água do município. Então esse apelo da questão ambiental é muito bacana, sem ele nada daria certo. [Cyro Correa Junior, prefeito de Ivaiporã].

Cyro, assim como alguns dos elaboradores do projeto das Caminhadas na Natureza da Emater, assinalou um caráter intrínseco entre as características ambientais dessas atividades e a possibilidade desse tipo de prática ser promovida como política pública. Operar a partir de determinados termos do *idioma ambiental* é condição para que o projeto ganhe estabilidade política tanto na Emater como na prefeitura e, ao mesmo tempo, torna a caminhada uma atividade atraente para alguns de seus participantes. Em conversas com pessoas pelas ruas e pelo comércio da cidade, pude ouvir argumentos diversos que justificavam a participação na caminhada. Vinícius, funcionário do hotel em que estava hospedado, dizia o seguinte: “eu não caminho na cidade e odeio fazer exercício, vou porque é na natureza. Aí fica mais legal, levar a família, levar os filhos e mostrar para eles coisas que eles nem sabem como é”.

Assim que saímos da prefeitura, Natália e eu voltamos para a Casa do Artesão, um espaço da cidade que também tem se transformado a partir das caminhadas na região. Isto porque, em cada um desses eventos, os técnicos da Emater oferecem oficinas para a produção de artesanatos a serem comercializados durante a atividade. Além das peças não vendidas nas caminhadas que são ali comercializadas, muitos artesãos, que começaram seus trabalhos após participarem dessas oficinas, continuam produzindo e comercializando seus produtos.

Ao sair da Casa do Artesão e me dirigir para o hotel, Ivaldete ligou convidando-me para que fosse até seu escritório para contar sobre a conversa com o prefeito. Assim

que entrei no prédio da Emater, percebi uma movimentação incomum no lugar que normalmente é freqüentado por alguns estagiários e extensionistas. A reunião de que Ivaldete me havia comentado acabara de terminar e, por conta disso, havia ali alguns coordenadores regionais e extensionistas de outras cidades. Quando me avistou, Ivaldete chamou a atenção dos que estavam na sala principal do prédio para me apresentar: “Gente, esse aqui é o Rodrigo, um antropólogo lá do Rio Grande do Sul que veio lá de Porto Alegre para conhecer o trabalhos das ca-mi-nha-das. Já pensou?” Depois de cumprimentar a todos e entrar em seu escritório, Ivaldete repetiu, inúmeras vezes, a importância de minha presença ali para que o trabalho das caminhadas fosse, de uma vez por todas, reconhecido: “Sabe Rodrigo, não é fácil trabalhar com turismo rural, tem muita gente torcendo contra, e quando vem alguém de fora para fazer uma pesquisa assim, isso é sinal de que o trabalho é reconhecido e as pessoas precisam saber disso.”

As dificuldades de legitimação do turismo rural na Emater e sua relação com o idioma ambiental

Embora o turismo rural faça parte das diretrizes de trabalho da Emater, há, na própria instituição, uma espécie de hierarquização dos trabalhos mais ou menos valorizados na atenção à agricultura familiar. A desvalorização do trabalho do turismo rural em função do tradicional foco na produção agrícola por parte dos órgãos de assistência à agricultura foi atenuada, no Vale do Ivaí, por meio da ampla aceitação das caminhadas por parte dos produtores rurais e da participação dos cidadãos no evento. Contudo, foi apenas com a participação em uma instância política que Ivaldete conseguiu que, na Emater regional, houvesse maior reconhecimento de seu trabalho. Em 2008 teve início a elaboração do plano territorial para o turismo no Vale do Ivaí a partir da Amuvitur. Com uma participação bastante ativa na constituição desse fórum de discussão e promovendo diversas visitas técnicas a locais turísticos³⁴, para mostrar aos agricultores possibilidades de geração de renda em paisagens rurais, Ivaldete tornou-se uma das principais promotoras do turismo no Vale do Ivaí. Naquela mesma semana em que eu estava em Ivaiporã, alguns técnicos da Emater finalizavam o plano para o desenvolvimento do turismo na região, que seria apresentado na Amuvitur.

³⁴ Uma das localidades visitadas pelos agricultores foi o santuário de Madre Paulina, na cidade de Nova Trento, Santa Catarina. Esse pólo de turismo religioso da região Sul do país apresenta interessantes características, sobretudo, por conta da articulação que o tornou possível entre Estado, Município, Universidade e Igreja Católica. Para uma discussão aprofundada sobre esse contexto ver (Steil e Salvador, 2011).

Entusiasmada com a redação desse plano, Ivaldete fez questão de ler alguns parágrafos da última versão para mim. No texto, depois de todas as vezes que a palavra “turismo” se repetia, havia uma marcação em amarelo com a palavra “sustentável”, quando leu um desses trechos Ivaldete explicou: “depois do projeto das caminhadas a gente entendeu que para dar certo tem que ser ecológico, sustentável”.

Ainda que fundamentados em certo apelo ecológico, os projetos de turismo rural desenvolvidos pela Emater, sendo o principal deles as Caminhadas na Natureza, são constantemente alvos de questionamentos ambientais. Em conversas com moradores de Ivaiporã, alguns afirmaram que, embora gostassem da ideia de caminhar na natureza, problematizavam o fato desses eventos colocarem mais de 700 pessoas em trilhas pequenas que não suportariam tal quantidade de caminhantes. Nesse sentido, a adjetivação de “turismo” com o termo “sustentável” no plano de desenvolvimento da Emater, não é uma incongruência com suas práticas, mas, antes disso, uma explicitação de que o *idioma ambiental* opera mais no domínio da sintaxe que no da semântica.

Assim como rastros-não-coincidentes puderam dar forma ao círculo da imagem que está no início deste capítulo, a trama de expectativas, objetivos e sentidos tecida pelos diferentes atores envolvidos com as caminhadas, ainda que relacionada por conta das referências a certo *idioma ambiental*, não são coincidentes. No escritório estadual da Emater, Ednei descreveu as caminhadas como uma metodologia da extensão rural que pode ajudar na geração de renda e na informação sobre questões ambientais. Na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Ademar e sua equipe de turismólogas concebem a caminhada como uma alternativa para que o turismo rural se aproxime da ideia de contato com a natureza explorada noutras práticas turísticas. A ONG Anda Brasil faz a intermediação entre as Caminhadas na Natureza realizadas no país com a prática desse esporte não-competitivo em outros lugares do mundo, por meio da Federação Internacional de Esportes Populares. Cyro, o prefeito de Ivaiporã, trata do evento como um importante momento para desenvolver o turismo na região e, ao mesmo tempo, realizar uma atividade de educação não-formal para a conscientização sobre temas ecológicos locais. Para terminar essa relação sem fim de rastros não-coincidentes, Ivaldete percebe a caminhada como um evento de turismo rural que pode criar uma alternativa para os produtores rurais diversificarem suas fontes de rendas e como um momento de expressão da capacidade que a região tem em promover o “turismo sustentável”.

Terminada a conversa em seu escritório, Ivaldete convidou-me para acompanhá-la, no dia seguinte, até Grandes Rios, uma cidade a 83 quilômetros de Ivaiporã, onde

haveriam alguns encontros marcados e outros “casuais” para planejar a caminhada que seria realizada dali a três meses.

No dia seguinte, fomos até Grandes Rios acompanhados por Priscila, uma técnica da Emater de Borrazópolis que também integra a equipe de responsáveis pela promoção do turismo rural na região. Se, no contexto geral da assistência à agricultura familiar, há uma espécie de hierarquização dos tipos de trabalhos realizados pelos extensionistas, em locais como Grandes Rios, onde a produção de café é a principal fonte de renda do município, atividades de turismo rural são menos valorizadas ainda e dificilmente constituem a pauta de debates e atividades da Emater local.

Enquanto esperávamos a chegada de alguns técnicos para a reunião no escritório local de Grandes Rios, detive-me numa conversa com alguns produtores da região que se esforçavam para explicar detalhadamente a relação entre o faturamento das fazendas na exportação de café e o preço das commodities de petróleo. Embora todos os agricultores tenham sido unânimes em reconhecer que as condições de produção e de venda de café tenham melhorado significativamente na última década, também mostraram grande preocupação com a saída massiva dos mais jovens do campo para a cidade. Ao tocarem nesse tema, os técnicos da Emater que estavam próximos se integraram à discussão e a reunião sobre o turismo rural na região começou ali mesmo, na frente do escritório. Conforme os extensionistas mais entusiasmados com a ideia da diversificação das fontes de renda no campo, o turismo não apenas seria uma forma de incremento no lucro das fazendas, como também um tipo de atividade que atrairia mais o interesse dos jovens que a produção agrícola. Uma das técnicas presentes voltou-se para mim e, apontando para um produtor que estava a seu lado, disse: “Esse aqui é um dos que a gente está tentando convencer a ficar no campo para abrir uma pousada na casa dele, precisa ver como o lugar é lindo.” O agricultor, aparentemente incomodado com a expectativa, concordou que seria possível investir na abertura da pousada, mas reiterou suas dúvidas sobre o real retorno financeiro do negócio naquela região. Outro extensionista, que se dedica exclusivamente a auxiliar na produção e comercialização do café, também ponderou o entusiasmo da técnica assinalando que a Emater não deveria incentivar esse tipo de investimento se não tivesse como garantir seu retorno financeiro.

O início da reunião foi a continuidade dessa conversa sobre o papel estratégico que as caminhadas poderiam ter para a região. Por um lado, nas palavras das técnicas dedicadas a promover o turismo rural no vale do Ivaí – todas elas mulheres graduadas em “profissões do cuidado” como pedagogia e serviço social –, essas ações poderiam

retardar a saída dos jovens do campo para a cidade, diversificar a renda das propriedades e ajudar nas discussões sobre meio ambiente. Por outro lado, nos termos do grupo de extensionistas que se dedicam ao auxílio na produção agrícola – todos homens formados em agronomia ou economia –, seria um modo de divulgar a vocação agrícola da região. Essa sobreposição de justificativas para a realização das caminhadas é, ao mesmo tempo, a razão de inúmeros tensionamentos entre os técnicos da Emater durante sua organização, como também a razão pela qual essa atividade é uma das únicas capazes de mobilizar praticamente todos os extensionistas dos escritórios nas semanas que as antecede.

Como resumiu José, um técnico da Emater dedicado a assistência na produção de café e ex vice-prefeito daquela cidade,

A ideia da caminhada para nós surgiu depois de acompanharmos uma caminhada em um município próximo. Aí percebemos que poderíamos fazer essa atividade aqui no município. Logo de cara pensamos, ‘podemos colocar umas barracas de café na estrada, que é o produto da região, e divulgar. Isso [a caminhada] acaba trazendo recursos para o município e também é um jeito de falar de ecologia para o povo e para nós também’. Na minha época nem na escola e nem da faculdade falavam de ecologia. (...) Mas o nosso objetivo não é o mato, mas é a propriedade rural. Nosso objetivo é que as pessoas andem no meio da lavoura, às vezes o pessoal não gosta, mas o ideal é esse: passar um pouco no mato, mas também na lavoura. Eu não tenho que pensar que caminhada é só ir para caminhar, tenho que pensar em fortalecer o local. [José, técnico da Emater local de Grandes Rios].

As caminhadas, como afirmaram posteriormente os técnicos de Grandes Rios, eram uma alternativa de geração de renda e divulgação da região que, com baixo custo, ajudava na valorização do trabalho do produtor e no aumento de sua auto-estima. O tema da valorização e de como a auto-estima é importante para evitar o despovoamento no campo é recorrente nas conversas sobre as caminhadas entre os extensionistas. Algumas alternativas para o desenvolvimento sustentável da região, inclusive, foram abandonadas porque, segundo os extensionistas, a própria incerteza de retorno financeiro desse tipo de empreendimento pode abalar os produtores e acelerar suas saídas do campo. Segundo alguns agricultores com quem conversei, há pouco mais de quatro anos houve uma série de famílias que venderam suas propriedades após verem uma das maiores fazendas do Vale do Ivaí falirem com as dificuldades de escoamento da produção de alimentos orgânicos que tinham iniciado.

Aquela reunião que estava participando destinava-se a programar a realização da

primeira caminhada do município de Grandes Rios. Após expor as primeiras etapas da organização desse tipo de evento, que incluem encontros com a comunidade e definição do trajeto a ser percorrido, Ivaldete cobrou empenho de todos os extensionistas na obtenção de recursos junto à prefeitura e aos comerciantes locais para a realização de alguns reparos no galpão onde, a princípio, seria promovido o almoço de encerramento da caminhada. A elaboração do trajeto, como mostrarei a seguir, é um momento central na organização do evento, sobretudo, porque a definição de por onde deve se caminhar está relacionada com o esforço dos organizadores para que os caminhantes apreendam aquela paisagem a partir de determinadas características, topografias e contextos. Cada um dos circuitos em que se caminha é nominado conforme aquilo que, para os produtores e extensionistas, sintetiza a região.

Ainda que com certa resistência, os técnicos foram, ao longo da reunião, assumindo responsabilidades na organização do evento que seria realizado em três meses. Ao final do encontro, Ivaldete sugeriu que já se escolhesse um mote para a atividade que seria o nome do circuito e que ajudaria a todos a pensar em trajetos, parcerias e nos contatos que deveriam ser estabelecidos. Imediatamente o consenso se formou em torno da ideia de que o circuito de caminhada da cidade deveria ser “circuito do café”. Priscila, uma das técnicas responsáveis pelo setor de turismo rural na região, manifestou-se dizendo que não seria possível, pois Jardim Alegre, a cidade vizinha e também produtora de café, já havia postulado esse nome e enviado os dados para que a Anda Brasil registrasse o circuito junto ao calendário da Federação Internacional de esportes populares. A desmobilização foi visível, os técnicos presentes se dispersaram e alguns declinaram das responsabilidades que haviam assumido anteriormente. Naquele escritório, dirigido por extensionistas mais voltados à produção agrícola e inserido em um contexto em que o turismo rural dificilmente pode se afirmar como real alternativa de renda, a impossibilidade de propor um circuito no qual a atenção dos caminhantes fosse voltada à produção de café tornaria a atividade fora de contexto, incapaz de articular produtores, poder público e extensionistas.

Diante dessa não disposição daqueles que estavam na reunião, após o término do encontro, alguns dos técnicos que estavam presentes foram até o escritório regional da Emater no intuito de buscar alternativas para a elaboração de um circuito com as “marcas da produção local”. Duas propostas foram levantadas, a primeira delas seria a elaboração de uma caminhada noturna nas margens do Rio Ivaí que teria como atrações as belezas naturais da cidade e o estilo de vida dos agricultores a partir da presença, em alguns trechos do percurso, de violeiros da região. A segunda proposta consistia na

elaboração de um percurso permanente de caminhadas que teria duração de três dias e que privilegiaria a apresentação do café em seus diferentes estágios de produção. Embora essa última alternativa demandasse um esforço mais estendido por parte dos organizadores, a maior parte dos técnicos percebeu, nessa sugestão, não apenas um modo de atrelar a atividade com a produção de café, como também com outros eventos locais relacionados à essa “vocação agrícola”, tais como a festa do café e os concursos de culinária com café.

Esse caminho de três dias poderia conectar os cafezais de Grandes Rios com os das cidades vizinhas. Um desses municípios possíveis de serem explorados nesse projeto turístico seria Manoel Ribas, uma cidade de pouco mais de 10.000 habitantes com uma economia sumariamente agrícola. No dia seguinte   reunião de Grandes Rios, acompanhei Ivaldete até Manoel Ribas, onde passaria o resto da semana participando da organiza o de uma caminhada que seria realizada nos próximos dias.

O convencimento para que as caminhadas sejam realizadas

Embora a explora o turística da produ o agrícola seja uma das possibilidades para o desenvolvimento de Manoel Ribas sugerida pela Amuvitur, para os técnicos da Emater, as estratégias de turismo local deveriam privilegiar uma comunidade afastada da área de maior concentra o rural da cidade onde há um Santuário de Nossa Senhora da Salete   beira do Rio Jacutinga. Esse santuário está situado na Comunidade de Barra Santa Salete³⁵ que, com pouco mais de cem famílias, tem buscado alternativas para gera o de renda via turismo religioso. Para isso, os administradores locais têm realizado, nesse local, os maiores eventos da cidade como a ExpoSalete – uma feira de agropecuária –, concursos de beleza e, desde 2008, as Caminhadas na Natureza.

Com características diversas, todos esses eventos convergem para os espaços e dinâmicas próprias do Santuário cuja gestão conta com a participa o de religiosos e também de uma comissão comunitária. A primeira caminhada no Vale do Ivaí aconteceu, justamente, na comunidade da Barra, começando e terminando no santuário. Nessa ocasião, como diversos produtores rurais narraram-me, havia muitas incertezas

³⁵ A forma o dessa comunidade está relacionada com um esforço do governo paranaense durante a década de 1940 para colonizar a região central do estado onde havia pouca produ o e investimentos. A maior parte desses primeiros moradores era das regiões de coloniza o alemã de Santa Catarina e foram atraídos pela oferta de terras e garantias de auxílio do Estado nos primeiros anos da instala o (Pereira, 2011).

envolvendo o evento, o número de participantes, a possibilidade de chuva e o interesse de alguém caminhar nas estradas rurais de uma comunidade afastada do centro. Assim, embora a comissão do Santuário tenha apoiado a atividade, apenas uma família se dispôs a preparar o almoço que seria servido aos caminhantes e a assumir os riscos das possíveis perdas econômicas que essa responsabilidade poderia implicar. O pároco do santuário, por exemplo, contrariava as expectativas da Emater de 300 caminhantes dizendo que, para ele, se viessem 80 pessoas a caminhada teria sido um sucesso.



As histórias sobre os conflitos de expectativas na organização das caminhadas são recorrentes, sobretudo entre os produtores encarregados de preparar o almoço servido no fim da atividade e o café da manhã na recepção dos caminhantes. O almoço que, normalmente, é vendido por dez reais é uma responsabilidade que se define conforme a disposição das comunidades em que acontecem as caminhadas. Em Ivaiporã, por exemplo, a comunidade como um todo encarregou-se da compra dos ingredientes, de sua preparação e venda; em Manoel Ribas tudo ficou a cargo de uma única família; em Lunardelli uma associação que ajuda crianças carentes assumiu a tarefa.

Numa ocasião em que estava acompanhando a preparação de uma caminhada em Lunardelli, um guarda municipal perguntou a Ivaldete quem “bancava” tudo aquilo. Próxima de nós estava a presidenta da APMI – associação encarregada da preparação do

café da manhã e do almoço. Visivelmente apreensiva, ela dirigiu-se enfaticamente ao guarda: “Quem banca tudo isso é a APMI e ninguém mais!” Prontamente, Ivaldete se voltou para o guarda: “Olha, nenhum município é obrigado a fazer nada. Quem paga é o MDA, que banca uma fortuna para cadastrar cada caminhada no calendário da federação internacional de caminhadas. Porque todos precisam saber que essa caminhada é INTERNACIONAL”.

O caráter internacional desses eventos, resultante da aplicação de alguns padrões de sinalização, formato do trajeto e inscrição no calendário internacional da federação de esportes populares, é referida constantemente tanto pelos organizadores e apoiadores da atividade como pelos caminhantes. Para alguns políticos locais, a caminhada é uma forma de inscrever os pequenos municípios do centro do Paraná numa dimensão internacional, de modo que, como ouvi um vereador de Jardim Alegre dizer, no calendário internacional de caminhadas a atividade “de Berlim e de Manoel Ribas estão apresentadas do mesmo jeito”. Essa dimensão do evento como translocal é, como mostrei no primeiro capítulo, o tempo todo reafirmada pelos caminhantes que, diante de uma carteirinha escrita em francês que todos recebem no momento de inscrição na atividade, reconhecem a legitimidade de sua organização.

Os técnicos da Emater também procuram lançar mão desse artifício da “internacionalidade” para apresentar o evento à comunidade que o receberá. Na ocasião em que Ivaldete pedia apoio ao prefeito de Lunardelli para a realização da caminhada, um de seus assessores disse: “mas não precisa de nada disso para andar. Isso aí é coisa de desocupado”, o convencimento para o apoio, disse Ivaldete, aconteceu depois que “consequimos mostrar que pode ser coisa de desocupado, mas gera renda para o município e é internacional”.

4. Produtores Rurais

Dois momentos são chaves para a preparação das caminhadas: a definição do trajeto pelo qual os caminhantes passarão e as duas semanas que antecedem o evento. Antes da definição do traçado da caminhada, técnicos da Emater, secretários municipais e prefeitos da região se reúnem para determinar qual comunidade será beneficiada pelo evento. Uma vez definida a comunidade, realiza-se outra reunião com as mesmas pessoas, mas também com a presença dos produtores rurais dispostos a colaborar. Na

maior parte das vezes, essa segunda reunião acontece na própria comunidade e serve, também, para esclarecer as dúvidas dos locais com relação à atividade. O impacto das caminhadas para a renda desses agricultores é bastante significativo, nas seis caminhadas que acompanhei o número de caminhantes nunca foi menor do que setecentos, mesmo que em quase nenhuma dessas cidades a população passe de quinze mil habitantes.

Para a Emater, afirmou Mariana, a responsável pela organização da atividade em Manoel Ribas, “a caminhada é importante não só por gerar renda não agrícola, mas, principalmente, para transformar a forma como o produtor vê sua comunidade.” Essa transformação, embora muitos técnicos procurem estabelecer sua associação com a percepção de outros modos de geração de renda, está, para os produtores rurais, relacionada à produção de um engajamento distinto naquele contexto, à um outro modo de experimentá-lo enquanto paisagem. Nesse sentido, para Fátima, uma das produtoras rurais envolvida na preparação do evento, a caminhada “transformou o modo como minha família vê o lugar que mora. O pessoal da caminhada passa no meu sítio e fala ‘nossa, mas que lugar lindo, muito lindo esse lugar.’ Mas aí a gente fica pensando: ‘o que eles vêm de bonito nesse lugar que eu não vejo?’ Aí eu fico olhando... de certo que é bonito mesmo.” Ivone, outra produtora rural, também narrou uma mudança em seu modo de observar sua própria propriedade: “Na primeira caminhada, eu achava que ninguém ia dar valor para esse lugar, mas agora até eu olho diferente. A cachoeira eu nem ligava, sabia que tinha um rio correndo pra baixo, mas não dava reparo. Agora a gente fica até procurando uma árvore diferente, uma parte do rio mais bonita.”

Embora haja um apelo ecológico na elaboração do trajeto da caminhada, que procura manter um traçado próximo “da natureza”, a maior parte dos percursos ocorrem em vastos campos de plantações de milho, soja e trigo. Como afirmou Ivaldete: “O que vai acontecer aqui não é uma caminhada ecológica, mas uma caminhada na natureza. Isso porque não é uma caminhada que só passa no meio do mato, mas que passa por propriedades rurais.” Para os produtores rurais, os riscos de permitir que mais de 700 caminhantes passem em suas plantações é compensado com a realização de obras pela prefeitura para melhorar as condições dos locais da caminhada. Edson, produtor rural de Grandes Rios e proprietário de um importante trecho do circuito, afirmou o seguinte sobre essa espécie de contrapartida que recebem da prefeitura:

Tinha um lugar aqui que era um atoleiro, eu não conseguia nem passar com o trator lá. Quando falaram que a caminhada ia passar aqui eu dei graças a Deus porque o pessoal da prefeitura veio e arrumou tudo. Agora vou poder passar com meu trator

depois da caminhada. Ali na casa do Seu Pedro, a enchente tinha levado uma ponte fazia seis anos e eles sempre batendo na porta da prefeitura para pedir ajuda para arrumar, aí quando falaram da caminhada ele falou: ‘ela tem que passar no meu sítio para o pessoal da prefeitura ajeitar minha ponte’. A gente concordou e aí a prefeitura arrumou a ponte. [Edson, produtor rural de Manoel Ribas].



A produção da paisagem rural como lugar turístico

A definição do trajeto também é preocupação para os técnicos da Emater, não tanto por conta das possíveis melhorias nas propriedades por onde passará a caminhada, mas para que o percurso definido seja potencialmente explorável do ponto de vista turístico. Para a transformação dessas paisagens, os organizadores do evento precisam lançar mão de uma série de artifícios para tornar o lugar atrativo e desvinculado de certos aspectos do labor no campo.

Ao denominar a atividade de “Caminhada na Natureza” e não “Caminhada Ecológica”, os organizadores procuraram, segundo Ivaldete, explicitar que o foco eram, sobretudo, os produtores da agricultura familiar.

É o seguinte, o objetivo é trabalhar a agricultura familiar, passar na pequena propriedade. Nossa parte ecológica é que a gente tenta passar a questão de preservação das trilhas, matas, mas o objetivo nosso é a propriedade rural, é o

agricultor, para que ele possa gerar renda. Você viu lá hoje os móveis de madeira, artesanato, produção de alimentos, transformação de produto, então tudo isso para o produtor gerar renda. Não vai só no mato, mas passa por propriedades. Então ela não é só do mato, o objetivo é passar também por propriedades (...). A gente trabalha tudo dentro da agricultura familiar, trabalhando para potencializar aquilo que o pequeno agricultor produz para poder comercializar em conjunto. Como o artesanato, a gente procura fazer um trabalho em conjunto para poder comercializar em conjunto. Você cria um caminho que passe pela agricultura familiar. Então as nossas caminhadas têm esse objetivo: a agricultura familiar. Passar pelas propriedades, a gente vai passar amanhã por doze propriedades. [Ivaldete, técnica da Emater, responsável pelo turismo rural no Vale do Ivaí].

Embora as caminhadas “*na natureza*” possam ter como efeito a geração e descoberta de outras fontes de renda para os produtores rurais, suas propriedades precisam ser transformadas, por meio de alguns elementos, de paisagens agrícolas em paisagens turísticas. A exploração de lugares potencialmente turísticos, aponta Rémy (1991), implica em uma espécie de subversão dos sentidos a eles atribuídos noutros momentos, assim: a plantação de amoras transforma-se em material pedagógico para os caminhantes, o tacho usado para fazer rapadura que, conforme disse Seu Ivo, sempre fora escondido quando as visitas chegavam, passa a ser lugar privilegiado para fotos, o suco de laranja tomado nas tardes torna-se suco ecológico. O que parece estar em jogo, portanto, é não apenas a comercialização de certa paisagem ecológica, como também de um modo de vida relacionado a esse contexto. Instigante nessa associação entre determinados produtos rurais e modo de vida de seus produtores é que a aura ecológica que recobre esses sujeitos e suas mercadorias, até certo momento, faz pouco sentido para os agricultores. A comercialização da paisagem e dos produtos rurais, nesse sentido, implica em um processo de convencimento não exatamente dos produtores para os caminhantes, mas dos caminhantes para os produtores.

A articulação entre aquilo que é reconhecidamente ecológico e a dimensão econômica que media a experiência dessa paisagem e desses produtos mais próximos à natureza, não está em alguma propriedade das coisas em si, mas, sim, nas condições sociais de sua produção. Assim, o sentido ecológico atribuído, pelo consumidor, aos produtos rurais tem um efeito sobre o modo como o produtor concebe aquele contexto.

No que se refere à transformação das paisagens das propriedades rurais em paisagens turísticas, os organizadores das caminhadas usam artifícios como a retirada das cercas ao longo do trajeto e o desvio de porteiros que marquem a entrada de uma fazenda em outra, para que, evitando esses elementos característicos do campo como

lugar de trabalho, a experiência daquele contexto transforme-se. Ainda que o trajeto da caminhada de Ivaiporã, por exemplo, tenha passado por doze propriedades, as marcas concretas de suas fronteiras foram substituídas pelas diferenças experienciais das cores, cheiros e formas daquele espaço.

Para autores como Simmel (1996), seriam as modificações numa hipotética continuidade infinita dos elementos presentes na natureza que seriam capazes de fracionar “o nexos ininterrupto das coisas e atribuir sentido a esse “pedaço” de Natureza”, isto é, de conformar uma paisagem.

A natureza, que no seu ser e no seu sentido profundo nada sabe da individualidade, graças ao olhar Humano que a divide e das partes constitui unidades particulares, é reorganizada para ser a individualidade respectiva que apelidamos de "paisagem" (Simmel,1996:7)

Embora o autor pressuponha, em certa medida, a existência dessa natureza como um dado, uma realidade autônoma da relação com os que a habitam, sua noção de paisagem aponta para uma indistinção entre aquele que a observa e aquilo que é observado. A paisagem, que se constitui a partir da convergência para uma unidade particular de uma natureza antes dispersa, ganha força de sentido naquilo que Simmel denomina de *disposição anímica*. Trata-se do que é comum a unidade que se constrói, mas que, ao mesmo tempo, não está “incluso em nenhum elemento singular desta paisagem” (Simmel,1996: 17). Os organizadores da caminhada de Ivaiporã, por exemplo, conferiram uma “marca” ao seu trajeto chamando-o de “Circuito da Madeira”. Para Simmel, instituir atributos como esse à caminhada é uma ação capaz de conformar essa *disposição anímica* que, ao fim e ao cabo, dá unidade a uma natureza caótica por meio da atribuição de um sentido. Este sentido, no entanto, é apenas um *sentido sugerido*, uma vez que nem os organizadores da caminhada, nem os caminhantes detêm o monopólio da produção de *disposições anímicas*, de paisagens.

Embora todos os caminhantes compartilhassem o trajeto a ser percorrido, a experiência da caminhada e a atribuição de sentidos relacionados à prática mostraram-se, diversas vezes, distintas e mesmo contraditórias. Como registro neste trecho do diário de campo:

Foi logo nos primeiros momentos de caminhada que percebi a quantidade de estudantes do ensino médio, inclusive de outras cidades. Esses estudantes – não sei

se foram voluntariamente, ou não – pareciam estar em uma excursão, gritavam muito, um se esforçava mais do que o outro para se destacar. Após os primeiros metros na estrada rural, entramos em uma das únicas trilhas pela qual passaríamos. Na minha frente havia um casal e atrás uma turma de estudantes de um município vizinho. Na frente o homem falou para a mulher “Nossa, olha como o ar aqui [na trilha, na natureza] é mais leve” e atrás o estudante acendia um cigarro, mas foi reprimido por outro que disse “o pessoal vem para o mato caminhar e você fuma?” Eles quebraram alguns galhos de árvore, gritavam sem razão e eu fiquei “preso” entre o grupo sem poder ultrapassá-los enquanto estávamos na trilha. Lamentei a situação. Mas agora fico pensando se fazia, para aqueles estudantes, alguma diferença aquela atividade ser naquele ambiente? (diário de campo de 22 de agosto de 2010)

O que parece estar em jogo é não apenas uma negociação constante entre as expectativas dos caminhantes projetadas sobre a paisagem da caminhada, mas também uma disputa pela produção de uma educação da atenção capaz de direcionar o engajamento perceptivo dos sujeitos que habitam essa paisagem. Estas disputas entre aqueles que caminham e aqueles que promovem a caminhada, entre aqueles que promovem um lugar turístico e aqueles que, até então, relacionavam-se com ela unicamente como lugar de trabalho, põem em relação sentidos, temporalidades, modos de habitar distintos. Isto é, a experiência da natureza característica do ideário ecológico que passa a operar nessas paisagens não anula a relação produtiva que une os agricultores ao contexto material da terra em que produzem. Simon Schama dá-nos algumas pistas dessas articulações:

E, se, a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade, elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas (Schama, 1996:17)

Tanto Simmel (1996) quanto Schama (1996), nas duas reflexões apresentadas anteriormente, elaboram conceitos de paisagem afinados com um modelo de inteligibilidade culturalista, que concebem a ação sobre o mundo como sendo exclusivamente humana. Para Simmel, os humanos são os responsáveis pela

constituição de particularidades na indistinta continuidade paisagística do mundo. Schama, por sua vez, embora admita que percepção e natureza – compreendidas por ele como sinônimo de paisagem – sejam indistintas, são os esquemas interpretativos adquiridos ao longo dos anos pelos humanos o que dá sentido à paisagem que, portanto, “é obra da mente”.

Ao tratar de um trajeto que é elaborado para determinado fim, não estou sugerindo que a paisagem implicada na experiência dessa caminhada estivesse previamente determinada pelos organizadores, mas apenas que há um esforço de direcionamento da atenção dos caminhantes para que determinados elementos e características desses espaços façam parte da relação que os sujeitos estão estabelecendo com a paisagem. Nesse sentido, nenhuma característica da paisagem é, por si só, um limite, uma fronteira. Retirar as cercas do trajeto não foi um artifício para “criar uma paisagem”, mas para induzir um modo de habitar esta paisagem, para possibilitar determinadas formas de conectar caminhos, de conhecer o mundo.

É unânime, entre os organizadores das caminhadas, o reconhecimento das dificuldades de convencimentos dos produtores rurais para que as caminhadas passem no meio de suas plantações. Contudo, como afirmou uma extensionista,

(...) se o objetivo disso aqui é conscientizar os caminhantes e fazer eles conhecerem o meio rural, tem que passar nas plantações. É engraçado isso da caminhada. Às vezes a gente nem precisa explicar ou colocar placas para explicar nada, é só fazer o pessoal caminhar nas lavouras que eles conhecem elas e passam a se relacionar com o meio rural do jeito que tínhamos idealizado. [Ana, técnica da Emater local de Lunardelli].

No dia da caminhada, em um trecho ainda no início do trajeto, conversei com Luiz, um caminhante de Ivaiporã, que disse: “Eu morei muitos anos no interior, mas aí fiz contabilidade e fui para a cidade e perdi o contato. Nossa, mas é muito legal vir aqui, lembrar de antigamente”.

Embora os processos de contemplação de paisagens rurais como paisagens *da natureza* sejam bastante amplos entre os caminhantes, nem todos deixam de questionar a autenticidade da natureza dos circuitos que percorrem, como ouvi uma mulher comentar com as amigas enquanto atravessávamos uma plantação de milho: “Ué! Mas não era caminhada na natureza, cadê a natureza?”

Além dos artifícios na própria paisagem capazes de estabelecer esse deslocamento no tipo de experimentação daquele contexto rural, a produção de uma “natureza autêntica” em um espaço de plantações se dá, também, pela suposta

proximidade entre o modo de vida dos agricultores e certo ideal de cotidiano ecológico. Isto é, para alguns caminhantes, o que torna aqueles trigais antes relacionados unicamente ao universo do trabalho no campo em uma paisagem possível de ser apreendida no registro da natureza, não é uma qualidade daquele lugar em si, mas o modo de vida dos sujeitos no campo. Nesse contexto, a demonstração, oferta e venda de produtos e elementos capazes de remeter a esse cotidiano rural idealizado é fundamental para sua conversão em um cotidiano ecológico. A seguir, analiso mais detidamente esse processo de investida de um modo de vida na paisagem e nos produtos comercializados durante a caminhada.

O idioma ambiental na produção e consumo de paisagens e bens

A inscrição na caminhada é gratuita, apenas o café da manhã e o almoço são cobrados, mas opcionais. Além dessas duas refeições, os caminhantes podem comprar, ao longo do trajeto, produtos feitos pelos próprios agricultores, como pães caseiros, geléias, mel, artesanatos, etc. Assim que se define o trajeto da caminhada, as pessoas da comunidade dividem-se em grupos e assumem responsabilidades na preparação das mercadorias. Embora em nenhuma das caminhadas que eu acompanhei algum produtor rural tenha dito ter se decepcionado com o retorno financeiro dos produtos que colocou à disposição dos caminhantes, todos eles relataram que, à primeira vista, os organizadores do evento não conseguiram convencer muitas pessoas dos possíveis ganhos que poderia dar.

Na caminhada de Manoel Ribas, por exemplo, a desconfiança foi tanta de que ninguém se disporia a caminhar no meio de trigais, que a comunidade não quis assumir o risco de preparar o almoço para um número bastante incerto de caminhantes. O casal, Ivone e Edson, decidiram assumir o risco naquela ocasião:

Eu achava que não ia vir muita gente, que não ia dar certo. Eu nunca tinha ouvido nem falar que existia essas Caminhadas na Natureza (...). Tinha gente que tirava até sarro da gente: ‘quer dizer que vai virar empresário!’ Tinha outros que diziam: ‘pensa bem, quem que vai vir andar nesses morros?’ E outros ainda falavam: ‘o Edson e a Ivone vão levar uma cabeçada, isso é uma fria’. Mas depois que eles viram que veio seiscentas pessoas para caminhar e que todo mundo almoçou, esses que criticavam começaram a querer, no outro ano, uma boquinha pra vender alguma coisa também. [Ivone, produtora rural de Manoel Ribas].

Ainda na caminhada de Manoel Ribas, Fátima, que organizou um grupo de mulheres para vender artesanato aos caminhantes, afirmou que poucos acreditaram que o investimento que estavam fazendo poderia render algo:

Antes da caminhada, a gente nunca tinha vendido nada. Nem tinha grupo de artesanato, mas aí depois da caminhada o pessoal se animou. Mas o problema é que elas [as artesãs] querem lucro e nem sempre dá, mas eu penso diferente, minha preocupação é mostrar o que a gente faz aqui. E o povo gosta de ver e a gente de mostrar o que sabe fazer. Na primeira caminhada, a gente entrou no escuro, porque você não sabe nada, não sabe quantos vem. Aí meu marido falou assim para mim: ‘Oh! A Mariana [técnica da EMATER] falou em 400 pessoas, mas se vier 50 vocês ainda tem que levantar as mãos para o céu! Onde que já se viu que vai vir 400 pessoas pra andar no meio do mato!’. [Fátima, Manoel Ribas, agosto de 2011]





A persuasão da mercadoria ecológica e a preparação da caminhada

A preparação do café da manhã, almoço e dos outros produtos vendidos no dia da atividade é antecedida por uma oficina ministrada pelos técnicos da Emater para orientar os produtores rurais com relação ao tipo de produto que deve ser oferecido. Em uma dessas oficinas, na cidade de Pitanga, Ivaldete perguntou aos produtores: “Gente, a caminhada será na próxima semana e eu queria saber o que é que vocês vão preparar.” Uma das produtoras locais se colocou de pé com uma folha na mão e começou a ler o cardápio: “A gente vai comprar duzentos pães tipo francês...”. Nesse momento Ivaldete interrompeu a produtora: “Pão francês? Gente, mas o povo vem querendo viver um pouco da vida de vocês aqui no campo, mais perto da natureza e não para comer o que eles têm na cidade”. A produtora com a folha na mão, então, diz: “a gente pensou que o pessoal não ia querer comer pão caseiro porque não estão acostumados, mas então a gente prepara o pão caseiro.”

A questão aqui é compreender que há determinados produtos e processos produtivos que garantem a autenticidade da relação entre o modo de vida dos produtores – e, por conseguinte, os objetos por eles produzidos – e um ideal de modo de habitar paisagens rurais, sustentado por certo ideário ecológico. Para informar os produtores de parte dessas expectativas e, assim, fazer a mediação com os caminhantes, os técnicos da Emater precisam “conferir” os cardápios propostos pelos próprios agricultores para que não haja desvirtuamentos da imagem do rural legítimo.

Esse processo de produção de um produto ecológico chancelado por um modo de vida reconhecido como em maior equilíbrio e integração com a natureza tem seus efeitos no modo pelo qual os próprios produtores experimentam seu cotidiano e a paisagem que os cerca. Isto é, ao ser reconhecido como detentor de determinadas características caras ao ideário ecológico, os produtores rurais passam não apenas a incorporar esse ideário, como também a produzir novos sentido sobre ele. Nesse sentido, se, conforme sugerirei no próximo capítulo, a expansão do ideário ecológico coloca em pauta um novo processo civilizador, cuja produção de distinção se dá menos pela incorporação de hábitos da sociedade da corte e mais pela aquisição de hábitos ecológicos, a apreciação, significação e compra de determinados produtos também é parte desse processo. Assim, o consumo dos produtos rurais oferecidos nas caminhadas não apenas estabiliza aquilo que chamei de *idioma ambiental*, como também o expande para sujeitos, classes e lugares onde, até então, pouco reverberava.

O ato da compra de determinadas mercadorias legitimadas por sua relação com um modo de vida específico, embora seja mediada pelo sistema financeiro global, rompe, em certa medida, com a lógica da produção e consumo que sustenta o mercado mais amplo. Neste sentido, pode-se identificar uma espécie de mercado “fora da dinâmica de funcionamento do mercado”, por uma razão dupla. Por um lado, a possibilidade de estender o estilo de vida dos produtores aos produtos eufemiza a alienação da mercadoria de seu contexto de produção na medida em que é o próprio elo do cotidiano desse com o produto que garante sua venda. Por outro lado, não apenas a dinâmica da produção confere sentido aos produtos comercializados, mas, conforme tenho procurado destacar, os sentidos atribuídos aos produtos comercializados também produzem significado acerca do modo de vida dos produtores.

Assim, a expansão do ideário ecológico imprime em atividades como as Caminhadas na Natureza uma dinâmica de atribuição simbólica que se constitui como uma via de mão dupla em que o cotidiano dos produtores rurais legitima, para os caminhantes, o consumo de seus produtos e os produtos, por sua vez, contribuem para que os produtores rurais descubram e se apropriem de determinados sentidos a eles atribuídos.

Devo ainda salientar que não apenas os produtos comercializados são envolvidos nesse jogo de produção de sentidos capazes de tornar determinados contextos e práticas mais ou menos ecológicos, como também a paisagem passa por esse processo. Na preparação da caminhada de Ivaiporã, por exemplo, acompanhei Ivaldete em sua última “vistoria” dos preparativos da atividade que ocorreria no dia seguinte. A seguir um trecho de diário de campo em que narro parte dos preparativos dessa caminhada.

Paramos na propriedade de Seu Ivo, um dos principais pontos do trajeto. Essa fazenda que, noutros tempos, ocupava boa parte da comunidade Pindalvinha, atualmente está reduzida a alguns hectares de terra que já não produz mais nada, apenas abriga uma fábrica de móveis rústicos de madeira. Na década de 1980, Seu Ivo era um dos principais produtores da região. Em meados dos anos de 1990, no entanto, a fazenda recebeu uma multa de alto valor por problemas ambientais. Segundo os técnicos da Emater, ocorreu que o Estado constatou a drenagem de um manancial na fazenda. Contudo, conforme o proprietário e outros agricultores, durante a ditadura militar brasileira os próprios órgãos federais e estaduais gratificavam os fazendeiros que aumentassem suas áreas de produção agrícola, mesmo que fosse à custa de danos ao meio ambiente. “Você acha que a gente tinha maquinário para secar o banhado?”, dizia

a esposa do produtor, “Claro que não, foi a prefeitura que trouxe as bombas para fazer o trabalho.” Com a venda de uma parte significativa da fazenda a multa foi paga, mas a agricultura foi abandonada e um “Pesque e Pague” foi aberto. Sem fluxo de clientes, o negócio também fechou depois de algum período, deixando como marca no lugar dois grandes tanques de água.

A fábrica de móveis artesanais da fazenda de Seu Ivo, junto com outras duas propriedades dedicadas ao mesmo tipo de produção localizadas nas proximidades, foi uma das motivações para que o trajeto da caminhada de Ivaiporã fosse chamado de “Circuito da Madeira”. Essa nomenclatura, além de valorizar as propriedades do percurso, remetia à identidade de agricultores da região que, inclusive, esperavam a oportunidade da caminhada para expor seus produtos e comercializá-los.

Seu Ivo, assim como outros agricultores, espalhou em sua fazenda placas em cada objeto que remetia a “vida no campo”, tais como “abelha jataí”, “alambique”, “monjolo”, “descascador de arroz”.





Enquanto eu e Ivaldete tirávamos algumas fotos do percurso da caminhada, encontramos uma produtora rural das proximidades que, durante o evento, venderia frutas em calda. Bastante apreensiva com a expectativa do número de caminhantes que viriam, nos interpelou assim que reconheceu Ivaldete como uma das organizadoras da atividade: “Vocês acham que vai vir alguém?” Mesmo sabendo que já haviam trezentas pessoas inscritas na caminhada, a resposta de Ivaldete não acalentou muito a agricultora “Olha só para esse lugar”, e a produtora olhou para o horizonte conforme apontava o dedo indicador da técnica da Emater, “tem alguma dúvida de que o povo não vai querer ver isso aqui?”

As atividades tecidas naquela paisagem por seus moradores são, sobretudo, tarefas relacionadas com agricultura. A promoção de caminhadas naquele contexto, no entanto, implicou um tipo de engajamento distinto por parte dos próprios produtores rurais. Quando a agricultora nos perguntou sobre os caminhantes, apenas verbalizava a desconfiança generalizada sobre o interesse das pessoas em ir até a comunidade da Pindalvinha para caminhar. Como me disse um agricultor no dia seguinte ao evento:

Eu falava para minha mulher, mas não é possível que o pessoal vai sair de casa para andar. Se vierem, eu falei para ela, ainda é capaz de ficarem bravos porque o

povo está dizendo que é caminhada na natureza, mas aqui não tem natureza. Eu pensava assim antes, mas aí quando vi mil pessoas, mil, pensa, caminhando aqui me dei conta que é natureza, sim. Meu filho falou, a natureza está nos olhos de quem vê. Agora vou dizer que minha roça fica na natureza. [Manoel, produtor rural de Ivaiporã, setembro de 2010]

Sáimos da região da fazenda de Seu Ivo e fomos em direção à casa de Daniela, onde a caminhada teria início. Junto a Daniela estavam alguns outros técnicos da Emater, empregados da fazenda e o secretário de educação e pároco da cidade. Divididos em pequenos grupos, cada um se encarregava de tarefas como montagem das tendas, verificação das inscrições já realizadas, conferência dos carimbos que seriam usados.

A mim coube o trabalho de pendurar um pedaço de madeira em que estava talhado o oitavo mandamento da natureza, “Diminuir o uso de materiais tóxicos, quer na limpeza do lar quer na agricultura.” No caminho que percorri encontrei integrantes de um CTG (Centro de Tradições Gaúchas) que finalizavam os preparativos das atividades que fariam para divulgar o grupo para os caminhantes.

Ainda acompanharia Ivaldete na verificação dos últimos preparativos da comunidade responsável pela recepção dos caminhantes no ponto final do circuito onde também seria servido o almoço. Nesse local, enquanto alguns grupos se concentravam na limpeza do terreno, outros corriam para finalizar a construção de uma gruta que abrigaria uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Na preparação dos alimentos que seriam servidos no almoço do dia seguinte, as mulheres preparavam porções de purê de mandioca, arroz e sobremesas, e, os homens, se dedicavam a assar 250 quilos de carne de porco e outros 200 de galinha caipira. Na parte externa da cozinha, três fornos eram ocupados por uma família de agricultores encarregados de preparar os pães. Depois de algum tempo conversando com eles e ajudando-os a colocar novas massas na fôrnilha, ouvi a mulher mais velha comentando com sua filha “Será que não era melhor comprar uns pães na padaria? Vai que o povo não gosta do caseiro.”

Capítulo III – Os rastros dos percursos: mudanças históricas no controle e a promoção de caminhadas na natureza



Richard Long. *A Line Made by Walking*, 1967.

No verão de 1967, Richard Long produziu uma das obras inaugurais da *Landscape Art* contemporânea, *A line made by walking*. O autor, então estudante de uma importante escola londrina de artes, foi até um campo no interior da Inglaterra para esculpir, com suas próprias pegadas e no ritmo de seus passos, um único traço que corta o aparente *continuum* da paisagem. Long não realizou sua obra em um quadro em branco, mas em um gramado com linhas, espessuras e cores já dispostas antes de sua presença. Tampouco esculpiu com as mãos, mas com os pés. A passagem do tempo em seu trabalho é ambígua, o ciclo de vida do gramado, apagou, naquela mesma estação, as marcas visíveis do traçado feito por sua caminhada. Contudo, a fotografia, em preto e branco, transformou aquele registro – na paisagem e na imagem – em um presente estendido, cujo crescimento das gramíneas não foi capaz de desfazer.

Ainda que retorne ao estado tal e qual era quando o artista realizou sua obra,

aquela paisagem não será mais a mesma. Ao caminhar pelo gramado, Richard Long estabeleceu relações, constituiu, junto com o ciclo da natureza, uma temporalidade própria. No limite, evidenciou que a paisagem não é alheia às ações nela tecidas, mas constitutiva e constituída das/pelas dinâmicas sociais e temporais daqueles – humanos e não-humanos – que a habitam. As paisagens, nesse jogo relacional, são tanto modificadoras das práticas nelas produzidas como também modificadas por elas.

No presente capítulo dedico-me a refletir sobre as possibilidades históricas de surgimento de uma política pública que promove caminhadas na natureza no interior do estado do Paraná. Trata-se de apresentar a regulação do ato de caminhar como uma medida constante na história do Ocidente Moderno tanto em seu controle e promoção realizado por instituições religiosas, médicas e estatais, como também pela atribuição de sentidos específicos a esse tipo de deslocamento elaborado por diferentes correntes de pensamento filosófico. Discorrerei, aqui, acerca da maneira pela qual as peregrinações medievais, os passeios das cortes pelos jardins, os filósofos românticos e iluministas e as atividades no Vale do Ivaí, estabeleceram relações distintas entre a prática da caminhada e as paisagens em que se caminha.

Ao recorrer a esse tipo de problematização, não estou buscando inserir as caminhadas que acompanhei em uma grande narrativa de um trajeto único e definitivo, mas procurando deter-me, justamente, na multiplicidade dessa narrativa. O que está em jogo, portanto, é retomar algumas das inúmeras *lines made by walking* e, assim, apresentar como a experimentação da caminhada e das paisagens, longe de serem arbitrárias, estão associadas a uma história de longa duração que ora enfatizou o caráter libertário, ora o potencial pedagógico dessa prática para os sujeitos que as realizam.

1. Sobre a relação entre Sujeito e Paisagem

Temam e tremam em vossa presença todos os animais da Terra, todas as aves do Céu, e tudo o que tem vida e movimento na Terra. Em vossas mãos pus todos os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento (Gênesis, 9:2-3).

No século XVIII o ato de trincar a carne à mesa era um atributo social associado à nobreza e podia ser feito de diversas maneiras: *despedaçar esse cervo, quebrar as asas desse pato selvagem, desmembrar essa garça, mutilar esse pavão* (Doddridge, Phillip, 1763, apud, Thomas, Keith, 2010).

Em meados do século XVII as montanhas eram odiadas como estereis *deformidades, verrugas, furúnculos, monstruosas excrescências, refugio da terra, pudenda da natureza*, cerca de um século depois, tinham-se transformado em objetos da mais elevada admiração estética (Thomas, Keith, 2010).

Após acelerar o passo e me separar do grupo com que havia iniciado a caminhada deparo-me, ainda no primeiro terço do percurso, com uma placa em madeira em que está talhado o primeiro mandamento da natureza: *Amar a natureza como a si mesmo* (Trecho de diário de campo 22 de agosto de 2010).

Como podem as montanhas passar de furúnculos a espaços sagrados em tão curto período de tempo? O que está implicado no estabelecimento de uma associação analógica entre os mandamentos cristãos que levariam os fiéis à salvação eterna e os mandamentos da natureza que levarão a humanidade a uma espécie de ética ecológica? Quais são os dispositivos capazes de sustentar, promover e transformar a relação Humano-Natureza?

Iniciar com esses questionamentos é uma tentativa de situar o contraste entre os fragmentos narrativos aqui apresentados num plano histórico. Embora cada um desses excertos diga respeito a períodos bastante amplos, interessa para a presente discussão colocar a “natureza”³⁶ em relação ao tempo e aos sujeitos que nela habitam evitando, contudo, a perspectiva que a concebe como um *a priori*, semelhante a um cenário, no

³⁶ A utilização das aspas na palavra natureza é uma tentativa de criar um efeito suspensivo na armadilha lingüística que reduz e singulariza as paisagens a que me refiro levando-me a denominá-las genericamente de “natureza”. Assim, embora eu não escreva, neste texto, natureza com aspas, gostaria de ressaltar essa suspensão parcial do sentido singularizante do termo.

qual a humanidade imprime suas narrativas, temporalidades e experiências. Trata-se, como já salientei, de refletir sobre a conformação histórica de determinado modo de relacionar-se com paisagens da natureza sem tomá-las como elementos passivos na constituição dessa relação. A proposta é desestabilizar, nessa descrição histórica, o imperativo cartesiano que dicotomiza a relação sujeito-objeto compondo um quadro no qual há um espaço a-histórico, estático e sem corpo, que está sempre a mercê de um *cogito* situado na história, dinâmico.

Embora a produção da partilha entre um sujeito, como agente da história, e uma paisagem, enquanto natureza inerte, seja tributária de uma série de práticas, podemos situar, nas regras da técnica de pintura denominada de *perspectiva artificialis*, um momento central na genealogia do tipo de relação que estabelecemos com a natureza³⁷ (Descola, 2005; Merleau-Ponty, 1971). Esse procedimento artístico instaurou a possibilidade de dispor os objetos e a paisagem a partir de um ponto de vista de um observador que, embora tudo veja, está situado fora daquele contexto, de modo que não pode ser a ele submetido. Tal ponto de vista, portanto, é lançado por um *observador-não-implicado*, que não é suscetível a nada além de seu próprio desejo de observar. A consolidação do que se reconhece como modernidade esteve atrelada à expansão da relação entre sujeito e objeto instaurada pela *perspectiva artificialis* para outros domínios da vida social. Desse modo, a partir do surgimento do *observador-não-implicado* e, por conseguinte, dessa concepção de paisagem como pura materialidade, podemos derivar a produção não somente de um sujeito potente, como também de uma paisagem passiva nas narrativas e experiências daqueles que a habitam.

Ao retomar, historicamente, as relações entre os caminhantes e os lugares das caminhadas, termino por discutir como a referida partilha se tornou mais ou menos latente ao longo dos séculos. Como mostrarei a seguir, o lugar atribuído a natureza é fundamental para a compreensão dessas transformações históricas. Nesse sentido, assinalo que a possibilidade de experimentar as caminhadas na natureza promovidas pelo Estado enquanto uma prática relacionada a certo ideário ecológico é resultante de uma produção histórica recente tanto sobre as paisagens da natureza, como acerca do ato de caminhar. Procurarei, aqui, apresentar parte das sobreposições históricas que

³⁷ Ao supor a possibilidade de descrever um modo de apreensão da natureza característico do Ocidente Moderno, estou em diálogo com a proposta de Phillipe Descola (2005), que afirma a existência de quatro modelos de relação ontológica entre natureza e cultura que operam entre os diferentes coletivos. O modelo Ocidental, denominado naturalismo, supõe, entre outros princípios, a descontinuidade física entre humanos e não-humanos, e a cisão absoluta entre sujeito e objeto.

possibilitaram a emergência desse contexto para, posteriormente, relacioná-las com as caminhadas que acompanhei durante o trabalho de campo no interior do Paraná. Meu objetivo, portanto, é elaborar um trajeto histórico plausível que permita articular as regulações sobre os caminhantes e o tipo de relação que esses sujeitos estabeleceram com as paisagens em que caminharam³⁸.

Sobre a relação entre o ser-no-mundo e o tempo-do-mundo desde uma antropologia da paisagem

O lugar da reflexão sobre a dimensão temporal nas narrativas etnográficas e na produção antropológica tem ocupado uma posição instável na trajetória da disciplina. Em momentos iniciais da definição do que estaria ou não na alçada dos antropólogos, os paradigmas evolucionistas tornaram a modalidade temporal um elemento definidor de seu campo. Todavia, com a emergência de um modelo de produção fundamentado na pesquisa *in loco* e na contextualização das práticas observadas na cultura local e não numa hipotética linha evolutiva da humanidade, o estatuto da história na disciplina deslocou-se. Seu lugar, na antropologia moderna, pode ser observado inicialmente em dois modelos de análises que emergiram nesse contexto, o culturalismo e o funcionalismo. No caso do primeiro, a comparação deveria levar em conta, sobretudo, as singularidades de seu contexto de produção e, por isso, concebia Boas (2003), o recurso à história deveria estar circunscrito ao particular. Para Evans-Pritchard (2005), um representante do segundo modelo de análise, a relação da antropologia com a diacronia constituía uma “querela doméstica” que não deveria tirar as sociedades contemporâneas do foco de atenção dos pesquisadores, mas, tampouco, fazê-los ignorar suas histórias. A proposta de Evans-Pritchard deslocou uma noção de história como categoria universal, para uma noção de tempo nativa, interna ao grupo.

Durante a segunda metade do século XX, o posicionamento de autores como Claude Lévi-Strauss (1996), Marshall Sahlins (2004) e Clifford Geertz (1978) colocaram à prova e noutros termos a relação entre história e antropologia. Não

³⁸ Ressalto desde já que, nessa recuperação histórica, farei mais referências a práticas realizadas na Europa que no Brasil. Isso porque estou mais interessado, neste capítulo, em descrever atividades características de determinados momentos históricos que permitam refletir sobre a constituição da relação Humano-Natureza no Ocidente moderno, e menos preocupado em elaborar uma narrativa histórica circunscrita a certos limites geográficos. De todo modo, ao apresentar, no segundo capítulo, algumas das políticas brasileiras dirigidas à gestão e manutenção da natureza já remeti a alguns dos processos históricos que marcaram a relação com essas paisagens no país.

interessa aqui apresentar os posicionamentos de cada um deles³⁹, mas assinalar a instabilidade do tratamento dado ao tempo e à história na produção antropológica.

No que se refere ao desenvolvimento das estratégias de construção da narrativa etnográfica, pode-se sugerir, conforme Joahannes Fabian (1983), que embora o compartilhamento de tempo – coetaneidade – seja condição para a pesquisa, o processo de textualização subverte essa condição utilizando categorias de “distanciamento temporal, capazes de colocar o autor do discurso num tempo diferente daqueles sobre os quais escreve” (Fabian, 2006: 510). Trabalhos como o de Fabian (1983) têm ajudado a estabelecer alguns parâmetros críticos com relação ao modo pelo qual *situamos* e *nos situamos diante do tempo* dos Outros. Meu esforço, aqui, vai na mesma direção, não para tornar evidente a temporalidade dos Outros, mas para explicitar a dimensão temporal de uma relação Ocidental recoberta de aparente imunidade histórica, a saber, a *do ser-no-mundo* com a paisagem.

Como afirma Fabian (1983), propor uma análise crítica do papel desempenhado pelo tempo na produção do conhecimento etnográfico talvez permita que estabeleçamos um ponto de partida para reflexões mais amplas sobre o próprio discurso antropológico⁴⁰. Ademais, o esforço já referido em colapsar a perspectiva da dualidade cartesiana entre sujeito e objeto (Merleau-Ponty, 1994) tem como consequência a possibilidade de deixarmos de conceber a paisagem como ocupante de uma posição estática, inerte, a-temporal, para pensá-la como dinâmica, móvel e “historicizável”.

Na tentativa de fundamentar esse procedimento analítico recorro aos conceitos de *habitar*, *paisagem* e de *taskscape*, de Tim Ingold (2000). A proposta teórica de uma antropologia da paisagem de Ingold constitui-se a partir da negação de perspectivas que a concebem como um pano de fundo neutro e externo às atividades humanas – isto é, *naturalisticamente* – ou então como um espaço ordenado simbólica ou cognitivamente – isto é, *culturalmente*. Para Ingold, a paisagem é constituída como um registro duradouro das vidas e trabalhos de gerações passadas que têm habitado nela e, assim, deixado suas marcas. Corolário dessa proposição é que a articulação entre tempo e paisagem para os sujeitos não é tanto uma questão de invocar imagens “internas”, “armazenadas na mente”, mas, sim, uma ação de engajamento perceptivo em um ambiente que está repleto com o passado.

³⁹ Para uma discussão sobre história e antropologia ver: Schwacz (2005), Goldman (1999), Johannes (1983).

⁴⁰ Nesse sentido, compartilho propostas como as de Bruno Latour (1994, 2002) e de Eduardo Viveiros de Castro (2002) que sugerem reverter o eixo de reflexão da margem para o centro, dos Outros para Nós.

A constituição de uma paisagem, portanto, não se dá por meio da inscrição das atividades humanas em um terreno que é pura materialidade, que pré-existe às situações dos sujeitos no mundo. O que essa proposta implica é a possibilidade de se afirmar que as formas da paisagem não são *preparadas para* ou *estão aguardando a ação humana*, mas a constituição dessas formas é intrínseca ao próprio processo de habitação. Isto é, a paisagem se forma na medida em que incorpora histórias em sua superfície, tecendo-as juntamente com o ciclo de vida de plantas e animais que também a habitam, ou seja, é sempre “a natureza do trabalho em andamento” (Ingold, 2000: 198, tradução minha).

Com relação às caminhadas em áreas rurais do Estado do Paraná, sugiro que elas promovem, entre os caminhantes, um tipo de engajamento bastante específico na paisagem em que se caminha que, conforme argumento nesta dissertação, está afinado a certo *idioma ambiental*. Trata-se, nos termos de Ingold, menos de uma maneira de significar o mundo e mais de um modo de habitá-lo, de produzir a sensibilização perceptual dos sujeitos para os ambientes em que se caminha.

Esse tipo de perspectiva escapa da concepção de que tempo e espaço se constituem como dimensões naturais – e, por isso, incontornáveis – significadas por sujeitos absolutos, para conceber o *ser-no-mundo*, a paisagem e a temporalidade como domínios intrínsecos. Para se referir a essa interação *com* a paisagem a partir das situações dos *seres-no-mundo*, Ingold lança mão do conceito de *taskscape*. Essa interação, que é incorporada como recurso duradouro da própria paisagem, torna-se, conforme essa perspectiva, elemento fundamental na tessitura da historicidade do mundo e dos sujeitos que nele habitam.

O próprio mundo assume o caráter de um organismo, e os movimentos de animais – incluindo os dos seres humanos – são partes ou aspectos do seu processo de vida. Isso significa que ao habitar o mundo, nós não agimos sobre ele, ou fazemos coisas para ele, mas sim nos movemos junto com ele. Nossas ações não transformam o mundo, mas são partes e parcelas da própria transformação do mundo (...) (Ingold, 2000: 199).

A proposta de Ingold, portanto, supera uma possível dicotomia entre *taskscape* e *paisagem* a partir do reconhecimento das ações de habitar o mundo como parte do processo de *devenir* do mundo como um todo e, ao mesmo tempo, da temporalidade própria da paisagem, dos ciclos de vida que ela comporta, do período geológico que a determina.

Para Ingold, paisagem não é “terra”, nem “espaço”. Tampouco é “natureza”. Trata-se de um conceito que rejeita a divisão do mundo entre interiores e exteriores,

mente e matéria, significado e substância; rejeita, ao mesmo tempo, a primazia de um desses pólos sobre o outro na sua produção. Temos então, um conceito que evita a atribuição da paisagem como uma imagem armazenada na mente dos sujeitos, ou como uma disposição de elementos já determinados antes de serem habitados⁴¹.

O deslocamento corpóreo na paisagem a partir, por exemplo, de caminhadas é fundamental para a *educação da atenção* na medida em que o corpo é o modo como um *ser-no-mundo* se apresenta em um contexto de relações em que modos de *estar-no-mundo* estão sendo forjados. Isto é, a experiência do mundo e da paisagem não deve ser pensada desde uma perspectiva antropocêntrica, mas refletida desde um ponto de vista fenomenológico que permita conceber “a condição humana imersa no mundo para apreender esta imersão não apenas no nível do corpo individual, mas também no da paisagem como corpo do mundo” (Carvalho e Steil, 2008: 292). A relação entre corpos e paisagem é, de certo modo, simetrizada a partir da existência de uma via de mão dupla em que os corpos têm sentidos incorporados e produzem sentidos sobre as paisagens que habitam, mas, ao mesmo tempo, esses sentidos estão relacionados com os registros duradouros dos modos de habitar a paisagem implicados nela.

A partir da perspectiva analítica proposta por Ingold, elaboro a seguir uma descrição sobre diferentes regulações do ato de caminhar e, por conseguinte, produção de modos de habitar as paisagens em que se caminha. Trata-se de um esforço que está menos preocupado em situar historicamente a prática de caminhadas na natureza do Vale do Ivaí e mais interessado em apresentá-las como relacionadas a determinados arranjos da relação Humano-Natureza que vêm se constituindo ao longo dos séculos.

⁴¹ A idéia de paisagem e sua distinção com a natureza e com o espaço é elucidada por Ingold por meio de uma analogia com a lingüística de Ferdinand Saussure. Na tentativa de apresentar a “essência da linguagem” Saussure sugere a imagem e o som como contínuos e indiferenciados, de substância mental e fônica, respectivamente, como se fossem dois lados de uma folha de papel. Se cortássemos esta folha de papel em pedaços (palavras), criaríamos “de um lado, um sistema de conceitos distintos e, por outro lado, um sistema de sons discretos”. Dado que um lado desta folha de papel não pode ser recortado sem que o mesmo seja feito com o outro lado, “os dois sistemas de divisão são necessariamente homólogos de modo que cada conceito corresponde a um som” (Saussure [1959] apud Ingold 2000: 112-13, tradução minha). Um lugar, por sua vez, proporciona, a quem o atravessa, os sons, cheiros, experiências corpóreas características daquele ambiente. O ambiente, no entanto, também depende dos tipos de atividades que aqueles que o habitam, nele desempenham. Portanto, enquanto os sentidos produzidos pelo espaço estão ligados ao mundo, os sentidos relacionados com a paisagem não estão nela, mas são reunidos a partir dela.

2. A produção de um idioma ambiental nos rastros das caminhadas

Não é verdadeiramente extraordinário perceber que, desde que o homem deu seus primeiros passos, ninguém se perguntou por que ele caminha, como ele caminha, se ele caminha, se ele poderia caminhar melhor, o que ele consegue ao caminhar, se ele não teria como regular, modificar ou analisar sua caminhada: questões que se relacionam com todos os sistemas de filosofia, psicologia e política com as quais o mundo está preocupado?

Honoré de Balzac⁴²

Quem são as pessoas que caminham hoje? Onde se caminha? Em nenhum período da história a humanidade precisou caminhar tão pouco para conseguir deslocar-se de um lugar para outro; contudo, em poucos momentos houve tantas pessoas dispostas a caminhar. Como isso se produziu? Afinal, por que caminhar na natureza é uma atividade razoável para uma população cada vez maior? Embora as problematizações aqui lançadas sejam bastante amplas, vale de antemão assinalar a relação, já sublinhada por Balzac, entre mudanças históricas relacionadas ao ato de caminhar e as questões relativas à classe social, status, ao controle sobre as cidades, os estados e as nações. Caminhadas seriam, assim, uma espécie de descritor potente – e pouco explorado – de certo trajeto histórico das sociedades ocidentais. Poderíamos elaborar essa narrativa não apenas a partir da marcha dos exércitos, das massas em migração e dos fiéis em peregrinações, mas também a partir do estatuto daqueles que caminhavam em cada momento histórico, das descrições das viagens épicas, da escola peripatética e de seus desdobramentos para a filosofia ocidental. Mas isso não é tudo. Assim como a caminhada é uma espécie de fio narrativo possível para descrever a transformação de determinados contextos históricos – isto é, para tratar da *condição humana* -, ela também pode operar como característica para descrever a constituição da humanidade enquanto espécie – isto é, para tratar da *natureza humana*.

A possibilidade de caminhar apenas sobre os pés está relacionada a um tipo de postura, a determinada formação fisiológica dos membros inferiores, à aquisição de certa habilidade. Para alguns biólogos (Lewin, 1999; Amadio e Duarte, 1996, Borges Filho e

⁴² Este excerto foi retirado do livro *Theorie de la démarche* de Honoré de Balzac (1981). Já havia selecionado o trecho quando me deparei com ele na epígrafe de dois outros textos sobre caminhada: *Culture on the ground: the world perceived through the feet* de Tim Ingold (2004) e *On foot: a history of walking* de Joseph Amato (2004). Além de Balzac, excertos de Thoreau e Jacques-Rousseau comumente abrem reflexões sobre o ato de caminhar.

Almeida, 2004), a diferenciação entre humanos e outros mamíferos está relacionada a três processos evolutivos: prolongamento do cérebro, transformação anatômica da mão e capacidade de caminhar sobre os dois pés⁴³. O ato de caminhar, portanto, é uma característica híbrida capaz de ultrapassar a eficaz fronteira entre natureza e cultura elaborada a partir da divisão científica do que pode funcionar como argumento para descrever tanto a *condição* como a *natureza humanas*. As caminhadas, nesse sentido, não são tomadas como ações, mas enquanto argumentos que, embora apropriados de maneiras distintas, podem operar tanto no pólo da natureza como no pólo da cultura. Nesse sentido, compartilho com Bruno Latour (1994, 2002) o esforço por dirigir a atenção aos objetos, argumentos e fenômenos híbridos que ameaçam o projeto de modernidade sustentado, sobretudo, pela ideia da distinção entre um mundo natural e outro social. Assim, poderíamos endossar a reflexão de Balzac diante da capacidade das caminhadas de relacionar sistemas dados às ciências humanas – filosofia, psicologia e política – chamando a atenção para a capacidade desse tipo de ato em também relacionar sistemas caros às ciências naturais – fisiologia, biologia e evolução.

Levando ao limite a idéia de que as caminhadas podem funcionar como um corte eficiente para distinguir, na ordem da “biologia”, humanos e não-humanos, podemos pensar na distinção entre coletivos tradicionais e urbanos, na ordem da “cultura”, a partir do maior ou menor confinamento dos pés. Conforme procurarei desenvolver

⁴³ Além das referências que Tim Ingold (2004, 2010) aporta para a temática da evolução humana e como ela está relacionada ao ato de caminhar, encontrei uma série de outras investigações produzidas no marco das ciências biológicas sobre a temática (Lewin, 1999; Amadio e Duarte, 1996). Apresentarei, aqui, apenas uma passagem de um desses textos que foi, para mim, esclarecedora dessa relação: “Apesar do *Homo sapiens* não ser o único primata a andar sobre dois pés (Chimpanzés utilizam esta forma de locomoção em certas circunstâncias ambientais), nenhum outro primata o faz tão habitualmente ou locomovendo-se com passos tão largos. A locomoção é composta por movimentos integrados e complexos dos segmentos de um corpo humano definido fisicamente como um complexo sistema de segmentos articulados em equilíbrio estático e dinâmico, onde o movimento é causado por forças internas e externas atuando fora do eixo articular, provocando deslocamentos angulares dos segmentos e por forças externas ao corpo. A locomoção humana difere da maior parte da locomoção animal por ser bípede, impondo maior participação dos sistemas descendentes, controladores da postura, durante a marcha. Por conseguinte as redes neuronais espinhais que contribuem para a locomoção humana, são com muita probabilidade, mais dependentes dos centros supra espinhais. Assim, os humanos com transsecções completas da medula espinhal ficam incapazes de realizar passadas rítmicas como as observadas no gato espinhal. Contudo, estudos sobre o desenvolvimento indicam que os infantes humanos nascem com circuitos reflexos inatos, capazes de gerar padrões rítmicos. Neonatos apresentam passadas rítmicas quando colocados em esteira móvel, e existe evidência de que esse padrão reflexo é um precursor da sinergia locomotora do adulto” (Borges Filho e Almeida, 2004:1-2).

noutro momento, no processo civilizador, o uso de calçados é fundamental.

O confinamento dos pés promovido pelo uso de calçados também está relacionado à subvalorização dessa parte do corpo na modernidade (Elias, 1990, 1993). A ideia dos pés como lugar de sujeira permanente, relacionado a atividades mecânicas, contrapõe-se à situação das mãos como lugar que deve estar sempre limpo e que está mais apta a desempenhar atividades técnicas. Não é difícil encontrarmos referências ao que poderíamos chamar de *preeminência dos membros superiores*, parafraseando o título do famoso texto de Robert Hertz, na história das idéias ocidental⁴⁴. Para citar apenas um exemplo, recorro a Edward Tylor, um dos autores chave para a constituição da antropologia como disciplina na Inglaterra, que fez a seguinte observação em seu livro *Anthropology* de 1881:

A partir do manuseio de objetos, colocando-os em posições diferentes, e ao colocá-los lado a lado, ele [o humano] foi levado para os tipos mais simples de comparação e medição que são, exatamente, os primeiros elementos para o conhecimento, ou para ciência (Tylor [1881] *apud* Ingold, 2004: 319).

Talvez essa *preeminência dos membros superiores* nos dê algumas pistas sobre o porquê do costumeiro estranhamento diante, por exemplo, da escultura com que dei início a este capítulo. Tomar como ponto de partida *a line made by walking* é também uma tentativa de provocar as referências que temos não somente da produção artística ocidental, como também de outras expressões não elaboradas com as mãos, mas com os pés, para, assim, pensar na possibilidade de realizar uma antropologia das caminhadas e das paisagens em que se caminha.

Peregrinações e as paisagens de montanha: o controle das caminhadas em nome do sagrado

Algumas paisagens de grande admiração estética atualmente e privilegiadas para caminhadas como, por exemplo, as montanhas, sequer eram citadas em textos da Idade Média. Trabalhos como os de Jouty (1991) e Majastre (1991), no entanto, sistematizaram parte das informações disponíveis sobre a percepção dessas paisagens até o século XV e ajudam-nos a esclarecer que sua aparente invisibilidade nesse período está mais associada a uma atenção direcionada a outros locais, do que a um ignorar por completo essas formações. Assim, se, por um lado, poucos são os registros sobre os

⁴⁴ O texto de Robert Hertz a que me refiro é o intitulado *A preeminência da mão direita: um estudo sobre a polaridade religiosa*, originalmente publicado em 1909 (1980).

Alpes e outras montanhas continentais da Europa Ocidental, por outro, em diversos textos da Idade Média, há uma profusão de referências aos montes Ararat, Sinai, Cáucaso, e Olimpo, bem como aos picos de Adão e Etna. Outro aspecto que ajuda a compreender a diferença no modo como nos relacionamos com essas paisagens hoje e como isso se dava noutros momentos é o fato de que a altitude, até pouco mais de trezentos anos, não era o critério para a definição de uma montanha, mas sim seu relevo. Desse modo, algumas formações consideradas, atualmente, como montanhas nem sempre foram assim reconhecidas. Por pelo menos duzentos anos, aponta Jouty (1991), discutiu-se se o mar era mais alto que o continente.

Durante a Idade Média, as referências que se fazia às montanhas remetiam, sem muita variação, ao caráter sagrado dessas formações. De alguma maneira, os montes mais citados naquele período eram aqueles que detinham as características capazes de aproximá-los do ideal cristão de paraíso terrestre. As montanhas, assim, não eram inerentemente sagradas, como os templos, ou habitadas por divindades, como os locais de peregrinação, mas eram o que podemos reconhecer como *contiguamente sagradas*⁴⁵. Naquele período, o paraíso divino não era *fora do mundo* como é no cristianismo moderno, mas um lugar absolutamente real, existente nalgum ponto da Terra ainda a ser descoberto. Embora as descrições desse paraíso caracterizassem-no de modo bastante variado, todas eram unânimes em localizá-lo em alguma montanha (Thomas, 2010). Alguns textos de Antoine de la Sale, como mostra Jeuty (1991), chegam a descrever sua localização⁴⁶:

Este paraíso está situado em terras orientais, isto é, no final da Ásia e em uma região extremamente alta... Nesse paraíso viviam Enoque e Elias e lá eles viverão até a morte do Anti-Cristo. Lá está a árvore da vida e em seu pé os quatro rios: um chamado Pison, outro o Guion, um terceiro o Tigre e o quarto Eufrates. Eles correm nas quatro veias do corpo que forma a Terra (...). Ninguém pode entrar ou andar no paraíso por causa das montanhas íngremes que circundam todo seu entorno, exceto na sua entrada. O paraíso terrestre está no topo da Terra, nas montanhas. (Jeuty, 1991:28-29, tradução minha)

Durante certo período, portanto, a sacralização das montanhas na Terra decorria da idéia bastante difundida de que era numa formação desse tipo que estava situado o

⁴⁵ Utilizo aqui o conceito de *contíguo* para me referir à extensão da imagética bíblica do paraíso na Terra a paisagens que remetem as descrições desse lugar sagrado.

⁴⁶ Antoine de la Sale foi um escritor francês bastante conhecido no século XV e cujos textos, segundo Labande Léon-Honoré (1904) e Samaran Charles (1940), inspiraram diversos personagens das grandes navegações, como Cristóvão Colombo.

paraíso. Isso é, a maior ou menor visibilidade social das montanhas estava relacionada à sua capacidade de ostentar características compatíveis com o ideal do paraíso terrestre. Com o surgimento de diversos centros de peregrinações em lugares montanhosos no final da Idade Média, essa *sacralidade contígua* foi sobreposta a outros processos de sacralização. Foi nesse contexto que os Pirineus, por exemplo, tornaram-se uma rota privilegiada para caminhadas não cotidianas.

As peregrinações tiveram um papel central para a popularização de caminhadas não laborais. Ao menos desde o século VII, segundo o medievalista Pierre Riche (Riche, 1997: 53), havia uma quantidade significativa de peregrinos dirigindo-se, sobretudo, para Roma, mas também para os inúmeros centros menores de peregrinação⁴⁷. Deslocar-se em peregrinação era uma experiência penitencial de busca por indulgências ou dádivas, concedidas em um regime de reciprocidade entre seres humanos – que ofereciam sua exaustão corporal – e divinos – que concediam perdão e graças. Como afirmou Jacques Le Goff (1993), a peregrinação não era o que os homens queriam fazer, mas mais um ato de penitência. Errantes eram miseráveis e o turismo uma vaidade.

Tamanha quantidade de peregrinos circulava na Europa durante a Idade Média, que alguns decretos foram instaurados para regulamentar o estatuto desses caminhantes os quais, ao contrário de um errante qualquer, não precisavam pagar impostos ao atravessar fronteiras. Alguns ainda carregavam cartas de reis e bispos comprovando que não se tratavam de vagabundos, mas de *peregrinos* (Le Goff, 1993). A igreja, a partir dos mosteiros, também procurava dar amparo a esses caminhantes oferecendo a eles abrigo. Talvez o exemplo mais significativo dessa postura, e que se arraigou como costume popular em muitas localidades, sejam as regras Beneditinas, cujo objetivo era disciplinar as casas da Ordem. A abertura do capítulo dessas regras, dedicado a estrangeiros, começa com a seguinte frase: “Todos os hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos como o Cristo (...), principalmente os irmãos de fé e os peregrinos. Logo que um hóspede for anunciado, corra-lhe ao encontro o superior ou os irmãos, com toda a solícitude da caridade”⁴⁸.

Aos poucos, a Igreja procurou normatizar a prática de peregrinação tentando instituir uma indumentária aos caminhantes em deslocamentos religiosos ou então definir as rotas por onde os peregrinos deveriam seguir. Um exemplo emblemático

⁴⁷ Além da Igreja de Santiago de Compostela, que séculos mais tarde se tornaria um dos mais importantes centros de peregrinação, vale destacar, entre esses centros menores de peregrinação, a igreja de Saint-Sernin de Toulouse, de Santa Madalena de Vézelay e de Saint-Martin de Tours (Loyon, Henri, 1997: 29)

⁴⁸ Fonte: <http://www.procasp.org.br/capitulo.php?cCapitulo=55>

desse processo se deu no trajeto atualmente conhecido como Caminho de Santiago de Compostela. Essa rota foi, durante a Idade Média, a terceira maior peregrinação do mundo cristão, atrás apenas de Roma e Jerusalém. Nesse percurso, os caminhantes deveriam portar um chapéu de abas largas, uma bolsa específica, além de seguir as instruções sobre os trajetos a percorrer, os paradores para comer e os lugares de pouso instituídos pelo *Codex Callixtinus*⁴⁹.

Em certo sentido, as normatizações eclesiásticas procuravam, além de ordenar as peregrinações que, ao fim e ao cabo, eram uma via de acesso ao divino, produzir qualidades distintivas entre os peregrinos e outros caminhantes comuns naquele período, como os mendicantes, os ciganos e os camponeses. A tentativa de estabelecer esse corte decorria do baixo valor social relacionado ao ato de caminhar. Talvez possamos ter uma melhor dimensão do baixo status atribuído à caminhada se levarmos em conta que a aristocracia, naquele período, pode ser caracterizada pela relação de seus membros com a cavalaria. Mesmo as peregrinações, embora fossem muito populares e tenham promovido o deslocamento massivo de pessoas, eram uma prática marcada pela subordinação social. A expansão na quantidade de centros de devoção pela Europa, por exemplo, não foi acompanhada imediatamente pela peregrinação de nobres ou aristocratas. Caso um sujeito das classes mais abastadas desejasse a indulgência que as peregrinações proporcionavam, era de bom tom que pagasse para alguém peregrinar em seu lugar (Carneiro, 2007).

As guerras, outro deslocamento de massa característico da Idade Média, eram planejadas a partir de dois grandes grupos de combatentes, os guerreiros-aristocratas à cavalo e as linhas de combate à pé, os peões. Aos poucos, o prestígio dos cavaleiros extrapolou o âmbito bélico e, assim, realizar deslocamentos a cavalo passou a ser um importante sinal de distinção social. Como afirma Amato,

o guerreiro, com o grande cavalo selado, com uma armadura e empunhando uma espada – as melhores tecnologias – fazia sombra à velocidade, poder e riqueza inferiores dos outros – camponeses, jornaleiros, comerciantes, clérigos e mendigos – que tinham que trocar ou pedir as coisas [em seus deslocamentos] ao invés de levá-las, [como faziam os cavaleiros] (Amato, 2004: 61, tradução minha).

Mesmo que, de modo geral, caminhar estivesse associado à subordinação social,

⁴⁹ Codex Callixtinus é um conjunto de cinco livros escritos ao longo do século XII e lançado sob o papado de Calixtus II. O quinto livro é dedicado a instruir os peregrinos do Caminho de Santiago de Compostela no que se refere à indumentária, locais por onde se deve passar, abrigos ao longo do trajeto, etc (Carneiro, 2007).

havia algumas situações em que essa relação não era estabelecida. Esse era o caso das caminhadas acadêmicas realizadas, sobretudo, por intelectuais da Igreja. Diz-se, por exemplo, que o prestígio de Santo Tomas de Aquino era explicitado pelo número de quilômetros que caminhou de uma universidade ou mosteiro a outro, quinze mil.

São poucos os registros que relacionam os deslocamentos realizados por peregrinos, mendicantes, camponeses, soldados, etc., à paisagem em que se caminhava. Nalguns textos dedicados à descrição das peregrinações até o século XV pode-se encontrar menções às paisagens que cercavam os santuários para onde os caminhantes dirigiam-se, mas há pouca ou nenhuma referência à paisagem do trajeto⁵⁰. Talvez isso esteja relacionado à ênfase dada, nas peregrinações medievais, à chegada e não ao percurso que o caminhante atravessava até seu destino. Como ressaltou Steil (2009), foi apenas na modernidade que se iniciou uma inversão de foco

(...) do destino da peregrinação - um santuário, uma imagem, uma relíquia etc. – para a experiência da viagem nela mesma. Mais do que o ponto de chegada, diz Urry (2000: 5), o que passa a interessar aos peregrinos e viajantes é a própria mobilidade. Neste sentido, pode-se perceber um deslocamento do sagrado num sentido durkheimiano da efervescência coletiva para um sentido individual e pessoal do sujeito que se engaja corporal e psicologicamente na própria viagem em busca de um aperfeiçoamento individual. Na etnografia de Frey, *Pilgrims stories* (1998), a chegada e a estada no santuário não é o que conta, mas o caminho em si. A chegada surge, no texto de Frey, como um anti-climax (Steil, 2009: 78).

A natureza da barbárie e da utilidade e a produção da distinção social

No período do início do Renascimento, a própria idéia de uma paisagem da natureza possível de ser apreciada era contrária ao ideário dominante que contrapunha à natureza, associada à selvageria, barbárie, ignorância e inutilidade, a cultura relacionada à civilização, às cidades, à razão.

Como bem assinalou Carvalho:

A cidade, contraponto da natureza selvagem, então se apresentava como lócus da civilidade, o berço das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Sair da floresta e ir para a cidade era um ato civilizatório. As pessoas criadas na cidade eram consideradas mais educadas que

⁵⁰ Uma das exceções que encontrei a essa tendência foi o já referido *Codex Calixtinus* que, ao se referir aos caminhos por onde os peregrinos deveriam passar, termina descrevendo algumas paisagens da peregrinação.

aquelas que viviam nos campos. A natureza, tida então como o Outro da civilização, representava uma ameaça à ordem nascente (Carvalho, 2009:139).

O antropocentrismo característico desse período transformara não apenas paisagens da natureza em espaços a serem evitados⁵¹, como também tornou determinadas atitudes humanas um sinal de incivilidade que, segundo a mentalidade corrente, seria mais próxima à natureza. Norbert Elias (1990, 1993), nesse sentido, é elucidativo ao mostrar como certas atitudes corporais e a publicização de determinadas sensações foram, aos poucos, domesticadas e restritas ao âmbito privado. Assim, a produção de uma idéia de natureza como um Outro da civilização teve como efeito não apenas o desprestígio de determinadas paisagens que, séculos mais tarde, seriam aclamadas como as mais exuberantes possíveis, mas contribuiu para o florescimento da idéia de que havia uma diferença fundamental e indelével entre a humanidade e outras formas de vida, que deveria ser expressa no comportamento.

Embora possamos caracterizar esse período, que, segundo Carvalho (2009), vai até a passagem do século XVI para XVII, como um momento em que predominara certo ideal antropocêntrico cuja função da natureza seria a de suprir as necessidades humanas, podemos observar, em algumas práticas, o estabelecimento de uma relação singular com paisagens naturais. Esse é o caso do termalismo. Essa atividade mobilizava centenas de milhares de pessoas na Europa durante todo o ano e encarnava, em certa medida, características de um modo de colocar-se diante da natureza que se desdobraria plenamente apenas alguns séculos mais tarde, com o romantismo.

A presença de cachoeiras, lagos e águas termais, sobretudo em áreas montanhosas, contribuíram para que se desenvolvesse, nesses locais, um dos primeiros tipos de turismo: o turismo de saúde. O termalismo constituiu-se, para autores como Majastre (1991), Julien (1993) e Labutre (1995), em um importante evento no horizonte das transformações históricas da relação Humano-Natureza. Vale ressaltar, contudo, que a valorização da natureza, mesmo nesse contexto, continuava relacionada a valores funcionais, isto é, a possibilidade de se extrair princípios ativos potentes o suficiente para serem mobilizados em favor da humanidade. A prática de buscar, em águas termais, uma fonte de benefícios para a saúde era tão difundida que se pode encontrar relatos de inúmeros intelectuais do período do Renascimento dedicados a realizar viagens em busca das melhores termas da Europa. Michel de Montagne, por exemplo,

⁵¹ Não é sem razão que o excerto sobre o ato de trincar a carne a mesa e o que faz referência a inutilidade das montanhas com os quais que iniciei esse capítulo são relativos a esse período.

caminhou durante mais de um ano por diversos países com o objetivo não apenas de encontrar a melhor água terapêutica, como também de descobrir a melhor dosagem de água a ser despejada sob o corpo e as partes do corpo em que a aquisição de benefícios daria-se mais rapidamente⁵². Vivendo em outro período⁵³, mas ainda em um tempo em que as águas termais eram apreciadas terapeuticamente, Michelet dedicou parte de sua vida a divulgar suas idéias sobre como a natureza poderia ser regeneradora da vida. Para esse filósofo, os corpos humanos estavam engajados como filhos e amantes da Terra, obtendo mais simbiose não a partir dos banhos, mas a partir dos odores que poderiam ser obtidos em espaços como os balneários, banhos públicos, lagos e lagoas (Jouty,1991).

Especialmente na França, as casas de banho popularizaram-se e oscilaram, em um curto período de tempo, entre uma prática limitada à nobreza e aristocracia para uma atividade de massa. Nesse contexto, as casas de banho deixaram de ter uma conotação relacionada à obtenção de saúde para serem associadas a um lugar de jogos de azar e prostituição. Parte dessa transformação está relacionada com a dificuldade de realização/aplicação dos vinte e um dias de tratamento nas termas⁵⁴ pelos cidadãos, que estavam submetidos a uma extenuante jornada de trabalho. De qualquer modo, o que esses processos apontam é para a dinamicidade das relações e atividades promovidas em ambientes naturais antes do século XVIII.

A massificação das casas de banho como lugar de lazer deu-se pouco antes do surgimento dos grandes balneários. A longa jornada de trabalho e o deslocamento de um imenso contingente de pessoas do campo para a cidade constituem um marcador importante na apreciação de paisagens naturais. Vale aqui retomar uma passagem do texto *O Homem e o Mundo Natural* de Keith Thomas:

Em fins do século XVIII, o apreço pela natureza, e particularmente pela natureza selvagem, se convertera numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica. O valor da terra inculta não era apenas negativo; ela não proporcionava apenas um lugar de privacidade, uma oportunidade de autoexame e de devaneio íntimo; tinha um papel mais positivo: exercia um salutar poder espiritual sobre o homem. (Thomas, 2010: 368)

Com o avanço do processo de industrialização, o gosto pelas paisagens das áreas rurais expandiu-se para diferentes camadas sociais. No entanto, a possibilidade de ir até

⁵² De algum modo o debate sobre Natureza e Cultura atual tem conduzido antropólogos a colocarem no centro de suas reflexões o corpo. Sobre esta relação temática, ver Descola (1996).

⁵³ Michel Eyquem de Montaigne viveu no século XVI e Jules Michelet no século XVIII.

⁵⁴ Segundo os textos de Majastre (1991), Julien (1993) e Labutre (1995) vinte e um dias era o tempo prescrito para o tratamento em águas termais.

essas áreas para desfrutar de suas benesses era privilégio de poucos, de modo que, passar um tempo nos campos tornara-se elemento de distinção de classes. Assim, *caminhar para trabalhar* seguiu sendo característico das populações menos favorecidas, enquanto *caminhar para passear* converteu-se em fator de distinção. Contudo, afirma Amato (2004), essa distinção não se dava apenas pelo dia da semana em que a prática da caminhada ocorria, mas também pelo modo de caminhar⁵⁵.

Conforme apontou Elias (1990; 1993; 2001), a orientação para as boas maneiras ou etiquetas sociais na formação de uma educação da corte instituíram condutas distintivas desse grupo social em relação ao povo inculto. As caminhadas como forma de lazer foram, nesse sentido, parte do processo de formação dessa classe ascendente. Proponho pensar numa analogia entre esse processo de formação de uma sociedade de corte e certo comportamento ecológico – que inclui caminhar na natureza – capaz de instaurar distinções entre os sujeitos educados ambientalmente e aqueles cujos comportamentos não ecológicos são geralmente associados à barbárie. Nesse sentido,

a caução da formação de sujeitos “ecológicos” no argumento do agravamento dos problemas ambientais e sua crescente visibilidade e legitimidade pública cria condições para o que Leite Lopes (2004) chama de “inculcação” do novo domínio do meio ambiente, sua nova linguagem e seus novos usos se tornando um *habitus*, no sentido de Bourdieu (2008). (Carvalho e Toniol, 2010: 33-34)

A ideia de um *habitus* ecológico ajuda a compreender como práticas reconhecidas como ecológicas passam, sem razão explícita ou propósito, a serem admitidas como significativamente sensatas e razoáveis. Para Bourdieu, é “essa parte das práticas que permanece obscura aos olhos de seus próprios produtores, o aspecto pelo qual elas são objetivamente ajustadas a outras práticas e às estruturas cujo princípio de produção é ele mesmo um produto” (Bourdieu, 2008: 72). Desse modo, o *habitus* implica tanto a incorporação de estruturas duradouras na dimensão corpórea dos sujeitos, como permite que, em um determinado momento histórico, as mesmas, por exemplo, tornem-se destinos de interessados em saúde ou então que, num momento seguinte, transformem-se em lugares obsoletos sem qualquer relação com um ideal de vida saudável. O que está descrito aqui, nos termos de Bourdieu, é a primeira propriedade das trocas simbólicas, caracterizada por uma relação que se retroalimenta entre uma *self-deception* individual e uma *self-deception* coletiva, cujo fundamento se

⁵⁵ Vale destacar que uma ideia corrente naquele período que sugeria que as classes populares não poderiam engajar-se em atividades que implicassem em um dispêndio desnecessário de energias, como era o caso das caminhadas e de qualquer esporte.

inscreve nas estruturas objetivas e nas estruturas mentais, excluindo a possibilidade de pensar e de agir de outro modo. As práticas das caminhadas, o turismo de massa, o lazer nos finais de semana e as termas, adquiriram, nesse jogo de expectativas coletivas e individuais, uma força simbólica capaz de mobilizar sujeitos, mercados e experiências.

A produção do ato de caminhar como fator de distinção foi resultado de um longo processo de condicionamento das classes altas britânicas e da corte francesa, que consideravam o caminhar elegante como um dos primeiros aspectos que deveriam ser observados para o refinamento dos gestos, etiquetas e maneiras. Entre os séculos XVII e XIX, passear em jardins públicos ou privados era uma atividade comum aos estratos mais altos da sociedade. Essas caminhadas, contudo, não eram apenas passeios, mas um modo de apresentar-se como parte de um grupo seleto de pessoas que movimentava os corpos e os pés no ritmo mais apreciado.

A caminhada no pêndulo iluminismo-romantismo

Não apenas caminhar de determinada maneira passou a ser um importante índice de distinção social, como também os lugares onde se caminhava compunham essa classificação dos deslocamentos a pé feitos pelos mais ou menos civilizados. Não por acaso, as paisagens dos *jardins*, que eram o lugar privilegiado dos passeios das cortes, também marcam importantes deslocamentos no modo de relação que se estabeleceu com a natureza.

Os jardins das caminhadas das cortes não eram espaços com vegetações e flores dispostas de maneira ordenada, como a dos jardins que caracterizaram a Itália e a França no período do Renascimento, mas assimétricos, com cascalhos espalhados para formar pequenos caminhos. O objetivo paisagístico, segundo Thomas (2010), era unir esses espaços privados dos bosques às florestas públicas que os circundavam. Amato apontou para uma irônica relação entre a expansão de jardins elaborados nesse formato e o aumento de certa sensibilidade ecológica: “na medida em que caminhantes passaram a passear nesses bosques, aumentou o número de defensores de paisagens selvagens que nunca deveriam ser pisadas por ninguém” (Amato, 2004: 200. Tradução minha).

A incorporação da caminhada como modo de distinção passou a contar, no século XVIII, com a necessária adaptação dos corpos dos caminhantes aos recém criados calçados específicos para o desempenho de determinadas atividades. Os chinelos, as botas de equitação, os sapatos femininos e os calçados para passeios

colocaram em relação classe social, moda e passeios ao ar livre. Na última metade do século XVIII, com o aumento no número de carruagens e ônibus, as distâncias entre o campo e a cidade diminuíram. Lugares como jardins, parques, rios, florestas e aldeias nos arredores da urbe deixaram de ser freqüentados exclusivamente pela aristocracia e passaram a ser, também, espaço para o lazer das classes médias e altas. Os pensadores iluministas, segundo (Cassirer, 1997), especialmente na Alemanha, reconheciam nos passeios ao ar livre um meio para o fortalecimento da saúde, integridade e espírito de comunidade.

Para diversos autores (Campbell, 2001; Thomas, 2010; Elias, 1990), a ascensão do romantismo no século XIX atribuiu novos sentidos à caminhada. Antes realizadas em grupo, esses deslocamentos passaram a ser feitos de modo solitário, como via de acesso à união autêntica entre o “eu” e a natureza. A caminhada como descoberta do *self* transformou o sentido de sua prática deixando de ser característica apenas das classes mais abastadas e passando a ser própria de sujeitos dispostos a despojar-se de alguns diacríticos sociais, especialmente aqueles que os descreviam por suas condições financeiras. Essa foi a postura assumida por diversos pensadores românticos que reconheceram, nas caminhadas na natureza, uma maneira de libertar-se da artificialidade e mecanicismo da vida urbana.

A caminhada, segundo essa apreensão, contrapunha-se ao sedentarismo do confinamento imposto pelo ritmo de vida citadino dos escritórios, tribunais, escolas, etc. Ao contrário dos passeios em grandes grupos pelos parques da cidade, a solidão das caminhadas por áreas desconhecidas passou a ser apreciada. Aventurar-se por paisagens não exploradas tornou-se uma prática comum de lazer. Ao mesmo tempo, essas caminhadas por lugares a serem desbravados também foram incorporadas como procedimento para coleta de dados das disciplinas naturalísticas nascentes, como a geologia, a arqueologia e a botânica. Caminhar pelo desconhecido em busca do original, da experiência autêntica da diferença também é, em certos aspectos, uma herança dessa postura característica do romantismo na própria constituição da antropologia enquanto ciência⁵⁶. Não é sem razão que as disciplinas surgidas sob esse ensejo romântico têm, no trabalho de campo, um momento privilegiado para a produção de conhecimento.

⁵⁶ Como afirmou Luis Fernando Dias Duarte: “a antropologia nascente [no século XX] pode ser considerada herdeira de dimensões essenciais do romantismo (...). [No entanto, embora tenha preservado, junto com a psicanálise,] mais do que quaisquer outras disciplinas as marcas estruturantes da visão de mundo romântica, perderam quase completamente a consciência de suas raízes românticas, sendo necessário um trabalho de esclarecimento quase arqueológico para sua demonstração” (Duarte, 2004: 15-16)

Caminhar, nesse período, tornou-se um modo de engajar-se em determinado empreendimento filosófico e passou a ser concebido não apenas como uma maneira de deslocar-se, mas também como parte de um processo reflexivo. Inúmeros textos de pensadores desse período dão-nos a dimensão dessa relação entre a pulsão romântica e a prática de caminhadas na natureza.

Henry Thoreau, um dos fundadores do ambientalismo moderno e propagador de certo ideal de vida simples e próxima à natureza, escreveu, em um texto intitulado *Caminhada*:

(...) cada caminhada é uma espécie de cruzada, pregada por algum Pedro, o Ermitão, existente entre nós. (...) Deveríamos talvez, mesmo na mais curta caminhada, avançar com o espírito da eterna aventura, para jamais voltar. Se estais dispostos a deixar pai e mãe, irmão e irmã, esposa, filhos e amigos, para nunca mais tornar a vê-los então estais preparado para uma caminhada. (...) Penso que não posso conservar minha saúde e disposição se não passar pelos menos quatro horas por dia – e geralmente mais do que isso – perambulando pelas matas, montes e campos, absolutamente livre de todos os compromissos mundanos (Thoreau, 1964: 112 – 113).

Outro texto emblemático desse período e que discorre sobre a prática de caminhada é a última obra de Jean Jacques-Rousseau, *Devaneios de um caminhante solitário* (1986). Os capítulos desse livro são tratados como se fossem caminhadas e em cada um deles Rousseau dedica-se tanto a refletir sobre seu próprio processo de reflexão, caracterizado por ele como uma caminhada solitária, como também sobre temas característicos de seu projeto intelectual. O autor inicia sua primeira “caminhada” com a seguinte frase: “Eis-me, portanto, sozinho sobre a terra, sem outro irmão, próximo, amigo ou companhia que a mim mesmo” (1986: 7) . Na quinta “caminhada”, Rousseau faz uma série de elogios à possibilidade de contato com a natureza e em determinado trecho o filósofo relata a experiência de morar sozinho em uma ilha com uma paisagem “selvagem e romântica”: “De todas as habitações em que morei (e tive algumas encantadoras), nenhuma me tornou tão verdadeiramente feliz e me deixou tão terna nostalgia quanto a Ilha de Saint-Pierre no centro do lago de Bienne” (Rousseau, 1986:171).

Rousseau talvez tenha sido, entre os filósofos, aquele que mais promoveu e dedicou-se às caminhadas. Em seu livro *As confissões* o autor afirma: “Eu só posso meditar quando estou caminhando. Quando eu paro deixo de pensar, minha mente só funciona com minhas pernas” (Rousseau, 1940: 56). Os argumentos de um dos textos que mais renderam reconhecimento à Rousseau em vida, *Discurso sobre as ciências e*

as artes (1993), foram elaborados numa caminhada de seis quilômetros entre Paris e Vincennes em que o filósofo se dirigia à casa do amigo Denis Diderot, editor do projeto iluminista enciclopédico (Amato, 2004). A imagem de um filósofo produzindo reflexões na medida em que caminha numa estrada rural contrasta vigorosamente com a imagem do pensador sedentário e enclausurado surgido na modernidade, contudo, ela pode ser compreendida se considerarmos que a cadeira, o maior ícone do sedentarismo, surgiu há apenas duzentos anos (Tenner, 2003:105)⁵⁷.

Outra referência importante às caminhadas está na figura do *flâneur*, sugerida por Charles Baudelaire (1996), na passagem do século XIX para XX, e tantas vezes remetida por Walter Benjamin (1997). Para Benjamin, seria essa espécie de caminhante que perambulava pelas cidades modernas sem destino, entrando em pequenos becos, sem ponto de chegada ou de saída, o que melhor pode narrar e experimentar a cidade. Sobre esse caminhante cidadão na obra de Baudelaire e Benjamin e o modo como ele se relaciona com a paisagem em que se desloca, afirmam Eckert e Rocha:

(...) a cidade do andarilho tem uma história (...) que configuram referências práticas e simbólicas em que se reconhece ou se constrange nas ruas que perambula, lugares que conhece ou desconhece, espaços que gosta ou desgosta, contextos que lhe atraem ou passam despercebidos. Objetos, eventos não verbais ou verbais, ruídos ou matérias atiram-lhe a atenção sensorial que delinea seu trajeto, seus atos. A cidade acolhe seus passos, e ela passa a existir na existência deste que vive, na instância de seu itinerário, um traçado que encobre um sentido, algo que será desvendado ao seu final. Espaços, cheiros, barulhos, pessoas, objetos e naturezas que o caminhante experimenta em sua itinerância, não sem figuras pré-concebidas. Sua caminhada é de natureza egocêntrica, funcional, mas também poética, fabulatória e afetiva, e por que não dizer, uma caminhada cosmológica como os jogos de memória que os tempos reencontrados proustianos encenam (Eckert e Rocha, 2001:1).

A apreensão romântica da caminhada parece ter contribuído para que ela se tornasse uma atividade diferenciada e positivada em relação a deslocamentos a cavalo, com carros ou carroças que, segundo esse ideal romântico, não seriam meios capazes de conectar autenticamente os sujeitos com uma paisagem privilegiada, a natureza. Esse

⁵⁷ Ingold (2004) se remete ao desenhista Ralph Caplan (1978) para caracterizar a sociedade ocidental a partir da cadeira. Ironicamente, a cadeira é a primeira coisa – e apenas a primeira – que você precisa quando não se precisa de nada. Vale ainda fazer referências ao texto de Marcel Mauss, *As técnicas corporais* (2003), em que o autor afirma que a posição de repouso mais comum na humanidade é a posição de cócoras, de modo que poderíamos distinguir a humanidade entre os que ficam de cócoras e os que se sentam.

tipo de experimentação da natureza diferia daquela concebida pela contracorrente iluminista que assumia essas paisagens, sobretudo, como objeto de conhecimento e não como via de acesso e expressão máxima da verdadeira condição humana e planetária. Se o indivíduo no período do renascimento procurava marcar, conforme afirmei, sua diferença com relação a outras formas de vida e a tudo aquilo que estivesse mais próximo ao pólo da natureza, no romantismo, o indivíduo é “pensado como entrosamento entre a individualidade orgânica da natureza e a individualidade singular do Homem” (Carvalho, 2010:145).

O paisagismo dos jardins e a invenção do lazer como resposta à jornada de trabalho

Ainda que o movimento romântico possa ser expresso a partir das idéias de filósofos como Schopenhauer, Rousseau⁵⁸ e Schelling, sua melhor descrição, como sugeriu Gauderfroy-Demombynes (1966), considera-o como “um modo de sentir, um estado mental em que a *sensibilité* e a imaginação predominam sobre a razão, e tende para o novo, para o individualismo, a revolta, a fuga, a melancolia e a fantasia”. A emergência dessa sensibilidade foi descrita a partir de diferentes manifestações, o consumo (Campbell, 2001), as ciências (Thomas, 2010), as ideias (Cassirer, 1997), etc. No entanto, talvez seja na descrição das transformações na arquitetura e função dos jardins que melhor possamos compreender alguns dos mais importantes deslocamentos, nesse período, na relação Humano-Natureza.

Durante o período renascentista e barroco os jardins eram bastante amplos e a vegetação privilegiada era disposta de maneira simétrica numa tentativa de domesticar a característica selvagem da natureza. As “rotas” entre os canteiros cultivados convergiam para largos que, de modo geral, tinham em seus centros estátuas e outros monumentos. No início do século XVIII os jardins renunciaram à centralidade dada às obras de arte e passaram a privilegiar determinadas vegetações. Embora a natureza apreciada seguisse sendo a das plantas domesticadas havia uma tentativa de tornar os passeios dos jardins em pequenas excursões. Os jardins a partir de meados do século XVIII e, sobretudo, durante o século XIX, foram construídos como uma verdadeira celebração à diversidade botânica e ao caráter indomado da natureza. Em tais espaços não havia cercas e em um

⁵⁸ Embora eu esteja me remetendo a aspectos românticos da obra de Rousseau, Carvalho (2010), Hermann (2000) e Maia-Flickinger (1993) já ressaltaram alguns dos aspectos da obra do filósofo que permitem-nos situá-lo tanto em um pólo romântico, como iluminista da produção de conhecimento ocidental.

horizonte imediato os jardins privados uniam-se às florestas públicas. Alguns caminhantes começavam seus passeios na paisagem doméstica dos pátios das casas e terminavam em uma trilha em algum bosque próximo à cidade.

Assim, a percepção geral da natureza foi se transformando e paisagens antes desvalorizadas por serem estéreis, por não produzirem nada de útil, tal como as montanhas, tornaram-se espaços de grande admiração estética e converteram-se em uma via para alcançar os ideais românticos de uma vida autêntica. Essas paisagens passaram a ser retratadas em obras de arte e a ser exploradas de formas diversas como, por exemplo, pelo alpinismo. O turismo de montanha mobilizou os interessados em apreciar a paisagem, desbravar o desconhecido e ainda coletar plantas e rochas exóticas, uma prática que ganhou bastante vigor no final do século XIX.

Nesse mesmo período as praias passaram a ser um lugar de refúgio das cidades e de aproximação a uma natureza idealizada como infinita e soberana frente aos humanos. Somou-se a esse interesse nas paisagens das praias, a popularidade de certas idéias médicas sobre o benefício dos exercícios no ar fresco do mar, bem como no banho e na ingestão de água salgada. Podemos encontrar nessas prescrições médicas a emergência de certo imperativo, respaldado por um saber técnico acerca da *natureza* humana, sobre os benefícios de se estar em contato com a natureza e de realizar, nesses espaços, determinados exercícios como, por exemplo, caminhadas.

Esses passeios, embora pudessem demorar algumas horas, não eram o mesmo que uma viagem. Isso é, se, conforme venho assinalando, caminhar foi um ato de distinção que, aos poucos, passou a ser realizado por pessoas de diversas classes sociais, viajar à pé seguia sendo algo dos pobres. Os relatos de viagens desse período, assim como as já citadas narrativas sobre peregrinações na Idade Média, não faziam referência ao percurso realizado até se chegar ao destino de viagem. Como afirmou Ingold (2010), uma viagem ou excursão naquele período não era nada mais do que um conjunto de destinos.

Com a melhoria nos transportes e, por conseguinte, a popularização de pequenas viagens ao longo do ano, o *status* da caminhada também se transformou. Ainda que houvesse mais transporte, a grande massa de viajantes e de roteiros possíveis que foram surgindo tornaram o deslocamento entre o ponto de saída e o ponto de chegada bastante demorado e entrecortado por inúmeras paradas. Para Urry (2001), isso contribuiu para que a experiência da viagem fosse alargada e deixasse de ser vivida apenas na chegada ao destino, para ser também experimentada ao longo do trajeto. Assim, toda a paisagem do trajeto passou a ser situada no registro da viagem, o que permitiu, inclusive, que

determinados trechos nessas excursões fossem realizados a pé.

Atividades ao ar livre entre aspectos pedagógicos e libertários

No último século, a diversidade de atividades ao ar livre envolvendo caminhadas aumentou significativamente e passou a ser incorporado na rotina de lazer de diferentes estratos sociais. Na França, por exemplo, a prática de *campings* foi introduzida por uma associação nos anos de 1900 que organizava acampamentos para jovens protestantes. Uma série de atributos morais foi dada ao acampamento, tais como: respeito à natureza, celebração dos esforços individuais e da solidariedade do grupo, elogio à natureza, independência, autonomia, senso de responsabilidade e de coletividade. A associação protestante citada editava uma revista que teve alta circulação no início do século XX promovendo não apenas o *camping*, como também o ciclismo (Lavenir, 2001).

A popularização dos acampamentos pela Europa esteve associada à ascensão de uma burguesia e de valores disciplinares e coletivos relacionados às guerras coloniais. Os jornais da época, por exemplo, veiculavam folhetins escritos por militares envolvidos com tais ações em que davam instruções sobre como montar um acampamento, coordenar um grupo e fazer jogos coletivos e não-competitivos. O escotismo, criado em 1907 na Inglaterra, foi o resultado do sucesso de um desses folhetins escrito pelo Tenente-General do Exército britânico Robert Baden-Powell.

O *camping* tinha, nas décadas entre 1900 e 1920, um caráter de explícito proselitismo e de disciplinamento militar. Por um lado, caracterizava-se pelo isolamento e pela aproximação a uma natureza que permitisse viver de modo independente, por outro, conduzia ao elogio de formas de deslocamentos mediadas apenas pelo corpo, tais como caminhadas, ciclismo e canoismo. Nesse período, o envolvimento de alguns políticos protestantes com grupos de campistas franceses garantiu o apoio do poder público à atividade, o que implicou na regularização de determinadas áreas como áreas de acampamento. Em 1914, por exemplo, o governo francês fundou o primeiro *camping* fixo da Europa, que terminou freqüentado por grupos distintos e com interesses diversos no contato com a natureza. Os jovens protestantes destacavam a aquisição de responsabilidades, o exercício do altruísmo e a educação coletiva como os principais benefícios da atividade. Os adultos alegavam que a experiência do acampamento, tanto contribuía para o aprendizado do convívio em grupo, como enfatizavam as benesses do isolamento temporário (Lavenir, 2001; Baubérot, 2001). Nesse período, conforme

Corneloup et al(2001), paisagens da natureza tornam-se um meio para efetivação de um novo projeto de cidadania voltado para a formação de caráter, solidariedade, saúde corporal e vida simples.

Com o tempo, especialmente no entre guerras, o *camping* deixou de ser relacionado somente ao isolamento, educação e altruísmo, passando a ser também concebido como uma espécie de “hotel ao ar livre”. Após a Segunda Guerra, a prática do *camping* adquiriu novas conotações e passou a ser associada com a ruptura de hábitos mundanos, o que permitiria uma espécie de purificação dos “vícios da civilização” e de ascese corporal. Nesse contexto, a apreciação de paisagens da natureza passou a estar mais intensamente relacionada com uma posição política de defesa de questões ambientais.

3. A Caminhadas na natureza do Vale do Ivaí e o *idioma ambiental*

Algumas análises históricas do ideário ecológico a partir da segunda metade do século XX têm apontado para a emergência dessas questões no cenário político global como atreladas a um conjunto de movimentos contraculturais, que reconheceram, nos problemas ambientais, uma via de acesso às críticas antimodernas por eles produzidos. Na esteira de analistas do campo ambiental (Ferry, 1994; Carvalho, 2002, 2009; Duarte, 2004), pode-se situar o romantismo como uma importante fonte de produção da sensibilidade ecológica, bem como de um tipo de engajamento político por ela promovida. Conforme sugerem tais autores, a recusa às normatizações do fazer político, a valorização do *self*, da autoconscientização como ação transformadora e da politização do cotidiano individual são alguns dos elementos que caracterizam esse legado romântico na postura política ecológica. Interessa destacar os efeitos desse legado no modo de ação política das causas ambientais que pode ser percebido, por exemplo, pela transformação de ações individuais como consumo de alimentos orgânicos, separação de lixo e reaproveitamento de materiais, em atos políticos por excelência.

Contudo, a crescente legitimação social das questões relacionadas ao meio ambiente, por meio da internalização de algumas demandas do ideário ecológico em instituições e movimentos sociais, tem alterado tal panorama e inserido no *idioma ambiental* contornos característicos de um projeto iluminista. O ímpeto anti-institucional e de valorização do *self* que, *a priori*, pode ser reconhecido como tendo suas raízes românticas, é deslocado por discursividades que trazem à tona a necessidade de elaboração de projetos como forma de manipulação do futuro, de uma visão holística da realidade, da manutenção do planejamento como requisito fundamental para o

desenvolvimento e da concepção da humanidade como tendo um mesmo destino. O que parece estar em jogo é uma espécie de domesticação do impulso ecológico romântico a partir da integração de determinadas práticas no quadro das políticas públicas estatais.

Vale destacar que, se, por um lado, a relevância atribuída à institucionalização dessas práticas como parte de um processo mais amplo de expansão de certa ética ecológica seja o lugar-comum dos sujeitos envolvidos nessas atividades, por outro, podemos nos questionar sobre as práticas, as disputas, os elementos distintos, que são acionados em tais contextos. Isto é, a criação de uma política pública que promove caminhadas na natureza implica, necessariamente, a produção de uma série de dispositivos, sujeitos e especialistas capazes de realizar as mediações discursivas nos aparatos estatais para tornar determinada política viável.

Ao assinalar a relação entre o Estado e a regulação da prática das caminhadas, não estou sugerindo uma singularidade histórica do contexto que observei no Vale do Ivaí, mas, pelo contrário, apontando para sua associação com outros períodos em que a estreita relação entre os estados nacionais e o controle do ato de caminhar se fez mais latente. Afinal, o que é o Estado moderno senão o próprio *monopólio dos meios legítimos de circulação*? Não há um parentesco muito próximo entre os documentos fornecidos pelo clero na Idade Média para que os *peregrinos* pudessem ser isentos de impostos e os passaportes produzidos pelos Estados para que os *cidadãos* possam atravessar fronteiras? O investimento na produção de distinções entre os peregrinos e os errantes, ciganos e mendigos feito pela Igreja não é similar àquele que distingue *cidadãos de bem* das *personas non gratas* em determinados espaços⁵⁹?

Essas regulações que, ao fim e ao cabo, produziram modos de situar-se nas paisagens do mundo desencadearam determinadas modalidades de circulação dos sujeitos. A negatização da errância nos alvares da modernidade correlaciona-se com um desejo de atribuir, a partir de um pensamento centralizado e singular no que tange à sua concepção de espaço, uma “utilidade” ao ato de se deslocar. As permissões oficiais para as longas caminhadas, a possibilidade de detenção dos vagabundos – cuja própria etimologia da palavra remete à errância – e o incentivo a determinados modos de se mover no mundo são constantes na história do Ocidente Moderno.

A promoção de caminhadas na natureza como uma política de Estado está relacionada ao trajeto histórico de controle dos deslocamentos que descrevi ao longo deste capítulo. Nesse sentido, caminhar na natureza parece seguir produzindo importantes clivagens para o processo civilizador. A sugestão deste capítulo é que, a

⁵⁹ Parte dessas problematizações foram inspiradas nas reflexões de John Torpey (2000).

partir dos contextos aqui pesquisados, pode-se pensar nessa civilidade emergente a partir de uma chave ambiental e, assim, as caminhadas na natureza são capazes não apenas operar uma distinção entre sujeitos abastados dos pouco remediados, como também entre os sujeitos ecológicos dos não-ecológicos. Trata-se de poder conceber as regulações do ato de caminhar como elemento central da própria constituição do modo como os sujeitos engajam-se no mundo e, assim, terminam forjando suas relações com as paisagens por onde caminham.

Conclusão



A trilha por onde passava a caminhada se estreitou quando entramos no milharal. Naquele momento nos perfilamos e, embora estivéssemos em uma pequena multidão, fomos conduzidos a uma espécie de solidão imediata. Aos poucos, o som das conversas daqueles que ainda insistiam em caminhar em pequenos grupos desapareceu. Com o cansaço dos nove quilômetros percorridos sob o sol forte, os caminhantes se emudeceram e se concentraram em acompanhar o ritmo das passadas daquela fila que se deslocava solidamente. Depois de algum tempo imersos na monotonia das cores pálidas dos pés de milho, nos aproximamos de uma mata densa que, abruptamente, surgia sem ser anunciada. Um a um, todos iam desaparecendo no verde das árvores.

Não havia, nessas paisagens, uma materialidade acabada, pronta para ser

experimentada, mas uma experimentação de um mundo em constante *vir a ser*, produzido a cada passo dado. Assim como a linha da escultura de Richard Long com a qual iniciei o terceiro capítulo desta dissertação se fez com os pés do artista, os rastros, as pegadas e o conhecimento sobre as paisagens dos circuitos aqui tratados se fizeram nas caminhadas dos caminhantes. Embora sobrepostos, esses rastros (da materialidade das pegadas ou das corporeidades dos conhecimentos) não são coincidentes e, nem por isso, deixaram de marcar e produzir aquela paisagem.

Ao elaborar um trabalho sobre caminhadas, procurei não tomar essa ação de deslocamento como uma expressão de algo *antropologicamente analisável*, mas, justamente, assumi o próprio ato de caminhar como o foco de interesse desta pesquisa. Nessa perspectiva, meu objetivo primeiro foi o de apontar para a possibilidade de elaborar perguntas que fossem mais adequadas ao que meus interlocutores diziam sobre a relação da caminhada com seus modos de experimentar o mundo. Nas minhas idas ao Vale do Ivaí deparei-me com enunciados como o de João, um caminhante de Londrina, que sintetizava o objetivo daquela atividade como sendo “a contemplação da natureza” algo que, segundo ele, “você só consegue fazer na velocidade da caminhada”.

Ao longo deste texto tratei de apresentar diferentes aspectos e conseqüências epistemológicas da sentença “caminhar é conhecer”. Conceber o deslocamento como ação intrínseca ao conhecimento pode parecer bastante inusitado em uma sociedade em que, como já havia dito Mauss (2003), uma das primeiras técnicas corporais que se aprende é sentar. Assim, procurei mostrar como a marginalização da caminhada se produziu ao longo de alguns séculos a partir, sobretudo, de dois aspectos chaves. Primeiro, esse tipo de deslocamento foi tornado elemento de produção de distinções entre as classes sociais. Em certos períodos, como apresentei no terceiro capítulo, caminhar esteve relacionado com subordinação, noutros, com a explicitação de civilidade, ou ainda, com a possibilidade de explorar as paisagens da natureza mais apreciadas. O controle sobre a caminhada foi um objeto de disputa determinante para a possibilidade de governar corpos, exercida pela Igreja, Estado e instituições médicas. Em segundo, também importante para a referida marginalização, a instauração de dualismos entre pensamento e ação, mente e corpo, sujeito e objeto, marcaram o modo como *nos relacionamos com e nos situamos no mundo*, o que teve conseqüências para o estatuto da caminhada na modernidade.

O esforço de produzir uma breve genealogia da produção dessa *sociedade sentada* e, por conseguinte, da desvinculação do ato de caminhar e de conhecer – associação tão comum entre os filósofos de determinado período – é fundamental para

poder problematizar o princípio racionalista – e vale dizer, estático – de que há um sujeito que observa e um mundo pronto para ser observado. A reflexão que procurei desenvolver, sobretudo no primeiro capítulo, está assentada na necessidade de jogar luzes sobre a sensibilização perceptiva dos sujeitos em um mundo que se constitui no fluxo dos deslocamentos. A partir dessa perspectiva, que está em franco diálogo com autores como Tim Ingold (2000, 2011), Thomas Csordas (2008) e Merleau-Ponty (1971, 1994), procuro escapar tanto de uma concepção hermenêutica dos sujeitos como seres culturais suspensos numa teia de significados que dá sentido ao mundo, como também da ideia de que os objetos (a paisagem, o mundo) são apenas o resultado de um arranjo de qualidades primárias (forma, tamanho, estrutura). Termino, então, procurando me aproximar de uma apreensão mais fenomenológica em que sujeito e mundo são mutuamente sensíveis e sencientes, de modo que o entrelaçamento desses dois domínios da vida (que não são dois distintos) forjam-se a partir de uma trama irreduzível. Não posso recusar, aqui, o parentesco desse tipo de perspectiva com as ideias de Merleau-Ponty que, em seu livro *Fenomenologia da Percepção*, afirma: “O corpo próprio está no mundo como o coração está no organismo: ele mantém continuamente em vida o espetáculo visível, ele o anima e o nutre interiormente, forma com ele um sistema” (Merleau-Ponty, 1971:210).

Ao apresentar a caminhada a partir da experiência dos sujeitos, de seus engajamentos nas paisagens da natureza, da educação de suas atenções nos objetos dispostos nos circuitos do Vale do Ivaí, procurei elaborar uma narrativa etnográfica que descrevesse aquele contexto a partir desses entrelaçamentos entre os caminhantes e as paisagens das caminhadas. Foi desde a perspectiva da experiência dos sujeitos que discuti os *rastros* das caminhadas na *natureza*. Como anunciei na introdução, parte de meus investimentos nesta dissertação estão relacionados com a possibilidade de tratar da expansão de certo *idioma ambiental* sem, contudo, essencializar o ideal de *natureza* de tal *idioma*. Trata-se, em certo sentido, de buscar apresentar o processo de ambientalização social a partir, justamente, de uma natureza dessubstantivada nas experiências dos sujeitos. Não está em jogo, portanto, apreender os significados atribuídos à natureza, mas descrever a produção e a experimentação de paisagens que, em um determinado fluxo de atenção, foram tornadas *naturezas*.

Referências

- AMARAL, Leila. *Carnaval da alma: comunidade, essência e sincretismo na nova era*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- AMADIO, Antonio; DUARTE, Marcelo. Fundamentos biomecânicos para a análise do movimento humano. São Paulo: Laboratório de biomecânica, EEFUSP, 1996.
- AMATO, Joseph. *On foot: A history of walking*. New York: New York University Press, 2004.
- AZEVEDO, Thales de. 1955. *O catolicismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.
- BAUBÉROT, Arnaud. La nature éducatrice. In: *Ethnologie française*, v.31, n. 4, p. 621-629, 2001.
- BALZAC, Honoré de. Théorie de la démarche. In: _____. *La Comédie humaine*. Paris: Gallimard, pp. 259–302, 1981.
- BARRETTO FILHO, Henyo T. Da nação ao planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. São Paulo, 2 vol., FFLCH/USP, Tese Doutorado em Antropologia Social, 2001.
- BAUDELAIRE, Charles Pierre. Sobre a modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
- BATESON, Gregory. *Steps to an ecology of mind*. Chicago/London, The University of Chicago Press, 2000.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: _____. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas volume III. SP, Ed. Brasiliense. p. 185-236, 1997.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição pastoral. São Paulo: Paulus. BAZAGLIA, Paulo (responsável pela edição eletrônica). Disponível em: http://www.paulus.com.br/BP/_INDEX.HTM.
- BOAS, Franz. Alguns problemas de metodologia nas ciências sociais. In: *Antropologia Cultural*. CASTRO, Celso, org. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008.
- BORGES Filho, Roberto; Almeida, Sérgio J. A. Locomoção humana: diretrizes terapêuticas com base nos conhecimentos evolutivos. In: *Arquivos de Ciências da Saúde*. São José do Rio Preto: Famerp, 11(2):72-75, abr.-jun. 2004.
- CAMPBELL, Colin. Como *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.
- CAPLAN, R. ‘His Perspective, Chairs as Symbols of Civilization and Cultures’ in P. Bradford (prod.), B. Prete (ed.) *Chair: The Current State of the Art, with the Who, the Why and the What of it*, pp. 8–19. New York: Thomas, Y. Crowell, 1978.

CARNEIRO, Sandra de Sá. *A pé e com fé: brasileiros no Caminho de Santiago*. São Paulo: CNPq/Pronex: Attar, 2007.

CAROZZI, Maria Júlia. *A Nova Era no Mercosul*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias Naturezas da Natureza. *Rivista Confluenze*, v. 1, p. 136-157, 2009.

_____. Natureza e cultura na psicanálise e no ideário ecológico: duas perspectivas sobre o mal estar na cultura. *Naveg@merica (Murcia)*, v. 5, p. 1-11, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; TONIOL, Rodrigo. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. In: *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. Esp., p. 1-12, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; STEIL, Carlos Alberto. A sacralização da natureza e a 'naturalização' do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. *Ambiente e Sociedade*. 2008, vol.11, n.2, pp. 289-305

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1997.

CHAVEZ, Fátima Almada. *A questão ambiental na esfera pública e a democracia no Paraguai*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CORNELOUP, J., BOUHAOUALA, M., VACHÉE, C., & SOULÉ, B. Formes de développement et positionnement touristique des espaces sportifs de nature. *Loisir et société*, 24(1), 21-46, 2001.

CSORDAS, Thomas J.. *Corpo/ significado/ cura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.

DESCOLA, Philippe e PÁLSSON, Gísli. *Nature and Society – Anthropological perspectives*. London: Routledge, 1996.

DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris, Éditions Gallimard, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas no ocidente. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2004.

ECKERT, Cornelia e ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana”. *Illuminuras*, número 4. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, pp.1 – 22, 2001.

EVANS-PRITCHARD, Edward. E. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador; uma história dos costumes*. v.1. Rio de Janeiro, Zahar, 1990.

_____. *O processo civilizador; formação do Estado e civilização*. v.2. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

FABIAN, Johannes. *Time and the other : how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press, 1983.

_____. *A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação*. *Mana*. vol.12, n.2, 2006.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.

FREY, Nancy Louise. *Pilgrim Stories: on and off the road to Santiago*. California: University of California Press, 1998.

GAUDERFROY-Demombynes, J. *The inner movement of romanticism*. In: Thorlby, Anthony. *The romantic movement*. Londres: Longmans, 1966.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

GODOY, Ana. "Da imensidão selvagem às áreas protegidas: inventando Naturezas, criando lugares". Dissertação de mestrado. São Paulo, PUC, jun. 1999

_____. *O modelo da Natureza e a Natureza do modelo*. *São Paulo Perspectiva*, vol.14, n.4, pp. 129-138, 2000.

GOLDMAN, Marcio. *Alguns antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

HERTZ, Robert. *A preeminência da mão direita: um estudo sobre as polaridades religiosas*. *Revista Religião e Sociedade*, v. 6, p. 99-128, 1980.

HERMANN, Nadja. *Natureza e eticidade: educação em Rousseau*. In: Cirne-Lima, CARLOS, R. *O real e a linguagem. Festschrift em homenagem a Jayme Paviani*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.

INGOLD, Tim; VERGUNST, Lee. *Ways of walking: ethnography and practice on foot*. London: Ashgate publishing, 2008.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment. Essays in livelihood, dwelling and skill*. London/New York: Routledge, 2000.

_____. *Culture on the Ground. The World Perceived Through the Feet*. In: *Journal of Material Culture*, v.9, n.3: 315-340, 2004.

_____. *Footprints through the weather-world: walking, breathing, knowing*. In: *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16: 121-139, 2010.

_____. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres e Nova York: Routledge, 2011.

- JOUTY S.. Connaissance et symbolique de la montagne chez les érudits médiévaux. In: *Revue de géographie alpine*. Tome 79, n.4. pp. 21-34, 199.
- JULIEN, Pierre. Eau et médecine au Moyen âge : Marie-Thérèse Lorcin, *Humeurs, bains et tisanes : l'eau dans la médecine médiévale*, *Revue d'histoire de la pharmacie*. vol. 81, n° 299, p. 493, 1993.
- LABRUDE, Pierre. La goutte et ses traitements : Raphaëlle Huet , épouse Prioretti, *La maladie goutteuse et ses traitements de l'Antiquité à nos jours*, *Revue d'histoire de la pharmacie*. vol. 83, n° 305, pp. 203-204, 1995.
- LOYON, Henry. Arquitetura. In. ———. Dicionário da idade média. 2. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.
- LABANDE, Léon-Honoré. Antoine de La Salle. Nouveaux documents sur sa vie et ses relations avec la maison d'Anjou. In: *Bibliothèque de l'école des chartes*. tome 65. pp. 55-100, 1904.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994
- _____. Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches. São Paulo: EDUSC, 2002.
- _____. *Políticas da natureza : como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP : EDUSC, 2004.
- LAVENIR, Catherine. Camper en 1900: De l'ascèse laïque au loisir élégant. In: *Ethnologie française*, vol. 31, n°4, pp. 631-640, 2001.
- LE GOFF, Jacques. “Profissões Lícitas e Profissões Ilícitas no Ocidente Medieval” In: Para um Novo Conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1993
- LEITE LOPES, J. S. (Org.). A Ambientalização dos Conflitos Sociais; Participação e Controle Público da Poluição Industrial (coordenador). 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- LEWIN, R. Evolução humana. São Paulo: Atheneu; 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. 5.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MAIA-FLICKINGER, M. “Schopenhauer e a concepção romântico-idealista da natureza” in *Veritas*, Porto Alegre, v. 38, n. 152, pp. 551-570, 1993.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Mystica Urbe*. São Paulo: Prêmio Nobel, 1999.
- MAJASTRE, J. O.. La montagne en ses thermes : de Montaigne à Michelet. In: *Revue de géographie alpine*. Tome 79 N°4. pp. 41-56, 1991.
- MAUSS, M. *As técnicas do corpo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- _____. *Fenomenologia da percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.
- _____. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- NASCIMENTO, Ednei Bueno; BASTARZ, Clarice. Projeto Caminhadas na Natureza: a caminhada como metodologia da extensão rural no Paraná. In: *Estratégias Metodológicas da*

Extensão Rural. Curitiba, Instituto Emater, 2010.

PÁDUA, José Augusto. "Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil". In: PÁDUA, J. A. (org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/Iuperj, pp. 11-62, 1987.

PEREIRA, Marina Viana. Rio Jacutinga como recurso turístico e ambiental no município de Manoel Ribas, Paraná. Ivaiporã, Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí, Especialização em Consultoria e Gestão Agroambiental, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

RÉMY, Knafou. L'invention du lieu touristique : la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. In: *Revue de géographie alpine*. Tome 79, N. 4, pp. 11-19, 1991.

RICHE, Pierre. Peregrinação. In: LOYON, Henry. *Dicionário da idade média*. 2. ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões*. Rio de Janeiro : Athena, 1940.

_____. *Os devaneios do caminhante solitário*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

_____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, precedido de discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

SAMARAN, Charles. Du nouveau sur Antoine de La Salle. In: *Bibliothèque de l'école des chartes*. Tome 101. pp. 239-240, 1940.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand. *Course in general linguistics*. New York: the Philosophical library, 1959.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. SP, Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história. *Novos estud. - CEBRAP*]. São Paulo, n.72 , pp. 119-135, 2005

SIMMEL, Georg. A filosofia da paisagem. *Revista Política & Trabalho*, João Pessoa, nº12, 1996.

SHEETS-JOHNSTONE, Maxine. *The Primacy movement*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

STEIL, Carlos Alberto. Verbete: Peregrinação. In: Bortolletto, Fernando Filho; Souza, José Carlos; Kilpp, Nelson. (Org.). *Dicionário Brasileiro de Teologia*, p. 782-785, 2008.

_____. Peregrinação e turismo religioso: sujeitos, objetos e perspectivas. In: STEIL, Carlos Alberto; GRABURN, Nelson; BARETTO, Margarita. (Org.). *Antropologia e turismo. Novas abordagens*. Campinas: Papyrus, p. 67-95, 2009.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e nova era: Caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. *Religião e Sociedade*, 2008, v.28, n.1, pp.

108-124.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). Caminhos de santiago no Brasil: interfaces entre turismo e religião. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

STEIL, Carlos Alberto; SALVADOR, Thais Vanessa. Santa Paulina: a construção de uma devoção nos tempos da Nova Era. In: Steil, Carlos Alberto; Carneiro, Sandra de Sá. (Org.). Caminhos de santiago no Brasil: interfaces entre turismo e religião. Rio de Janeiro: Contracapa, p. 157-184, 2011,.

STEIL, Carlos Alberto e TONIOL, Rodrigo. Ecologia, corpo e espiritualidade: uma etnografia das experiências de caminhada ecológica em um grupo de ecoturistas. *Cadernos do CRH*, Salvador, vol.24, n.61, pp. 29-49, 2011.

TENNER, E. *Our Own Devices: The Past and Future of Body Technology*. New York: Alfred A. Knopf, 2003.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOREAU, Henry David. *Escritos selecionados sobre natureza e liberdade*. São Paulo: Ibasa, 1964

TONIOL, Rodrigo e STEIL, Carlos Alberto. Ecologia, Nova Era e Peregrinação: uma etnografia da experiência de caminhadas na Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Compostela do Rio Grande do Sul. In: *Debates do NER*, N. 17, pp 97-120, 2010.

TONIOL, Rodrigo. O caminho é aqui: um estudo antropológico da experiência do Caminho de Santiago de Compostela em uma associação de peregrinos do Rio Grande do Sul, Brasil. In: *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Tenerife, Vol. 9(3) Special Issue, pp. 69-82, 2011.

TORPEY, John. *The invention of the passport, surveillance, citizenship and the State*. Nova York, Cambridge University Press, 2000.

TYLOR, Edward. *Anthropology: An Introduction to the Study of Man and Civilization*. London: Macmillan, 1881.

URRY, John. *O olhar do turista : lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: SESC, 2001.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002.

Índice de Imagens

Imagem interna da capa – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 12 – Imagem única. Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 42 – Imagem única. Sem título. Imagem digitalizada enviada por Ivaldete Zamponio Zarpellon, Emater- PR, em agosto de 2011, sem dados.

Página 43 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 43 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 44 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 44 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 45 – Imagem acima. Sem título. Imagem digitalizada por Rodrigo Toniol em dezembro de 2011, sem dados.

Página 45 – Imagem abaixo. Sem título. Imagem digitalizada por Rodrigo Toniol em dezembro de 2011, sem dados.

Página 46 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 46 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 47 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 47 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 48 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 48 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 49 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 49 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 50 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 50 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 51 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 51 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 52 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 52 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 53 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 53 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 54 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 54 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 55 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 55 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 56 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 56 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 57 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 57 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 58 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 58 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 59 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 59 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 60 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 60 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 61 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 61 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 62 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 62 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 63 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 63 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 64 – Imagem única – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 65 – Imagem única – Fotografia de Denise Hooke da obra *A walking and running circle warli tribal land maharashtra*, de Richard Long, 2003 (Fonte: <http://www.richardlong.org/>).

Página 68 - Mapa dos municípios do Território do Vale do Ivaí (Fonte da imagem original: www.pr.gov.br)

Página 71 - Mapa dos municípios da região do Vale do Ivaí que promoveram caminhadas em 2011 (Fonte da imagem original: www.pr.gov.br)

Página 72 – Imagem da esquerda – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 72 – Imagem da direita – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 95 – Imagem única – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 98 – Imagem única – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 104 – Imagem única – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 105 – Imagem acima – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 105 – Imagem abaixo – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Março de 2011.

Página 108 – Imagem única – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 109 – Imagem única – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.

Página 111 – Imagem única - Richard Long. *A Line Made by Walking*, 1967 (Fonte: <http://www.richardlong.org/>).

Página 140 - Imagem única – Sem título. Fotografia de Rodrigo Toniol. Setembro de 2010.